



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Heverton Ralph Arcanjo Batista da Silva

**REPERCUSSÕES SÓCIO-ESPACIAIS NA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA: A
TRANSIÇÃO DA AGRICULTURA PATRONAL PARA A AGRICULTURA
FAMILIAR NO ASSENTAMENTO ILHETAS**



**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Aldemir Dantas Barboza**

**Recife
2012**

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S586r Silva, Heverton Ralph Arcanjo Batista da.
Repercussões sócio-espaciais na zona da mata pernambucana : a transição da agricultura patronal para a agricultura familiar no Assentamento Ilhetas / Heverton Ralph Arcanjo Batista da Silva. – Recife: O autor, 2012.
164 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profª. Drª. Aldemir Dantas Barbosa.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco.
CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2012.
Inclui bibliografia.

1. Geografia. 2. Reforma agrária. 3. Movimentos sociais. 4. Assentamentos humanos. 5. Agricultura familiar. I. Barbosa, Aldemir Dantas (Orientadora). II. Título.

910 CDD (22. ed.) UFPE (CFCH2012-54)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

HEVERTON RALPH ARCANJO BATISTA DA SILVA

**REPERCUSSÕES SÓCIO-ESPACIAIS NA ZONA DA MATA
PERNAMBUCANA: A TRANSIÇÃO DA AGRICULTURA PATRONAL
PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO ILHETAS**

Data de Aprovação: 05\02\2012

Orientadora

Prof.^a Dr.^a Aldemir Dantas Barboza (UFPE)

1º Examinador

Prof.^o Dr.^o Júlio César Suzuki (USP)

2º Examinador

Prof.^o Dr.^o Cláudio Ubiratan Gonçalves (UFPE)

Recife

2012



“Observem o agricultor, vejam como ele aguarda que a terra produza a preciosa colheita e como espera com paciência até virem as chuvas do outono e da primavera.”

Tiago, o Justo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus!

Agradeço aos meus pais Izaquiel Batista da Silva e Hosana Cristina Arcanjo Batista da Silva.

Agradeço a minha orientadora Dr.^aAldemir Dantas Barboza pela imensa dedicação, e aos professores Dr.^o Cláudio Ubiratan Gonçalves e Dr.^oJulio Cesar Suzuki por ter, com apreço, aceitado participar da banca examinadora deste trabalho. Da mesma maneira agradeço aos Professores Dr.^a Marlene Maria da Silva e Caio Augusto Amorim Maciel por ter aceitado participar do trabalho como examinadores suplentes.

Sou imensamente grato, a cada pessoa e entidade que colaboraram através da participação em entrevistas e do fornecimento de documentos e informações essenciais para elaboração deste trabalho.

Agradeço, com satisfação, às seguintes pessoas:

Abner, Adenilza, Amaro Batista, Amarino Miguel, Amélia Bernadino, Ana Cléa, Angerleide Honorato, Antônia, Artur Barbosa, Aurenice Arcanjo, Bruno Duarte, Bruno Varela, Cêssa, Clayton Trajano, Cristina Nascimento, Davidson Ratis, Débora Wanderley, Doriel Dias, Eliane Arcanjo, Eliane Batista, Elias Júnior, Eunice Arcanjo, Fátima Regina, Felipe Mello, Genildo Nascimento, Govani Arcanjo, Graça Ramos, Guilherme Magalhães, Hermi Batista, Iracema, Jacinta Rodrigues, Jéssica Cecília, José Messias, José Vasconcelos, Josuel Arcanjo, Juliana Caroline, Kalliana Catarina, Leda Valença, Liane Dias, Manuel Arcanjo, Maria Margarete, Maria Alves, Marilene Freire, Marina Michele, Nilza, Rosa, Rose Vieira, Sylvania Gomes, Socorro Cavalcanti, Verônica Beltrão e Viviane Nascimento.

Enfim, agradeço a toda comunidade acadêmica da UFPE e aos meus conterrâneos cidadãos Barreirenses.

RESUMO

Usinas de Açúcar falidas, posteriormente desapropriadas, deram origem aos territórios de assentamentos rurais na Zona da Mata Pernambucana, repercutindo na transição da agricultura patronal para a agricultura familiar. Ao longo do século XX os trabalhos agrícolas são baseados na relação patrão x empregado, favorecendo a exploração da mão-de-obra agrícola, abuso de autoridade, opressão social e alienação cultural. Todavia, as freqüentes falências de usinas na região geraram uma massa de desempregados que, posteriormente, se aliam aos movimentos rurais sindicalistas, reivindicando a posse das terras improdutivas destas unidades. A chegada da Reforma Agrária na região desencadeia um conjunto de repercussões sócio-espaciais que serão analisadas em profundidade no Assentamento Ilhetas, situado no Município de Tamandaré. Este assentamento é formado por ex-funcionários da massa falida da Usina Central Barreiros, os quais, após a conquista das terras, passaram a desenvolver a agricultura familiar em seus lotes. O presente trabalho adota o método dialético, enquanto os principais procedimentos metodológicos baseiam-se na revisão bibliográfica e nas entrevistas diretas. O objetivo geral é demonstrar que a partir da transição da agricultura patronal para a agricultura familiar, no território dos assentamentos rurais da Zona da Mata, houve melhorias nas condições de vida dos agricultores. Em relação ao trabalho, a mão-de-obra assalariada passa a ser autônoma; os meios de produção concentrados pelos patrões também passam a pertencer aos agricultores familiares; o monopólio da indústria sucroalcooleira é reduzido com a expansão da agricultura familiar; a plantação de cana-de-açúcar em assentamentos rurais configura um novo sistema agrícola; a expansão dos minifúndios por meio dos projetos de assentamentos repercute em mudanças na estrutura fundiária na Zona da Mata; a relação dos agricultores com a terra é influenciada pela gestão do tempo; a unidade territorial Engenho passa para a condição de Assentamento ou de Assentamento-Engenho; a posse da terra fornecida aos agricultores acentua a cadeia de produção em pequena escala na região, estimulando a policultura em detrimento da monocultura; a passagem do trabalhador rural à condição de pequeno produtor agrícola no território dos assentamentos representa uma melhoria das condições sócio-econômica no campo, tais como renda, moradia e qualidade de vida. A transição da agricultura patronal para a agricultura familiar constitui uma tendência regional, porém, se processa de forma e intensidade distintas em cada local. A experiência dos agricultores de Ilhetas, atravessando os dois modelos de agricultura, permite analisar essa transição, reforçando a ideia de espaço contínuo, ativo, reprodutor e dinâmico. Mudanças e permanências são elementos presentes nesse processo, vindo à agricultura familiar oferecer melhorias de vida para os agricultores se comparadas à agricultura patronal. Porém, a coexistência entre os dois modelos torna o espaço rural híbrido.

Palavras-chave: Agricultura Patronal; Agricultura Familiar; Assentamento Ilhetas.

ABSTRACT

Sugar Mills failed subsequently expropriated, gave rise to the territories of rural settlements in Pernambuco Zona da Mata, reflecting the transition from agricultural employer for family farms. Throughout the twentieth century agricultural work are based on x boss employee relationship, favoring the exploitation of labor, farm labor, abuse of authority, social oppression and cultural alienation. However, the frequent failures of power plants in the region generated a mass of unemployed, which subsequently are allied to the rural union movement, claiming ownership of these lands unproductive units. The arrival of Agrarian Reform in the region triggers a set of socio-spatial effects to be analyzed in depth in Ilhetas Settlement, situated in the Municipality of Tamandaré. This settlement is formed by former employees of bankrupt Barreiros Central Plant, which, after the conquest of land, began to develop agriculture in their family plots. This paper adopts the dialectical method, while the main methodological procedures are based on literature review and direct interviews. The overall objective is to demonstrate that the transition from the agricultural employer for family farms, rural settlements in the territory of the Zona da Mata, there were improvements in living conditions of farmers. Concerning the work, the labor-wage labor becomes autonomous, the means of production are also concentrated by employers to belong to family farmers, the monopoly of the sugar industry is reduced with the expansion of family farming, the cultivation of sugar cane -cane in rural settlements set up a new agricultural system, the expansion of small farms by means of settlement projects reflected in changes in land ownership in the Forest Zone, the relation of farmers to the land is influenced by time management, the unit Ingenuity goes to the territorial condition of settlement or settlement-Mill; land tenure to farmers provided highlights the chain of small-scale production in the region, encouraging polyculture rather than monoculture, the passage of rural workers to the condition of small farmers agricultural settlements in the territory represents an improvement of socio-economic field, such as income, housing and quality of life. The transition from agriculture to family farming employer is a regional trend, however, is shown in a different shape and intensity at each location. The experience of farmers Ilhetas across the two models of agriculture, to analyze this transition, reinforcing the idea of continuous space, active and dynamic player. Changes and continuities are elements used in the process, from the family farm to offer improved life for farmers compared to the agricultural employer. However, the coexistence between the two models makes the countryside hybrid.

Keywords: Agricultural Employers; Family Farming; Fixing Ilhetas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 01 - Projetos de Assentamento Demarcados e Georeferenciados.....	61
Figura 02 - Polos de Atuação da Divisão de Desenvolvimento do INCRA PE SR....	92

FOTOS

Foto 01 - Atividade de cambitagem na Zona da Mata.....	64
Foto 02 - Os jogos enquanto atividades recreativas nos assentamentos.....	98
Foto 03 - Paisagem do Rio Ilhetas no Assentamento Ilhetas.....	102
Foto 04 - Extinta casa de farinha do Assentamento Engenho Ilhetas.....	107
Foto 05 - Tipo de Habitação no Assentamento Ilhetas.....	108
Foto 06 - A única escola presente no Assentamento Ilhetas.....	109
Foto 07 - Protesto dos trabalhadores rurais em favor da Reforma Agrária em Barreiros.....	114
Foto 08 - Protesto das famílias rurais em favor da reforma agrária em Barreiros...	114
Foto 09 - Prática da agricultura com baixo uso da tecnologia.....	118
Foto 10 - O preparo simples do solo para a agricultura familiar.....	119
Foto 11 - Ponto de venda com alguns produtos da agricultura familiar.....	123
Foto 12 - Localização de ponto de venda à beira da rodovia PE-60.....	124
Foto 13 - A mula como transporte de cana-de-açúcar no Assentamento Ilhetas....	140
Foto 14 - O transporte manual de frutas no Assentamento Ilhetas.....	140

QUADROS

Quadro 01 - Divergências de Karl Marx e Karl Kautsky sobre o campesinato.....	24
Quadro 02 - Modalidades de trabalho segundo as relações contratuais e a organização do trabalho.....	37
Quadro 03 - Situação do agricultor frente às características dos dois modelos de trabalho.....	99
Quadro 04 - Relação das Feiras e dos Mercados com Participação dos Agricultores Famíliares de Ilhetas.....	123

LISTA DE SIGLAS

ATES: Assessoria Técnica Social e Ambiental

BNB: Banco do Nordeste do Brasil

CMDRS: Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

CONDEPE-FIDEM: Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco

CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

COOPAGEL: Cooperativa de Profissionais em Atividades Gerais

CPRH: Agência Estadual de Meio-Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

FETAPE: Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Pernambuco

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS: Instituto Nacional de Seguro Social

IPA: Instituto de Pesquisa Agropecuária

ITR: Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

MST: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

PA: Projeto de Assentamento

PDA: Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PRIS: Plano Regional de Inclusão Social

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SUDENE: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UFRPE: Universidade Federal Rural de Pernambuco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	
1.1 A Questão Agrária: do clássico ao moderno.....	14
1.1.1 Diálogos entre espaço geográfico e território.....	14
1.1.2 De Karl Marx a Karl Kautsky.....	19
1.1.3 Conceitos e definições.....	25
1.1.4 Diferenciação entre trabalho assalariado e trabalho autônomo.....	30
1.1.5 O papel da pequena produção rural no Brasil.....	39
1.1.5.1 <i>O contexto histórico da pequena produção rural no Brasil.....</i>	<i>39</i>
1.1.5.2 <i>O contexto atual da pequena produção rural no Brasil.....</i>	<i>42</i>
1.1.5.3 <i>A questão da multifuncionalidade da agricultura.....</i>	<i>45</i>
1.2 Metodologia.....	48
1.2.1 Embate entre o método sistêmico e o método dialético.....	49
1.2.2 Procedimentos metodológicos.....	53
2 A TRANSIÇÃO DA AGRICULTURA PATRONAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA	
2.1 A Zona da Mata Pernambucana.....	55
2.1.1 Localização.....	56
2.1.2 A inserção dos assentamentos rurais.....	58
2.2. Categorias Clássicas da Pequena Produção Rural.....	62
2.2.1 Categorias econômicas.....	62
2.2. 1.1 <i>Estrutura fundiária: de latifúndio a minifúndio.....</i>	<i>63</i>
2.2.1.2 <i>Da mão-de-obra assalariada à mão-de-obra familiar.....</i>	<i>68</i>
2.2.1.3 <i>O fantasma das políticas públicas.....</i>	<i>79</i>

2.2.2 Categorias sociais.....	82
2.2.2.1 O tempo do agricultor.....	82
2.2.2.2 Evolução da infraestrutura e da família.....	85
2.2.2.3 Evolução da divisão social do trabalho.....	87
2.2.2.4 Mudanças no domínio do território.....	88
2.2.2.5 Evolução no comportamento social do trabalhador rural.....	93
2.2.3. A situação do agricultor entre os modelos patronal e familiar.....	98

3 REPERCUSSÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO ILHETAS

3.1 Localização e Características Geoambientais.....	101
3.2 Histórico do Assentamento.....	104
3.3 De Engenho a Assentamento.....	109
3.4 A Reforma Agrária no Pólo Regional de Barreiros.....	113
3.5 Da Monocultura Canavieira à Agricultura Familiar.....	116
3.6 Do Trabalho Assalariado ao Trabalho Autônomo.....	120
3.7 O Papel das Parecerias na Rota do Desenvolvimento.....	125
3.8 O Percorso do Trabalhador Rural na Tecnoesfera e na Psicoesfera.....	130
3.9 O Embate entre as Mudanças e as Permanências.....	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
REFERÊNCIAS.....	149
APÊNDICE.....	154

INTRODUÇÃO

Usinas falidas, posteriormente desapropriadas, deram origem aos territórios de assentamentos rurais na Zona Canavieira Pernambucana, repercutindo na transição do trabalho assalariado para o trabalho familiar autônomo. Durante muito tempo, a presença de usinas na região determinou a prevalência da cultura da cana-de-açúcar, bem como, as atividades ligadas a este mesmo segmento no campo. O trabalho nesse tipo de sistema agrícola é baseado na relação patrão x empregado, favorecendo a propensão para o elevado grau de exploração da mão-de-obra agrícola, abuso de autoridade, opressão social e alienamento cultural.

Todavia, o final do século XX assinala um período de crise para o setor sucroalcooleiro nordestino, ocasionado pela exigência da modernização do parque usineiro e da perda de competitividade frente aos produtores sudestinos. Tal ocasião favoreceu a concentração da produção de álcool e açúcar a um número cada vez mais reduzido de usinas. Somente as mais produtivas e menos endividadas poderiam sobreviver a crise em vigor, e isto, a custa da falência de muitas outras unidades da região e da massa de desempregados que tiveram que se desprender da atividade (SILVA, 2009).

Se para os olhos de muitos a diminuição da quantidade de usinas na região, especialmente na segunda metade do século XX, tenha aparentemente enfraquecido a participação de produção de açúcar e álcool no País, observa-se que na realidade isso não aconteceu, antes, se observa que Pernambuco até mesmo aumenta sua participação entre os estados brasileiros nesta época, já que a lógica era: uma única usina, bem equipada, poderia produzir muito mais do que várias delas com pouca tecnologia (ANDRADE, 2001).

Assim, além de provocar uma visível redefinição de cunho econômico na região, o advento da modernidade desencadeou um conjunto de repercussões sócio-espaciais na Zona Canavieira Pernambucana que compreende três tempos seqüenciais: o passado, o presente e o futuro. O passado porque, segundo Santos (2002), entende-se que os fenômenos sociais e espaciais não acontecem por mero acaso, mas, sim por um sucessivo acúmulo de eventos. O presente porque é a esfera de observação mais empírica do pesquisador. E o futuro, porque a prudência e a curiosidade são a força motriz nas novas bases da pesquisa científica.

A própria expressão “repercussões” sugere a ideia de uma causa surtindo os seus vários efeitos cuja propagação só poderá ser visível por intermédio da transformação espacial. Todavia, só é possível observar o que mudou e o que vem mudando no espaço se o passado for comparado com o presente através de uma visão dinâmica ou holística. Logo, a existência de duas escalas de análise flexíveis, porém, indissociáveis uma da outra nas ciências geográficas permitem que a escala temporal reporte a um passado recente que seja significativo para explicar a reprodução espacial de determinada sociedade, ao mesmo tempo, permite que, baseado na configuração atual, possa-se identificar as novas tendências dessa reprodução.

Tomando essas considerações como base de investigação, a presente pesquisa se propôs a analisar a transição da agricultura patronal para a agricultura familiar na Zona da Mata Pernambucana, bem como, suas repercussões sócio-espaciais no Assentamento Ilhetas e na trajetória do homem do campo. O problema central de investigação é compreender de que forma e em quais aspectos da realidade estudada a referida transição trouxe benefícios nas condições de vida dos agricultores da Zona da Mata, resgatando-se, para isso, um debate clássico, mais amplo, que trata da natureza e do futuro do campesinato.

Assim, este trabalho adotará a fundamentação teórica que interpreta o espaço geográfico, ao mesmo tempo, como causa e efeito, forma e conteúdo, concepções propostas por Santos (1978; 2002), sendo a “transformação” o elemento fundamental defendido pela abordagem dialética. Para a coleta de informações, buscando-se analisar a opinião dos atores sociais envolvidos, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: visitas e aplicações de questionários na comunidade do Assentamento Ilhetas, nas entidades regionais de desenvolvimento agrário, bem como, com alguns representantes de governos municipais da Zona da Mata Sul de Pernambuco. A partir daí se iniciou a análise e as discussões sobre os dados obtidos, bem como, o cruzamento destes com as teorias previamente suscitadas na revisão bibliográfica, para a elaboração do relatório ora apresentado.

Diante disso, o presente trabalho encontra-se organizado da seguinte forma: o primeiro capítulo está dividido em duas partes. A primeira subdivide-se em mais cinco itens que envolvem desde as questões teórico-conceituais que justificam a escolha do tema e das categorias de análise, bem como, a contextualização dos

principais fatos que subsidiam o debate sobre a questão agrária e a pequena produção rural no Brasil. Já a segunda parte do mesmo capítulo envolve as questões relacionadas à metodologia do trabalho, tais como a escolha, definição e implicação dos métodos adotados, bem como, a descrição dos principais procedimentos para a construção da dissertação.

O segundo capítulo também está dividido em duas partes. A primeira procura reunir, rapidamente, as principais características geográficas da Zona da Mata Pernambucana para poder, então, explicar o contexto específico de inserção dos assentamentos rurais nessa mesorregião. Já a segunda parte, mais extensa, se subdivide em cinco itens que abordam a transição da agricultura patronal para a agricultura familiar na Mesorregião da Zona da Mata Pernambucana, sob a ótica de evolução dos indicadores sócio-econômicos escolhidos, os quais permitem avaliar e distinguir as experiências passadas das presentes.

E, finalmente, o terceiro capítulo se divide em nove itens que descrevem o estudo de caso que foi realizado no Assentamento Ilhetas, localizado no Município de Tamandaré, o qual, por sua vez, encontra-se inserido no pólo de desenvolvimento agrário do Município de Barreiros, Zona da Mata Sul de Pernambuco. O capítulo aborda as questões relacionadas à reforma agrária neste pólo, bem como suas repercussões sócio-espaciais na trajetória dos trabalhadores rurais em geral, e, em específico, na qualidade de vida dos agricultores familiares de Ilhetas.

1 QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

1.1 A Questão Agrária: do clássico ao moderno

Em Geografia, torna-se inevitável a escolha da escala espacial de abordagem, podendo esta ser global, regional, local etc. Contudo, como se sabe, essa escolha não acontece de modo aleatório, mas sim de acordo com as formas de manifestação dos eventos observados. Assim, conforme Smith (2002), se por um lado, cada evento social se manifesta em uma escala espacial específica, por outro, suas repercussões podem incidir-se em outras escalas. Surge, portanto, uma preocupação crescente que visa estudar a relação entre as várias escalas espaciais.

Para organizar os estudos geográficos de acordo com as escalas espaciais observáveis, bem como, de acordo com os enfoques das mais variadas escolas do pensamento geográfico, clássicas ou contemporâneas, são utilizadas algumas categorias espaciais analíticas, sendo as mais comuns: espaço geográfico, território, região, paisagem e lugar. Cada qual exige, por conseguinte, metodologias específicas, bem como, formas ímpares de apreensão da realidade.

Todavia, as complexidades dos fatos contemporâneos e de suas interdependências, bem como, a profusão nas ciências dos conceitos de interdisciplinaridade, permitiram, cada vez mais, redefinir a lógica do isolamento teórico-metodológico em favor de uma abertura epistemológica que agrega as zonas de transição, também conhecidas como *continuum* (SPOSITO, 2006). Portanto, será visto a seguir o porquê da escolha das categorias “espaço geográfico” e “território” na presente proposta de dissertação, bem como, da escolha do método dialético, no final deste capítulo.

1.1.1 Diálogos entre espaço geográfico e território

Santos (1978) assinala com muita proeminência a relação do espaço e a sociedade. O autor inicia a discussão chamando a atenção que, durante muito tempo, houve uma imerecida exclusão da categoria espaço enquanto instância

social na produção acadêmica. E, que neste caso, quanto ao assunto não havia muita distinção entre os teóricos marxistas e os pensadores burgueses.

Ao considerar que a estrutura social é formada pela produção, estratificação e dominação, Santos (1978) acaba admitindo o sistema social como um processo contínuo de transformação com diferentes ritmos e intensidades. As diferenciações de ritmo e de intensidade correspondem à concepção de assincronia dos eventos, enquanto, o processo contínuo de transformação fornece a noção de uma autonomia relativa do espaço.

Essas concepções resumem rapidamente a tentativa de Santos (Ibidem) em conciliar o método sistêmico ao método dialético, trazendo a ideia de um espaço híbrido, isto é, susceptível de dinâmicas conservadoras e dinâmicas transformadoras, o qual continua este raciocínio na obra clássica “A Natureza do Espaço” (2000).

Também é defendido que, embora, muitas vezes, o espaço não evolua no mesmo ritmo e nem na mesma direção que as demais instâncias da sociedade (econômica, social, jurídica etc) o mesmo deveria ser visto com capacidade de condicionar a evolução das outras estruturas sociais. Assim, a estrutura espacial seria, igualmente, uma estrutura “subordinada-subordinante”, assumido, ainda mais, uma conotação relativa. O espaço possuiria suas próprias leis, autonomia e evolução, embora, estivesse submetido à lei da totalidade, em que as determinações sociais não podem ignorar as condições espaciais concretas pré-existentes.

Todavia, para a inserção do espaço entre as instâncias sociais convencionais se exigiria que o mesmo oferecesse atributos próprios de análise, diferenciando-se, portanto, das demais. A especificidade do espaço foi sendo gradativamente descoberta por Santos (1978) na gênese de sua natureza sendo esta definida por pelo menos quatro elementos essenciais. O espaço seria admitido como: dinâmico, ativo, reprodutor e contínuo.

Sobre espaço dinâmico é introduzido o conceito de “inércia dinâmica” para designar o papel do espaço enquanto elemento mantenedor das tendências herdadas. O espaço ativo designaria o caráter não passivo do espaço diante da evolução social. O espaço como reprodutor denota a questão das formas que se metamorfoseiam em outras formas cada vez que se muda o conteúdo. Já o espaço

contínuo remete a questão da indivisibilidade espacial uma vez que a natureza não é descontínua. Neste caso, o espaço aparece aí como uma unidade maciça e como um fato social imposto a toda gente (SANTOS, 1978).

Finalmente, o desfecho das considerações de Santos (Ibidem) reporta à discussão do enfoque histórico e estrutural. Este alega que a estrutura espacial é também o passado e o presente, ao mesmo tempo em que o espaço no presente é também futuro. Isto, devido à finalidade das coisas construídas. Essas considerações sobre “espaço e coexistência” e de “espaço e simultaneidade”, segundo o referido autor, possui a influência e legado de Henri Lefebvre. Seria essa concretude de existência histórica que viria conferir ao espaço uma situação particular dentro do sistema social e que ao mesmo tempo asseguraria a autonomia relativa de seu próprio desenvolvimento?

O entendimento geral dessas concepções, feitas por Santos (1978; 2000), destinava-se a afirmar que o espaço compreende tanto um fato social quanto assume qualidades sistêmicas. Que seus próprios atributos e especificidades na evolução social o colocam tanto como condição social tanto como resultado; daí o constante embate entre a força global e a força do lugar. E, finalmente, que na relação dialética não se pode excluir da ação qualquer um de seus componentes, tornando-se fundamental a compreensão da totalidade.

Seguindo esse raciocínio, da relação do espaço com a sociedade, o presente trabalho usará o termo repercussões sócio-espaciais para expressar o conjunto de transformações desencadeadas a partir de um recorte espacial e temporal definido, a saber: a transição da agricultura patronal para a agricultura familiar na Zona da Mata Pernambucana. Através da noção de espaço dinâmico, ativo, reprodutor e contínuo, é possível estudar a influência que os eventos exercem uns sobre os outros para corroborar em novas territorialidades.

Assim, a noção de território também será utilizada nesse trabalho podendo dialogar facilmente com a noção de espaço tratada anteriormente. Saldanha; Antongiovanni; Scarim (2009) encontram-se entre os autores da geografia agrária que explicita a estreita relação entre território e espaço:

Primeiramente a noção de território solicita a visão espacial, mas não uma espacialidade cartesiana e, sim, considerada na sua complexidade espaço-temporal, suas descontinuidades, suas redes e fissuras. Dessa forma, a agricultura deixa de ser entendida como a soma das unidades particulares e de sua relação com o mercado, e passa a ser vista como uma complexa teia de relações intra e entre comunidades [...] (SALDANHA; ANTONGIOVANNI; SCARIM, 2009, p. 164).

Dessa forma, assim como anteriormente Santos (1978) explicita a demorada inserção do espaço enquanto instância social, Cazella; Bonal; Maluf (2009) afirmam que, durante boa parte do século XX, o conceito de território também esteve praticamente banido do campo de reflexões geográficas, sendo resgatado somente nos anos 1960 pelo movimento de renovação geográfico marxista.

Tal conceito é deixado, durante boa parte do século XX como ferramenta quase exclusiva das teorias geopolíticas e jurídico-administrativas, em que é tido como uma base empírico-factual com a qual se inicia a teorização proposta. O resgate desse conceito pela Geografia ocorre no âmbito da repolitização do temário da disciplina subjacente ao movimento de renovação do pensamento geográfico a partir dos anos 1960, com base numa orientação metodológica marxista que propõe uma reflexão essencialmente econômica e política, e resulta numa concepção que qualifica o território pelo seu uso social (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009, p. 27).

Para Abramovay (2003 apud CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009), além da influência na renovação teórico-metodológica nas ciências sociais, a problemática territorial proporciona igualmente argumentos que justificam uma mudança de referencial que orienta as políticas públicas. E em particular, a influência da noção de território proporciona elementos para legitimar ações que visam a animar fóruns capazes de aglutinar as energias sociais locais, e não apenas iniciativas direcionadas para facilitar as condições produtivas do sistema agroalimentar como tem sido tradicionalmente, as políticas de desenvolvimento rural.

Outro pensador do território é Pecqueur (1996 apud CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009), que introduz ao debate as noções de “territórios dados” e “territórios construídos”. A primeira tem haver com as delimitações político-administrativas pré-estabelecidas, enquanto, a segunda, se associa a ideia de atores sociais que se mobilizam pelo bem comum do território.

Os estudos mais recentes sobre este assunto indicam, por um lado que a formação de um território resulta do encontro e da mobilização dos atores que integram um dado espaço geográfico e que procuram identificar e resolver problemas comuns. Por outro, demonstram que um “território dado”, cuja delimitação é político-administrativa, pode abrigar vários “territórios construídos”. A configuração organizacional das diversas instituições e o cruzamento do duplo jogo da concorrência que se estabelece entre as empresas e entre os diferentes territórios são elementos constitutivos da noção de desenvolvimento territorial. Assim, o território pode ser visto como uma configuração mutável, provisória e inacabada, e sua construção pressupõe a existência de uma relação de proximidade dos atores (PECQUEUR, 1996 apud CAZELA; BONNAL; MALUF, 2009, p. 37).

Todavia, mesmo convergindo em muitos aspectos, há a possibilidade de se extrair diferenças entre as categorias espaço e território, uma delas seria a forma como se dá a abertura entre as diversas escalas de atuação dos fenômenos. Se por um lado a categoria espaço, abrangendo o conceito de totalidade, admite uma abertura proeminente entre as dicotomias da realidade, o conceito de território admite uma definição maior sobre “fronteiras”. Em síntese, considera-se que o conceito de espaço é mais abstrato enquanto o de território é mais concreto.

Na categoria espaço geográfico é possível transitar facilmente entre diferentes escalas espaciais (global, regional, local) e temporais (passado, presente, futuro), como também é possível transitar entre diferentes esferas de atuação da Geografia: Geografia Urbana, Geografia Agrária, Geografia da Indústria, Geografia dos Serviços etc. Assim, a categoria espaço é adequada para o estudo de transições, lembrando as idéias de “espaço contínuo”, portanto, indivisível, e de “espaço dinâmico”, as quais descartam definições estanques.

Já a categoria território exige recortes espaciais bem específicos e definições precisas de relações de poder que configuram as fronteiras espaciais. Dessa forma, aquela abertura propiciada pela categoria espaço encontra na categoria território um ajuste, qualitativamente positivo. Nela, a exigência de maior definição dos fenômenos e das relações sociais é muito importante, especialmente, para identificação e distinção entre fatores determinantes dos eventos e de suas tendências.

Assim, por exemplo, quando se assegura que o espaço agrário da Zona da Mata pernambucana encontra-se, atualmente, dividido em territórios da agricultura patronal e em territórios da agricultura familiar, a noção de espaço geográfico

permite afirmar que existe uma transição entre ambos, mas a própria noção de território exige também saber qual a perspectiva dessa transição.

As clássicas teorias de Karl Marx (SILVA, 1996; CARLEIAL, 2000; SELVA, 2002; GUSMÁN & MOLINA 2005) e Karl Kautsky (1995), construídas no final do século XIX, na Europa, ajudarão fornecer, no tópico seguinte, subsídios para o debate dessa questão. Pois, embora tenham sido escritos no referido século, suas obras mais conhecidas permanecem ainda hoje entre os estudos mais completos a cerca da questão agrária.

As divergências de ideias indissolúveis sobre o destino geral dos camponeses fornecerão subsídios para interpretar a trajetória do trabalhador rural da Zona da Mata pernambucana e suas múltiplas possibilidades, no momento em que o mesmo se torna agricultor familiar e vem ou não abandonar a agricultura patronal.

1.1.2 De Karl Marx à Karl Kautsky

Sem dúvida entre os mais brilhantes pensadores clássicos da questão agrária encontram-se Karl Marx e Karl Kautsky.

De acordo com Gusmán; Molina (2005), das ideias de Karl Marx surgiu, no século XIX, o marxismo, o qual corresponde uma visão geral da evolução que envolve tanto a natureza quanto a sociedade. Embora, inicialmente, as ideias de Marx tenham redundado em torno da figura do proletariado, no contexto da Segunda Internacional¹, sua influência propagou-se ao espaço rural por considerar a agricultura europeia como parte da indústria.

O marxismo ortodoxo considera que, de fato, a agricultura no modo de produção capitalista tem que atuar como um ramo da indústria, já que o desenvolvimento das forças produtivas havia permitido ao homem dominar a natureza para extrair dela o acesso aos meios de vida (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p. 45).

¹ Partido político que surgiu em 1889 e deu início à Internacional Socialista, sendo esta uma organização mundial dos partidos políticos social-democratas, socialistas, liberais e trabalhistas.

Por tal motivo, para Gusmán; Molina (Ibidem), a análise pura da agricultura, isto é, separada da indústria, tornou-se uma lacuna em “O Capital”. Apesar disso, esta obra constituiu-se um marco teórico universal para o entendimento da questão agrária, uma vez que, suas investigações a respeito do funcionamento e desenvolvimento do capitalismo permitiam estabelecer hipóteses sobre o futuro da agricultura. “Seu tratamento da agricultura se encontrava, todavia, limitado pela estratégia metodológica adotada em tal obra [...]” (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p. 45).

Bandeira (1980 apud KAUTSKY, 1995), ao fazer apresentação da obra de Kautsky, julga que muitas das lacunas deixadas por Karl Marx e por Engels, foram compensadas por um dos seus mais célebres seguidores: Karl Kautsky. Durante grande parte de sua história ele representou um dos mais eminentes papéis de teórico marxista do século XIX e autor de muitas obras sobre a doutrina socialista. Dessa forma, tanto Bandeira (1980 apud KAUTSKY, 1995), quanto GUZMÁN; MOLINA (2005) consideram que em “A Questão Agrária”, escrito em 1898, Kautsky apresentou uma análise profunda e detalhada das leis do desenvolvimento da agricultura baseadas nas doutrinas de Marx, expostas em “O Capital” e nas teorias sobre a “mais-valia”.

Todavia, ainda segundo Bandeira (1980 apud KAUTSKY, 1995), durante o final de sua carreira acadêmica, Karl Kautsky é acusado por seus críticos e por seus próprios colegas, inclusive por Lenin, de ter abandonado os ideais revolucionários marxistas por começar a desacreditar que a possibilidade da existência de um socialismo era cada vez mais improvável nas condições político-econômicas da época.

Para Kautsky (1995), em muitos lugares da Europa, a estrutura fundiária era, cada vez mais, injusta para os pequenos produtores, contribuindo tanto para o atraso quanto para a concentração de terras. Tal situação fazia com que a Europa, e mais precisamente a Alemanha, ora se aproximasse do modelo semifeudal, ora convergisse, inevitavelmente, para o desenvolvimento do capitalismo.

Mas então, em relação ao agrário o que fez com que Karl Kautsky, em fim de carreira, se distanciasse das concepções de Karl Marx? A resposta mais simples poderia ser: a indissolúvel polêmica sobre a natureza e o destino do campesinato. Afinal, o campesinato seria um modo de vida tipicamente capitalista ou socialista?

Para Gusmán; Molina (2005), embora, ao longo de sua evolução, o conceito de campesinato tenha passado por muitas transformações, de modo geral, é possível caracterizá-lo como sendo uma instância moral que engloba as potencialidades para organizar as estruturas produtivas em função do bem-estar social e da autonomia política das comunidades rurais.

Assim, segundo Gusmán; Molina (Ibidem) enquanto na Rússia Lenin, seguindo as ideias de Marx, passava a defender a socialização da produção no campo por meio da luta revolucionária, na Alemanha Kautsky preferiu desenvolver a ideia de que o setor camponês da economia constitui uma fonte que caminha, inevitavelmente, para a acumulação de capital, vindo, portanto, a disseminação do capitalismo eliminar o campesinato.

As matizações de Karl Kautsky em relação a tendência geral do capitalismo em dissolver e eliminar o campesinato o levam a explicar os mecanismos da maior lentidão dos processos de centralização e concentração na agricultura. E, ao fazê-lo, formula propostas teóricas com respeito às pressões políticas dos grandes proprietários de terras e o papel do Estado, por um lado, e as formas de resistência do campesinato, por outro (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p. 51).

Por tal motivo é que Bandeira (1980 apud KAUTSKY, 1995) assinala que os seguidores mais radicais de Marx, tal como Lenin, passaram a atribuir à Kautsky o epíteto de “renegado” em pleno contexto da revolução proletária, pois ao invés de o mesmo ter seguido até o fim com suas ideias, preferiu assumir uma atitude pacifista, opondo-se a guerra.

Para Kautsky (1995), a unidade econômica campesina contratava mão-de-obra assalariada no intuito de ajudar nos trabalhos da gleba, já que a produtividade era limitada pela quantidade de membros da família. Além disso, havia épocas em que, para complementar sua renda, o camponês procurava empregar-se em trabalhos extras, até mesmo do tipo assalariado.

As tarefas das explorações rurais são muito variáveis. Em certos momentos, especialmente durante as colheitas, os assalariados das grandes explorações não bastam. Sente-se a falta de braços suplementares. Tais momentos, em que o pequeno camponês consegue uma ocupação acessória, são precisamente as ocasiões em que, na sua própria terra, o seu trabalho aparece como de necessidade absoluta. Sendo forçado a ganhar dinheiro, ele negligencia a sua propriedade, cuja exploração, de resto, para não

aludirmos a sua exígua superfície e a falta de meios, é irracional ao extremo (KAUTSKY, 1995, p. 198).

Desse modo, além da ação de contratação de trabalhadores, o que é típico de um capitalista, havia também a situação em que o camponês vendia sua força de trabalho para os grandes proprietários, o que é típico de um proletário. Tais atitudes levaram Kautsky a afirmar que a economia campesina está subordinada à agroindústria e ao mercado urbano, sendo, portanto, tipicamente capitalista.

Todavia, Selva (2002) aponta que diferentemente de Kautsky, Marx e alguns de seus sucessivos seguidores acreditavam que a economia campesina não é tipicamente capitalista já que esta não conduz à acumulação de capital e que nela não há venda da mercadoria mão-de-obra. Neste caso, a produção nas unidades campesinas destina-se somente ao consumo das famílias e a satisfação de suas necessidades. Ou seja, o camponês vende no mercado somente para poder comprar, mas não para lucrar ou mesmo para acumular capital.

Tais proposições enfatizam que as visões variam, consideravelmente, de Marx para Kautsky, sendo dessa forma, difícil chegar-se a um consenso, já que as situações apontadas por ambos são verídicas, embora, nenhuma delas ofereça provas suficientes para asseverar qual teoria prevalecerá sobre a outra num contexto mais genérico, ganhando ares de um princípio ou de uma tendência.

Procurando resolver essa questão, Chayanov (1974 apud Selva, 2002) desenvolve uma teoria sobre a influência da estrutura familiar na atividade econômica, pois para ele o trabalho na unidade campesina está inteiramente determinado pela quantidade de integrantes capacitados da família.

No que se refere ao trabalho na economia campesina, Chayanov (1974) desenvolve uma teoria sobre a família, quando trata da influência das etapas do crescimento desta, e da atuação dos seus membros na atividade econômica. Para ele, o trabalho está totalmente determinado pela disponibilidade de membros capacitados da família, o que se relaciona ao ciclo de vida da própria família. Segundo ele, a organização da unidade campesina é determinada pela disponibilidade de mão-de-obra, que é um elemento organizativo de qualquer processo de produção, independentemente de fatores externos, como a influência do mercado, extensão de terra utilizável, a disponibilidade dos meios de produção e a fertilidade natural do solo (SELVA, 2003, p. 39).

Chayanov (Ibidem) considera a mão-de-obra o elemento determinante da pequena produção agrícola, acima até mesmo do mercado, dos meios de produção, da quantidade de terras e de sua fertilidade. Assim, em consenso com Marx, Chayanov considera a mão-de-obra, e, não o capital, o fator preponderante de êxito da unidade campesina, descartando a ideia de que a economia campesina seja tipicamente capitalista.

Embora Kautsky compartilhe com Chayanov sobre a importância da mão-de-obra, atribuindo-lhe inclusive a qualidade de “bem mais precioso da família”, ao analisar o conjunto da organização campesina, ele aponta, entretanto, um fator que considera ainda mais influente: a capacidade do camponês de auto-exploração. Assim, o fator determinante para a estagnação ou para o desenvolvimento da agricultura não constituiria, essencialmente, a quantidade de membros da família enquanto potencial de mão-de-obra, mas sim, a capacidade de intensificação das atividades.

O pensamento de Kautsky (1995) é que a lógica do capitalismo tende a concentrar o domínio das técnicas e limitá-las às mãos dos grandes proprietários. Nessa situação, os camponeses vêm-se forçados a procurarem renda em atividades extras, muitas vezes, na propriedade dos próprios latifundiários que lhes são hostis. Em estágios mais avançados desse processo, quando não conseguem inserir-se no comércio, os camponeses retornam ao assalariamento e até mesmo arrendam ou vendem às suas próprias terras.

Se a exploração agrícola do pequeno camponês está fora do âmbito da produção comercial, e se forma como que parte do lar, abriga-se também das tendências centralizadoras da produção moderna. Por mais irracional, por mais desperdiçadora de forças que seja esta exploração de parcelas de terra, o camponês a ela permanece fiel, como sua mulher permanece fiel a sua casa miserável, à qual, com todos os esforços imagináveis, só lhe dá os resultados mais insignificantes, mas que é o único lugar do mundo em que ela não depende de uma vontade estranha e onde não se sente explorada (KAUTSKY, 1995, p. 187-188).

Kautsky (1995) encerra seu discurso falando que o campesinato está longe de se tornar uma unidade econômica socialista já que as famílias camponesas não pretendem se condensar. A tendência é que estruturas familiares acentuadas, isto é,

com muitos membros, diminuíam, e que, dificilmente, voltassem a este porte. Isto acontece porque a evolução econômica e política tende a alterar as necessidades de consumo das famílias e estimular-lhe sua contínua capitalização e individualização. Por outro, as famílias que não conseguem se desenvolver são forçadas, pelas novas necessidades de consumo, a procurar renda extra e a desprezar a agricultura como atividade central, contribuindo para a submissão à grande produção rural, proletarização do camponês e desigualdade social no campo.

Assim, o Quadro 1, a seguir, permite comparar os principais pontos divergentes entre as ideias de Marx e Kautsky, sendo possível visualizar, resumidamente, o que foi discutido anteriormente.

Quadro 1 - **Divergências de Karl Marx e Karl Kautsky sobre o campesinato**

Marx	Kautsky
O campesinato não é tipicamente capitalista	O campesinato é tipicamente capitalista
O campesinato não visa o capital	O campesinato visa o capital
A mão-de-obra é o fator determinante de êxito da economia campesina	A capacidade de auto-exploração é o fator determinante de êxito da economia campesina
O campesinato resistirá a proletarização	O campesinato sofrerá a proletarização
O campesinato não irá desaparecer	O campesinato irá desaparecer

Fonte: adaptado de Selva (2002).

As teorias de Marx e de Kautsky, sobre as tendências do campesinato, portanto, estarão sendo testadas ao longo do desenvolvimento deste trabalho, sendo possível, no final, fazer um balanço em que aspectos as mesmas são compatíveis com a realidade em questão, isto é, quando se tenta aplicá-las ao território dos assentamentos rurais na Zona da Mata Pernambucana. Para isso, o tópico seguinte procurará oferecer um melhor entendimento sobre os principais conceitos e definições utilizados no trabalho.

1.1.3 Conceitos e definições

Como se averiguou no item anterior, a divergência de ideias a respeito do conceito de campesinato fez com que o mesmo tenha, ao longo de sua evolução, passado por constantes reformulações. Assim, lembrando e assimilando as principais abordagens feitas por Gusmán; Molina (2005), a definição de campesinato passa a ser entendida, neste trabalho, como uma instância moral e de organização produtiva para o bem-estar social e a autonomia política das comunidades rurais.

Todavia, os constantes embates sobre o assunto permitem que haja, atualmente, variadas interpretações e proposições do que seja campesinato. Em etapas mais recentes do contexto histórico, o termo camponês passou a estar mais associado às formas de produção em pequena escala que pouco ou nada se voltam para o mercado. Nesse caso, mesmo quando a economia do campesinato passa a lançar produtos no mercado, o intuito limita-se a atender as necessidades básicas da família, sem haver acúmulo de capital.

Note-se o quanto, atualmente, esse conceito de campesinato aproxima-se das ideias propostas inicialmente por Marx. Assim, como será abordado nos próximos capítulos, o desenvolvimento da Agroecologia² muito contribuiu para estimular a linha de pensamento que atribui à agricultura a conotação de um modo de vida para além da produção.

O pensamento agroecológico resgata a figura do camponês e valoriza seus conhecimentos, sobretudo em relação ao convívio com o meio ambiente, aprendido através de gerações de interação do homem com os recursos naturais (OLALDE, 2010, p. 150).

Por outro lado, para evitar distorções de identidade, Olalde (Ibidem) acrescenta que aquelas comunidades agrícolas que se organizam igualmente em função da pequena produção rural, mas que possuem forte ligação com o mercado passou a ser chamadas de agricultores familiares. Note-se, nesse caso, que apesar das variações, a classe dos agricultores familiares se aproxima mais das concepções de Kautsky (1995).

² Ciência integradora que propõe uma alternativa de agricultura familiar socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável.

A evolução do contexto social e as transformações sofridas ao longo de sua trajetória fez com que muitas terminologias fossem sendo empregadas para se referir ao mesmo sujeito: camponês, pequeno produtor, lavrador, agricultor de subsistência, agricultor familiar etc. Assim, a substituição de termos é também um resultado das novas formas de percepção sobre esta categoria social (OLALDE, 2010, p. 147).

No presente trabalho, assim como foi anteriormente esclarecido por Olalde (Ibidem), de certa maneira, estes termos estarão sendo usados indistintamente, exceto em alguns casos em que se faz necessário uma identificação mais precisa do sujeito em relação ao contexto histórico abordado. Apenas, em tais situações se estará privilegiando o uso de um termo em detrimento de outros.

Percebe-se que os termos pequeno produtor, produtor camponês, ou unidades de produção familiar, de uma maneira geral, são considerados, pelo grosso da literatura, sinônimos de produção familiar, pois todos eles apresentam as mesmas características fundamentais (GOMES; AMÂNCIO, 1998, p. 7).

Assim, apenas por questões de simplificação metodológica, mas longe de pretender criar delimitações estanques, propõe-se, nesse trabalho, que o mesmo sujeito seja apresentado do seguinte modo: “camponês” para situar seu percurso no contexto clássico no século XIX, sobretudo, na Europa; “trabalhador rural” para situar o seu percurso no contexto de consolidação do sistema usineiro no século XX, especialmente, na Zona da Mata Nordeste; e, finalmente, “agricultor familiar” para situar o seu percurso no contexto de consolidação de assentamentos rurais no século XXI, dando-se ênfase a Pernambuco.

No Brasil, a Lei N.º 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais em seu Art. 3º considera como agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I – Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4(quatro) módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento

ou empreendimento; IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua própria família (www.jusbrasil.com.br).

Abramovay (1992 apud OLALDE, 2010, p. 149) diferencia a agricultura familiar no interior das sociedades capitalistas mais desenvolvidas como uma forma completamente diferente do campesinato clássico. Os camponeses podiam ser entendidos como “sociedades parciais com uma cultura parcial, integrados de modo incompleto a mercados imperfeitos”, representando um modo de vida caracterizado pela personificação dos vínculos sociais e pela ausência de uma contabilidade nas operações produtivas. Já a agricultura familiar é altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder as políticas governamentais. Isso significa que aquilo que antes era de tudo um modo de vida converteu-se numa profissão, numa forma de trabalho.

Ainda segundo Olalde (Ibidem), a partir de 1990, devido à crescente evolução da classe, o termo agricultor familiar além de se diferenciar, cada vez mais, do termo camponês passou a ser usado em oposição ao termo trabalhador rural. Sendo muito amplo, o termo “trabalhador rural” esteve muito presente na literatura brasileira e nas pesquisas acadêmicas que descreviam a trajetória dos movimentos sociais no campo.

Medeiros (2010) após atribuir ao termo “trabalhador rural” a vulgarização de uma infinidade de situações que envolvem essa categoria, termina lhe situando bem.

O primeiro aspecto a ser ressaltado é a enorme diversidade dos trabalhadores que se mobilizavam, colocando-a numa pluralidade de inserções no processo de produção e de condições de vida. Essa diversidade revela também uma grande amplitude geográfica, mostrando que, se os conflitos que eclodiam nos anos 50/60 tornaram-se mais intensos e ganharam maior visibilidade em determinadas áreas, como é o caso do Nordeste, nem por isso podem ser vistos como um problema exclusivamente regional. Eles desvendaram questões estruturais não só de caráter econômico, mas também político, que foram sintetizadas pela figura do latifúndio. Mais do que uma grande propriedade, tecnicamente atrasada, pouco produtiva, ela passou a simbolizar uma determinada forma de exercício do poder (MEDEIROS, 2010, p. 61).

Suas considerações deixam escapar, com clareza, que tal designação é mais adequada para descrever a questão dos conflitos no campo em função da partilha de terra muito comum em meados do século XX, todavia, não apenas em uma única região do Brasil mais em diversos locais do País.

No Brasil, muitos sindicatos rurais que surgiram em meio à exploração patronal assumiam a designação de sindicatos dos trabalhadores rurais. Assim, a contínua exploração das massas de proletariados agrícolas por meio dos patrões permitiu a introdução do termo agricultura patronal, que segundo Olalde (2010) supõem-se que tenha sido usado pela primeira vez em estudo realizado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) em convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Uma pesquisa realizada pela FAO [...] e pelo INCRA [...], cujo objetivo principal era estabelecer diretrizes para um “modelo de desenvolvimento sustentável”, escolheu-se como forma de classificar os estabelecimentos agropecuários brasileiros a separação entre dois modelos: “patronal” e “familiar”. O primeiro teria como característica a completa separação entre gestão e trabalho, a organização descentralizada e ênfase na especialização. O modelo familiar teria como característica a relação íntima entre trabalho e gestão, a direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários, a ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar e a tomada de decisões imediatas, ligadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo (OLALDE, 2010, p. 148).

Na Zona da Mata Nordestina, a agricultura patronal passou a ser associada ao sistema da monocultura canavieira, seguindo um enfoque setorial, cujo objetivo central é a expansão da produção e da produtividade agrícola. Assim, diferentemente da agricultura familiar, a agricultura patronal classifica-se entre as unidades de estudo que compreende a grande produção rural, ou melhor, os chamados *agribusiness*³.

A agricultura patronal desempenhou papéis significativos em diversos segmentos da sociedade, especialmente, na Zona da Mata onde encontra no

³ O mesmo que agronegócios. É toda relação comercial e industrial envolvendo a cadeia produtiva agrícola ou pecuária.

sistema usineiro a base para sua sustentação e plena perpetuação ao longo do século XX.

Difícilmente se encontrarão formas de utilização dos recursos dos solos que se possam rivalizar com a agroindústria canvieira quanto a capacidade de condicionar um tipo de sociedade e de economia, de modelar um tipo de paisagem e de estruturar um tipo de arranjo econômico do espaço. No Nordeste do Brasil temos uma demonstração disso. A agroindústria canvieira, gerando a chamada civilização do açúcar, imprimiu características peculiares às áreas onde se implantou. E o fez de um modo definitivo ou, pelo menos, de um modo dificilmente reversível (MELO, 1975, p. 19).

No contexto em que Melo (1975) escreveu sobre o caráter dificilmente reversível da monocultura canvieira na Zona da Mata, talvez fosse quase improvável, nessa época, imaginar que Pernambuco passaria por transformações de uso do território, especialmente, devido à disseminação dos projetos de assentamentos na região da Zona da Mata, sobretudo, na virada do século XX para o século XXI, a qual, segundo o Plano Regional de Inclusão Social (PRIS, 2003), apresenta uma crescente vocação para a policultura:

As constantes crises do setor sucroalcooleiro vêm mudando, ainda que de maneira tímida, o perfil produtivo da região com tendência a diversificação de atividades agrárias como a fruticultura, seringueiras, verduras folhosas, pecuária de leite e corte e outras atividades como o comércio varejista, a prestação de serviços, a indústria extrativa mineral e outros gêneros manufatureiros (PRIS, 2003, p. 52).

A partir de 1990, com o advento da reforma agrária, a agricultura familiar se fortalece reduzindo a hegemonia da agricultura patronal em diversos pontos da Zona da Mata Nordestina vindo enfatizar os aspectos sociais, espaciais e ambientais do processo de desenvolvimento sustentável no campo. Assim, como assinala Olalde (2010, p. 149): “a agricultura familiar está associada à dimensão espacial do desenvolvimento, por permitir uma distribuição populacional mais equilibrada no território, em relação à agricultura patronal.”

Além disso, observar-se que o fenômeno de expansão da agricultura familiar no Brasil repercutiu na transição do trabalho assalariado, característico da agricultura patronal, para o trabalho autônomo, característico da agricultura familiar.

Assim, o trabalho autônomo em unidades de assentamentos rurais caracteriza aquele em que o agricultor é possuidor da terra, dos meios de produção e de significativa, senão plena, liberdade de gerir a produção de sua unidade familiar. Já o trabalho assalariado, ao contrário, é definido pela venda da força de trabalho e a não apropriação dos meios de produção por parte dos empregados.

No próximo item, portanto, procura-se desconstruir a ideia da volta inevitável de proletarização do agricultor familiar, abordando-se, com mais profundidade, as diferenças entre trabalho assalariado e trabalho autônomo.

1.1.4 Diferenciação entre trabalho assalariado e trabalho autônomo

Segundo Paiva (2000), o quadro econômico-social do final do século XX tem como um dos elementos mais importantes a crise do assalariamento, aberta pela última onda de transformação da produção ligada à tendencial generalização das novas formas de mudanças organizacionais, gerenciais e de comunicação em escala global.

O panorama já estava claro nos países centrais, especialmente entre os europeus, quando da queda do muro de Berlin em 1989, um marco político se estabelece com os rebatimentos da crise do modelo que tinha no trabalho assalariado a sua mola propulsora. O fim do socialismo real na Europa significou, na prática, uma vitória política e ideológica dos princípios do capitalismo liberal como única forma legítima de pensar a realidade econômico-social, provocando perplexidade, além de dificuldades teóricas e práticas nas propostas políticas dos trabalhadores (PAIVA, 2000, p. 49).

A relação entre países desenvolvidos e periferia do sistema sofreu também enormes transformações, e, embora, o Brasil estivesse nesse contexto vivenciando um processo tardio de industrialização em relação à Europa, a crise do assalariamento nesse continente não deixava de constituir um sinal para a repetição do fato também no País, sobretudo, no final do último século.

Se por um lado, a questão do assalariamento no século XX esteve intimamente associada ao setor industrial, assim como hoje o trabalho autônomo se

associa intimamente ao setor de serviços, não se pode negar que aquele também se estendia sobremaneira ao campo, entre as várias categorias de trabalhadores rurais, inclusive o agricultor assalariado.

O emprego como construção social ligava-se, sobretudo, ao industrialismo apoiado sobre formas de contratos de trabalho e com proteção social, mas isso não impedia que estivesse em menor grau, ou até mesmo em igual escala, associado ao trabalho dos agricultores. As usinas de cana-de-açúcar no Nordeste, por exemplo, constituía uma empresa mista, tanto de cunho agrícola quanto industrial, recebendo, assim, a designação de agroindústria.

Todavia, ao longo do último século, as conquistas dos trabalhadores industriais, agroindustriais e agrícolas com certa padronização salarial, de local e de tempo de trabalho vinham sendo minadas pelo advento da modernização tecnológica e suas exigências de padronização e flexibilização. Se for assistida a dinâmica da indústria, e porque não dizer também, da agricultura é certo que os salários foram num momento forte do sindicalismo indexado à produtividade macro-econômica. Mas, agora as relações de trabalho passariam por um momento de profunda redefinição.

O novo momento é da dominância do capital financeiro, de externalização de muitas tarefas da indústria, de dominância do terciário e crescimento da informalidade. E, embora, a própria Europa começasse no início do século XXI a organizar medidas bem sucedidas para reverter o problema do desemprego, para muitos países da periferia o fato ainda continuaria presente por considerável intervalo de tempo. Estamos, pois, frente a um momento de vitória do capital sobre o trabalho que coincide com níveis inéditos de acumulação e riqueza social (PAIVA, POTENGY & CHINELLI, 1997 apud PAIVA, 2000, p. 51).

Essa realidade não poderia ter sido diferente no espaço agrário em que o advento da modernidade começa a exercer grande influência com o plano de modernização nacional para a produção de açúcar e álcool instituído pelo governo federal na década de 1970. Esse plano tinha como objetivo eliminar as usinas de açúcar menos competitivas e obsoletas em função do aumento da produção concentradas em unidades com maiores produtividades. Isto, mesmo que fosse a

custo de grande parcela de mão-de-obra dispensada e consecutivo desemprego conjuntural⁴.

Observou-se que nas épocas que havia o crescimento da produção das usinas, com expansão dos seus domínios e lucro advindos do negócio, ao mesmo tempo testemunhava-se o fechamento das unidades menos competitivas. Que isto se dava, inicialmente pelo forte clima interno de competitividade entre os usineiros e posteriormente em função das políticas governamentais de modernização do parque usineiro que privilegiavam as unidades mais produtivas. Isto indica uma preocupação maior do governo com os ganhos econômicos e pouca ou nenhuma importância significativa para o segmento social, ignorando assim as conseqüências negativas que o fechamento de usinas poderia acarretar para a população de um município (SILVA, 2009, p. 72).

É por tais motivos que Paiva (2000) dialoga com Albuquerque (1999) sobre o paradoxo do monopólio do trabalho no capitalismo, afirmando que a “vitória final” desse sistema é ter convertido gerações de desempregados inerentes a um processo em que a exclusão estrutural constitui elemento central do conjunto de contradições.

Também Carleial (2000) buscando qualificar a chamada crise do assalariamento reconhece as dificuldades de organizar analiticamente esta crise. Para solucionar o problema, Carleial (Ibidem) procura desenvolver um mapeamento das novas formas de atividades e avalia a conformação dos mercados de trabalho, utilizando o corte clássico: vendedores de força de trabalho x proprietários dos meios de produção em pequena escala (trabalhadores autônomos). No fim de suas análises, a pesquisadora se surpreende com resultados inesperados: a evidência de que a crise global do assalariamento é compatível com a participação crescente de assalariados, sobretudo, em países desenvolvidos.

Todavia como assinala Paiva (2000, p. 51) estas contratendências certamente freiam de algum modo a crise do assalariamento, mas o ideal de pleno emprego parece ter cada vez menos poder mobilizador, na medida em que não encontra respaldo sólido nas estruturas econômicas concretas.

⁴ Segundo Araújo et al (1997), em Geografia a expressão desemprego conjuntural é usada, preferencialmente, para descrever situações momentâneas, mas não genéricas na escala espacial. Estas, por sua vez, podem se descritas pela expressão “desemprego estrutural”.

Para utilizar o corte clássico entre vendedores da força de trabalho e detentores dos meios de produção, Carleial (2000) resgata as idéias de Marx sobre a relação entre a força de trabalho e o assalariamento.

Segundo Marx o ponto de partida lógico e histórico do capitalismo é a disponibilidade de uma mercadoria especial, a força de trabalho. Tal disponibilidade decorre de um longo processo de expropriação que transfere para alguns a posse dos meios de produção impondo à grande maioria, entretanto, a condição de despossuído e logo, vendedor da força de trabalho. A separação entre possuidor e despossuído dos meios de produção está na base da constituição dos mercados de trabalho. De fato, são condições fundadoras: a mercantilização da terra e da força de trabalho. A generalização da venda da força de trabalho e a dominância dessa prática como meio de obtenção da sobrevivência vai imprimir ao trabalho, forma a-histórica, a especificidade do capitalismo, qual seja, o trabalho assalariado (CARLEIAL, 2000, p. 3).

De acordo com Carleial (Ibidem), Marx é bem enfático sobre a explicitação de uma tendência direcionada pelo capitalismo em criar uma gradativa estratificação social a partir de separação entre aqueles que vão adquirindo os meios de produção e aqueles que permanecem vendendo sua força de trabalho. Assim, acumulando terra, poder e capital o capitalista emergente, aumenta suas margens de lucro e se distancia, cada vez mais, da necessidade generalizada de venda de sua força de trabalho.

Discutindo sobre o mesmo princípio, porém, tentando associá-lo à realidade no campo, Silva (1996) procura identificar em qual contexto começou haver a acumulação de capital no Brasil Rural. Depois de sucessivas análises, a resposta é encontrada no processo de industrialização que subverte a agricultura e que interfere num estágio anterior que ele chama de “economia natural”.

Como colocar a questão do desenvolvimento do capital no campo dentro desse contexto? Mais especificamente, que transformações ocorrem na agricultura no modo capitalista de produção? O princípio geral é o mesmo: um aprofundamento da divisão social do trabalho. Foi a partir da proletarização do camponês e da destruição de sua economia natural que se criaram as bases para o desenvolvimento do modo capitalista de produção, processo sistematizado por Marx. [...] O longo processo de transformação da base técnica – chamado de modernização – culmina, pois, na própria industrialização da agricultura (SILVA, 1996, p. 2-3).

Silva (Ibidem) acrescenta que é a partir daí, isto é, da concretização do processo geral de industrialização que se inicia o processo específico de industrialização da agricultura no Brasil. A transformação do agricultor em proletariado rural passa então a implicar, de um lado, no fornecimento da força de trabalho por parte dos agricultores, e de outro, na acumulação de capital por parte dos industriais.

Assim, almejando fornecer uma visão esclarecedora sobre como funcionam os acordos de contratação entre patrão e empregado sob influência da lógica de acumulação de capital, Carleial (2000) lista em seu trabalho as condições de compra e venda da força de trabalho que foram defendidas por Marx em sua obra “O Capital”, as quais abrangem os seguintes aspectos:

- i. A força de trabalho só pode ser vendida no mercado se oferecida por seu próprio possuidor, pela pessoa da qual é força de trabalho;
- ii. É necessário que o possuidor possa dispor dela, que seja proprietário livre de sua capacidade de trabalho;
- iii. Ele e o possuidor do dinheiro encontram-se no mercado e entram em relação um com o outro como possuidores de mercadoria, dotados de igual condição inclusive jurídica;
- iv. O possuidor deverá vender sua força de trabalho por prazo determinado no sentido de que não pode perder sua propriedade sobre ela;
- v. O possuidor da força de trabalho não pode vender mercadoria que encarne trabalho.

Segundo Carleial (2000), Marx defendia que para se firmar um acordo de contratação entre empregador e empregado, aquele deveria encontrar este em situação disponível, destituído dos meios de produção e, ao mesmo tempo, livre para empregar sua própria capacidade de trabalho em favor do contratante. Fica delimitada, portanto, as condições de troca entre capital e trabalho, excluindo todas as formas de trabalho autônomo, auto-emprego etc.

A mercadoria força de trabalho será destinada à produção de algum bem ou serviço mercantil num determinado tempo. O controle do uso do tempo vai exigir um conjunto de práticas organizativas e de controle dos trabalhadores. Marx argumentava que o capitalista

necessariamente vai se afastar dos processos de trabalho sendo substituído por trabalhadores que personificam o capital. Logo, os trabalhadores podem ser operários, chefes de linha de produção ou da família de produtos, gerentes, administradores, diretores etc. As condições nas quais a força de trabalho é transacionada, controlada e a escala de sua utilização se modificam ao longo do desenvolvimento do capitalismo. Inicialmente, a venda da força de trabalho tem um papel reordenador das produções artesanal e camponesa, porém, em escala marginal ao lado do artesão, do mestre e do trabalhador agrícola (CARLEIAL, 2000, p. 4).

A organização da sociedade sob a condição de força de trabalho, no entanto, não aconteceu de uma hora para outra, vindo se consolidar após atravessar sucessivas etapas que vão desde a generalização da manufatura ao estabelecimento das indústrias para então fazer prevalecer no século XX o trabalho assalariado.

Silva (1996) busca periodizar a interferência do capitalismo sobre as diferentes fases da relação social do trabalho no campo, estabelecendo a ideia de complexos rurais para situar cada contexto econômico que se difere do outro pelo tipo de divisão social do trabalho.

A ideia de complexo é diferente da análise sistêmica, que sempre é estática. Nos complexos, entende-se que, além da existência de fluxos intersetoriais significativos de compra e venda entre os diversos ramos que os compõem, o conjunto assim formado tem uma dinâmica própria. Assim, além de as partes se moverem de forma independente, o crescimento de um segmento do complexo depende do crescimento dos outros e, mais que isso, pode induzir o crescimento dos outros segmentos, em maior ou menor grau. Em outras palavras, a análise dos complexos, além de identificar as relações técnicas existentes entre distintos segmentos do sistema, estabelece as relações de determinação, do ponto de vista da dinâmica, e da autonomia relativa entre os elementos constituintes (SILVA, 1996, p. 29).

Em resumo, o autor tenta justificar que na década de 1960 houve um conjunto de condições macroeconômicas e políticas internas que possibilitaram uma mudança qualitativa no padrão de desenvolvimento da agricultura do País. Essa mudança qualitativa concretizou-se nos Complexos Agroindustriais⁵ e no processo

⁵ É o conjunto de todas as operações que engloba a produção e distribuição dos insumos rurais.

de fusão/integração de capitais intersetoriais pelo capital financeiro, que corrobora para a industrialização da agricultura.

O que interessa realçar aqui é que a agricultura se industrializa nesse processo, isto é, torna-se um setor subordinado ao capital, integrado à grande produção industrial. Dito de outra maneira, a agricultura se transforma num ramo de aplicação do capital em geral e, de modo particular, do capital industrial que lhe vende insumos e compra as mercadorias aí produzidas (SILVA, 1996, p. 4).

Finalmente, a complexificação das funções do Estado e a multiplicação das atividades de serviços permitiram, por sua vez, uma crescente diferenciação dos trabalhadores assalariados e a condição operária reduziu-se fortemente. Neste processo, a lógica da oferta e demanda da “mercadoria” mão-de-obra se modifica e as práticas de contratação passaram a ser reguladas por leis reconhecidas sob o estatuto de Direito do Trabalho (CARLEIAL, 2000, p. 3).

Assim, em consonância com Carleial (Ibidem) o presente estudo define o assalariamento como a forma que assumiu o trabalho no capitalismo em determinadas sociedades, tendo como condições básicas a generalização da venda da força de trabalho e a não apropriação dos meios de produção por parte dos empregados. O conceito de assalariamento indica, portanto, a dominância do trabalho assalariado, pondo em questão a oposição entre patrão e empregado.

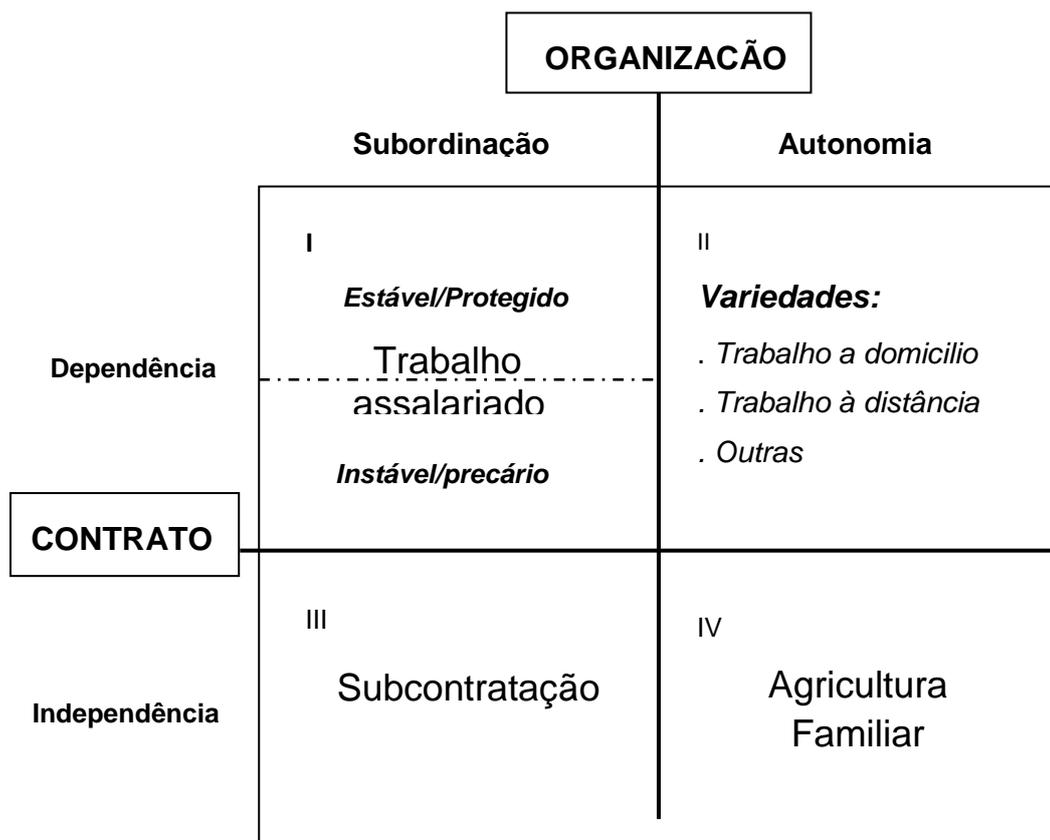
Há diferentes graus de dependência entre os trabalhadores e os capitalistas à medida que - sem trabalho - por quanto tempo cada um poderá sobreviver juntamente com sua família? A esta pergunta provavelmente obteremos diferentes respostas as quais não invalidam o ponto central que os unifica: para viver é preciso trabalhar, logo é preciso vender a força de trabalho. O aumento do desemprego, ao lado do conjunto de mudanças tecno-organizacionais já referidas, fragiliza o coletivo dos trabalhadores que tem tido extrema dificuldade para preservar direitos já conquistados e estendê-los aos novos entrantes (CARLEIAL, 2000, p. 4).

Silva (1996) assinala que essa fase de profunda crise do assalariamento assola, igualmente, os interesses agrários no País, afetando, por exemplo, as velhas representações dos trabalhadores rurais, embora, defenda também que alguns dos seus elementos constitutivos básicos sobrevivem até hoje, tal como, o preceito constitucional da unicidade da representação sindical.

Além disto, conforme Carleial (2000) o novo formato de firma que tem surgido, com o início do século XXI, tem estimulado a emergência de trabalhadores subcontratados que muitas vezes são regidos por contratos comerciais e não por contratos de trabalho. Em decorrência destes fatores, a sociedade de trabalhadores assalariados começa a enfrentar muitos problemas, especialmente, relacionado ao enfraquecimento de proteção dos direitos trabalhistas, diminuição de vínculo com a corporação e surgimento de muitas modalidades de trabalho instáveis.

Assim, procurando esclarecer a questão das diferentes modalidades de trabalho Palomino e Aloy (1999 apud CARLEIAL, 2000) passaram a organizar as mesmas em pelo menos quatro classes de trabalho que varia de acordo com a relação entre as dimensões do contrato e da organização do trabalho (Quadro 2).

Quadro 02 - Modalidades de trabalho segundo as relações contratuais e a organização do trabalho



Fonte: adaptado de Palomino e Aloy (1999).

De acordo com as proposições defendidas por Carleial (2000), o trabalhador assalariado, do ponto de vista do contrato é “dependente” das disposições do

empregador e “subordinado” a ele do ponto de vista da organização do trabalho, estando representado pelo primeiro quadrante (I) do Quadro, o qual combina a dependência contratual com a subordinação organizacional, comportando, inclusive, as diferentes formas de contrato precário. Assim, é possível afirmar que essa é a forma em que se enquadra a agricultura patronal exercida entre usineiros e trabalhadores rurais.

Para Carleial (2000) a subcontratação está representada no quadrante (III) que associa independência contratual com subordinação organizacional. No entanto, é possível que tal relação seja regida por contratos comerciais formais ou simples contratos verbais assentados sobre a confiança mútua. Nisso, é possível associar esse tipo à relação patronal entre fornecedores de cana e trabalhadores rurais, a qual será mais bem esclarecida no terceiro capítulo do trabalho.

As chamadas formas modernas de trabalho autogeridos (trabalho a domicílio, trabalho cooperado, trabalho à distância etc) são apontadas por Carleial (2000) como aquelas que associam a autonomia organizacional e dependência contratual (quadrante II). Essa forma é verificada entre as cooperativas de prestação de serviços em assentamentos rurais, por exemplo.

Já a agricultura familiar agrega as características de independência contratual (não há contratação) e autonomia organizacional de que trata o último quadrante (quadrante IV). Contudo, como se observará nos próximos capítulos, embora, os agricultores familiares possam dispor de autonomia na gestão de seu trabalho, outros fatores virão substituir o da “subordinação”. Entre os mesmos se encontram: a dependência do mercado, da mão-de-obra familiar, a capacidade de produção etc. Tais incidentes fornecerão margem para que se fale de uma autonomia relativa da unidade familiar. Assim, o item seguinte do trabalho analisará a importância da pequena produção rural no Brasil em seu contexto histórico e atual, no sentido de fornecer um apanhado geral que sintetize a base teórica para a posterior análise dos resultados.

1.1.5 O papel da pequena produção rural no Brasil

Segundo Veiga (1991) o termo pequena produção rural foi utilizado pela comunidade acadêmica brasileira desde a década de 1970 para ressaltar sua oposição em relação à grande produção. Desde então, embora, muito já se tenha discutido sobre a futilidade e relevância do tamanho da unidade produtiva, enquanto questão crucial para o entendimento das formas de produção, a mesma passou a ser vista, muitas vezes, como sinônimos da agricultura familiar ou mesmo do campesinato. O que vale ressaltar é que a noção de pequena produção rural transmite propositalmente a ideia de distinção de classes sociais que possuem na estrutura fundiária uma base para a divisão sócio-espacial do trabalho (papeis).

Uma das questões que se levanta a respeito da pequena produção rural no Brasil é que a mesma, desde o início de seu desenvolvimento até hoje, trouxe os emblemas de suas instabilidades e resistências de cada época. Neste item, não se tem, nesse momento, a pretensão de acrescentar elementos novos na discussão da questão, mas, fornecer uma interpretação que possa auxiliar no melhor entendimento do que já se foi, e, continua sendo, amplamente, debatido nas universidades.

Assim, o que se conhece é que a pequena produção rural no Brasil sempre sofreu as retaliações da grande produção rural. Não será preciso reportar a toda aquela velha história das raízes da colonização brasileira, bem como, o tipo de povoamento que sucedeu no País, para perceber que a pequena produção rural ainda hoje esbarra na concentração fundiária, mas, baseado nela, isto é, nessa história, discriminar o conjunto de circunstâncias e a sucessão de fatos que compõem o contexto histórico e atual que lhe dão forma, e, também, um conteúdo.

1.1.5.10 contexto histórico da pequena produção rural no Brasil

Segundo Kautsky (1995) desde que houve a Revolução Industrial, e com ela a tendência cada vez maior de urbanização, novos valores são atribuídos a produtos até então considerados supérfluos pelos moradores rurais. Os valores da cidade vão

progressivamente atingindo o campo e repercutindo fortemente na desarrumação das estruturas fundiárias, na divisão social e territorial de trabalho e nas formas de produção.

Kautsky (ibidem) afirmava que com o advento da sociedade capitalista, surge a necessidade de se produzir para o mercado, de ampliar a capacidade de produção em cada porção de terra e de melhorar a qualidade dos instrumentos de trabalho. Estas são mudanças impactantes e, cada vez mais, necessárias para obtenção de um novo patamar de usufruto de vida moderna.

Há, portanto, segundo Kautsky (1995), a superação da terra dividida em feudos e do momento histórico sem grande ebulição. A exigência de lançamento de produtos no mercado levou os proprietários de terra na Europa a querer expandir os seus domínios, lançando-se na acirrada disputa pela maior produtividade, redução dos custos de produção, ampliação do lucro e capacidade de investimentos. Enfim, nesse ciclo, os proprietários de terras, oriundos dos feudos, buscariam se tornar capitalistas.

Avaliando-se a ideia transmitida, considera-se no trabalho que o fator de mudança das necessidades ao longo do sistema capitalista, pode ser um dos trunfos mais bem fundamentados para explicar a questão das origens da concentração de terras e do sufoco encontrado pela pequena produção rural nos dias de hoje no Brasil.

No princípio apregoado por Kautsky (idem), a disputa acarretada pelo mercado admite, de um lado, aqueles que estão mais bem adaptados às mudanças, buscando mais rapidamente qualificar sua produção, e de outro, aqueles que não têm o mesmo destino, tendo que se desfazer de suas propriedades, de seus subordinados e de seus instrumentos obsoletos. Assim, os mais bem adaptados ao sistema é que vão incorporando novas terras e dominando o mercado com escalas de produção cada vez mais competitivas e desleais.

Assim, contextualizando o princípio à experiência brasileira, admiti-se que quando houve o surgimento dos Estados Modernos e de suas colônias de exploração, a concentração de poder e de riqueza já estava estabelecida. Seria o fato uma aplicação do conceito de “inércia herdada” de Santos (1978)?

No caso da colônia brasileira (colônia de exploração), as divisões de terras são apenas extensão de poder dos domínios de Portugal, e assim, desde então, as terras brasileiras passaram a ser domínio de poucos, os quais as concentram, mesmo, muitas vezes, sem as utilizarem diretamente.

Posteriormente, a concentração de terras no Brasil deu origem à acumulação de riqueza e a segregação social. O Brasil, mesmo valendo-se de conquistas marcantes como a libertação dos escravos e a proclamação da república, restringiu o leque de oportunidades aos lugares centrais da economia. Além disso, as classes sociais privilegiadas puderam se conservar no poder através da subordinação do Estado aos seus interesses particulares e conchavos políticos (ANDRADE, 1986).

O campo torna-se, desde então, palco para os grupos excluídos e “refugiados” de vários lugares do País, tais como as comunidades indígenas, quilombolas e camponesas. As terras passam a ser objeto de disputa entre classes antagônicas, dando-se início aos diversos ciclos de revoluções e conflitos sobre o uso e a posse da terra, os quais, até hoje, buscam a ampliação da capacidade produtiva e do melhoramento das condições de trabalho.

Em última análise, esses conflitos não se dão necessariamente de modo direto, isto é, pelo uso da força, da violência ou da barganha, seja de ordem política ou jurídica, as distorções são causadas, muitas vezes, pelo caráter excludente do modo de produção capitalista. Nele, o conhecimento torna-se fator preponderante para o aprimoramento das técnicas sofisticadas de plantio e de aproveitamento do solo.

Muito em breve, conforme Kautsky (1995) a tecnologia de ponta tenderia a se tornar elemento chave da produção em larga escala, latifundiária e mercadológica. No Brasil, campos, cerrados e florestas inteiras estão sendo devastados para o plantio, em larga escala, de grãos, gramíneas e outros gêneros agrícolas, os quais fornecem rendimentos milionários aos grandes empreendedores regionais, nacionais ou multinacionais. Por outro lado, embora a agricultura mecanizada e aprimorada possa ser também elemento de muitas propriedades pequenas no Brasil, a maioria delas beira ao espaço da marginalidade. A pequena produção rural compreende os territórios que se baseiam na força de vontade dos pequenos agricultores, na mão-de-obra braçal das famílias, na sabedoria popular, bem como, na capacidade de articulação em comunidade mesmo perante os entraves que a afeta.

1.1.5.2 O contexto atual da pequena produção rural no Brasil

Há, atualmente, na pequena produção rural, um embate entre o senso comum, através de práticas ditas tradicionais, e o conhecimento técnico-científico, com utilização da agricultura convencional. Todos os dias, pequenas comunidades rurais se deparam com essa realidade no Brasil. Já que do ponto de vista econômico a pequena produção rural, muitas vezes, não se sustenta em si mesma, e isto devido à concorrência desnivelada com o agronegócio.

No momento histórico atual, caracterizado pela universalidade empírica e pela cognoscibilidade científica, isto é, através da disseminação da informação em larga escala, e, da rapidez com que se propaga o conhecimento apurado, este se alastra até por lugares mais remotos do planeta.

No campo, esse fato é percebido com a troca de experiência entre o senso comum e o conhecimento técnico-científico. Ao mesmo tempo em que existe essa troca, há também os embates e as resistências, seja por motivo de conflito de interesse, seja por fatores culturais de adaptação. E, ainda que o conhecimento tenha se propagado, o mesmo é tido como mercadoria, como forma de se obter vantagens comparativas no mercado. Assim, há as restrições, e a propagação do conhecimento apurado legitima e corrobora para a manutenção das desigualdades sociais, especialmente, na distorção do uso dos territórios agrícolas.

A massa dos homens instruídos se recruta na classe dominante, e cresce com os desejos de vida burguesa, desejos que se comunicam, de maneira imperceptível, em virtude da influência necessária do ambiente aos que saíram do povo e se elevam pelos seus próprios esforços (KAUTSKY, 1980, p. 120).

No meio acadêmico, esse embate abre uma discussão que busca legitimar uma vertente que, cada vez mais, incentiva a pequena produção rural como um “modo de vida”. O eixo do enfoque é transportado então da vertente predominantemente econômica (agronegócio) para buscar um significado de existência através da valorização do saber popular e da cultura. Mas, assim como os homens não podem viver somente de trabalho, ao mesmo tempo não podem viver

somente ligados ao modo de vida tradicional. Logo, pelo fato da vertente econômica já ter sido tão discutida, a vertente cultural calcada no “modo de vida” busca uma simbiose entre as duas, apesar de, no fundo, privilegiar a segunda.

As práticas agrícolas no campo são muito antigas, e, como todo senso comum, nos territórios da pequena produção rural as mesmas são preservadas e aperfeiçoadas a cada dia, sendo transmitidas ao longo das gerações de pais para filhos. Daí perceberem-se três aspectos importantíssimos da agricultura, os quais resistem ao tempo histórico, são estes: o poder de agregar a família, o poder de agregar a comunidade e o poder de agregar o conhecimento empírico (CARNEIRO; MALUF, 2003).

Muito se vem discutindo anualmente sobre a possibilidade de descaracterização do agricultor caso o mesmo venha obter educação refinada. Isso vai da concepção em que a agricultura em pequena escala está associada aos pobres. Ou pelo menos da concepção de que foi assim que ocorreu ao longo da maior parte da história.

Hoje, existem não raras exceções no Brasil, em que a pequena produção rural encontra-se mecanizada e bem inserida no mercado. Mas, à grosso modo, não é isto que acontece na maior parte do território nacional. Especialmente no Norte e no Nordeste, a pequena produção rural compreende mesmo a parcela da população menos favorecida. Nesses locais, os agricultores tendem a se organizarem em algum tipo de sistema agrícola, seja através de um assentamento rural, de uma cooperativa, de uma comunidade quilombola, aldeia, ou qualquer outra forma de associativismo.

Nesses lugares, o espaço se reproduz com a criação de novos territórios, os quais vão possuir seus próprios atributos e fronteiras. É através dessas organizações que as comunidades buscam se fortalecer contra os abusos do agronegócio, que muitas vezes tem por trás a ação de fazendeiros, usineiros, empresários extrativistas etc. Estes buscam a exploração das terras sem o mínimo de responsabilidade social.

Dessa maneira, se o estilo de vida rural busca reafirmar sua própria identidade frente às tentações e pressões do estilo de vida urbano, a própria prosperidade e modernização do campo constitui um ideal na mente dos

agricultores. Todavia, como assinalam Sposito; Whitacker (2006), o ideal de modernidade disseminado no campo tanto pode atrair a modernidade para si, quanto levar aspectos da vida rural à cidade, à exemplo de sossego, ar puro, contato com a natureza etc.

O exemplo mais comum é que, se por um lado, o ideário contínuo do agricultor muitas vezes é querer abandonar o campo, por outro, observa-se que o trabalhador citadino, não poucas vezes, busca se refugiar no campo. Embora, haja aspectos comuns e contrastantes entres ambos os casos, o que convém ressaltar é que hoje muito se preza pela diversidade das vivências e de novas demandas, se introduzindo as concepções de multifuncionalidade da agricultura, abordadas no próximo item.

As organizações são também uma forma de buscar o apoio, bem como, defender seus direitos junto ao Estado, que muitas vezes é omissos. O próprio Estado reconhece que, embora, a pequena produção rural seja capenga na maioria das vezes, não se pode viver sem ela. É dela, ou seja, dos aportes locais de produção que se descobrem e se desenvolvem novas formas de exploração da terra.

No contexto brasileiro, espera-se, entre outras coisas que os espaços rurais onde predominam a agricultura familiar sejam capazes de induzir um estilo de desenvolvimento rural mais sustentável, mais justo e gerador de novas oportunidades econômicas. [...] A importância atribuída à produção alimentar deve ser cotejada com a constatação de que a reprodução econômica das famílias rurais, nas condições brasileiras, não guarda uma relação linear com a atividade agrícola desenvolvida por essas famílias, pois a maioria delas obtém incrementos de renda por outras fontes que não apenas sua produção agrícola mercantil. Embora a constatação não seja nova, tal característica coloca desafios específicos para a correlação entre a atividade agrícola e a promoção das demais funções da agricultura que se pretende valorizar (CAZELA et al, 2009, p. 35-49).

Além disso, a pequena produção local é a forma de sustento de não pequena parcela da sociedade brasileira. Sem ela, o processo de êxodo rural aumentaria e se intensificaria drasticamente os problemas urbanos, visto que, as cidades tem se mostrado impotentes em prestar serviços de qualidade e infraestrutura adequada a toda população. Tem-se, talvez, uma única alternativa palpável: produzir qualidade

de vida no campo. E, assim, como a multifuncionalidade da agricultura parte do pressuposto de evitar o agravamento dos problemas urbanos, ela parte também do incentivo a qualidade de vida no campo.

A questão da multifuncionalidade da agricultura abrange, portanto, três grandes níveis de discussão, que são: as famílias rurais, o território e a sociedade.

1.1.5.3 A questão da multifuncionalidade da agricultura

A multifuncionalidade da agricultura é um conceito muito utilizado atualmente, o qual tem sido consideravelmente aceito por especialistas de várias disciplinas: agronomia, economia, geografia, sociologia etc. Isto se deve pela atitude transdisciplinar que esse conceito carrega, a qual é tão demandada hoje.

Carneiro; Maluf (2003) defendem que, no Brasil, um dos motivos para o uso desse conceito foi a dificuldade de se estudar um país tão diverso e heterogêneo. Assim, toda vez que os intelectuais clássicos, que estudam a questão agrária, buscavam transportar e implementar no Brasil um modelo europeu para o desenvolvimento do campo, o mesmo esbarrava na falta de adaptação. É que o território brasileiro envolve uma gama de peculiaridades, e, a própria questão agrária no Brasil possui grandes contradições.

Assim, a multifuncionalidade da agricultura surge num momento em que se busca questionar a eficácia desses modelos europeus, que pouco ou nada se aplicam à realidade brasileira, passando a buscar solução numa lógica que “desse conta” da grande heterogeneidade do território nacional. Ainda segundo as concepções de Carneiro; Maluf (2003), um dos primeiros desafios a ser enfrentado pelo uso da multifuncionalidade seria o de atribuir às famílias um papel além de simples produtor, isto é, um papel que incorpore as noções de equidade, diversidade cultura e sustentabilidade.

É possível estabelecer, a propósito, uma conexão entre o enfoque da multifuncionalidade da agricultura e as interpretações que tornam a agricultura e o rural como um “modo de vida”, mas além da dimensão econômica da atividade agrícola (CARNEIRO; MALUF, 2003, p. 145).

Dessa maneira, a multifuncionalidade da agricultura envolve quatro grandes expressões que tanto refletem o modo de vida das famílias, quanto pode fornecer-lhes uma prospecção em prol da qual se guiam. Estas expressões são: trabalho; qualidade de vida; sociabilidade; e, sustentabilidade da natureza.

Quando se analisa a expressão “trabalho” no campo, a primeira preocupação que vem à tona é a renda dos trabalhadores, pois, as outras expressões da multifuncionalidade, como por exemplo, a qualidade de vida, vai depender bastante da renda. O problema da baixa renda nas comunidades agrícolas é fator preponderante no risco de evasão rural e no abandono da agricultura enquanto elemento central de agregação familiar e cultural. É devido à baixa renda obtida da agricultura que surgem novos fenômenos agravantes da desterritorialização do campo, tais como a pluriatividade.

A pluriatividade no campo é o fenômeno que leva muitos integrantes das famílias desenvolverem, por necessidade de aumentar a renda familiar, outras atividades além da agricultura. A pluriatividade é também um dos grandes fatores responsáveis pela migração pendular diária ou semanal que levam os agricultores a buscarem serviços alternativos nas cidades (CARNEIRO; MALUF, 2003).

A expressão qualidade de vida tem seu norteador, sobretudo na segurança alimentar. É através dos cuidados devidos no uso da terra, da produção de alimentos e sua adequada manipulação, que a sociedade diminuirá sua dependência à compra de alimentos industrializados. Através do uso da agricultura orgânica, as famílias poderão consumir produtos de maior qualidade, elevando a expectativa de vida e reduzindo a taxa de mortalidade devido à subnutrição e doenças relacionadas à carência alimentar.

O que se verifica, no entanto, é que o uso da agricultura orgânica ainda é reduzido nas comunidades agrícolas brasileiras, e isso se deve, sobretudo, pelas questões de resistência cultural que envolvem desde o baixo índice de alfabetização dos agricultores, até as questões relacionadas à própria ética. Por outro lado, a agricultura orgânica tem se valorizado gradativamente no mercado nacional, e, devido aos benefícios do consumo de alimentos de natureza orgânica, os mesmos estão atualmente sendo oferecidos no mercado com preços mais elevados do que os alimentos produzidos convencionalmente, isto é, com o uso de agrotóxicos.

A questão da sociabilidade no campo está imbricada com a questão cultural. Apesar de todos seus entraves, a agricultura continua sendo o principal fator da identidade social das famílias rurais brasileiras. É nesse ponto que a concepção de “modo de vida” torna-se notório, uma vez que, o estilo de vida dos agricultores vai além da dimensão econômica (CARNEIRO; MALUF, 2003).

Ainda hoje, as safras e as boas colheitas são o que motiva a maioria das comunidades a conservarem as tradicionais práticas culturais e a desenvolverem novas formas de diversão e cultos coletivos. Por outro lado, a falta de perspectiva no campo, hoje em dia, sobretudo para os jovens, bem como, a falta de incentivo dos mais velhos, os quais sonham com um futuro melhor para seus descendentes, torna-se também fator de perda dessas tradições.

Já a questão da sustentabilidade da natureza corresponde ao uso racional da natureza, à preservação das florestas, dos recursos hídricos e da fauna. Nesse estágio de condição o olhar do agricultor em relação à mata é fator preponderante. O agricultor acostumado em enxergar a mata como um obstáculo à agricultura deverá ser estimulado a pensá-la de outra forma (CARNEIRO; MALUF, 2003, p. 145).

Impactos ambientais causados pela destruição das matas implicarão na diminuição dos regatos d'água que servem de uso para a irrigação. Também seria o caso de suceder-se, com a retirada da mata, o empobrecimento do solo, com possíveis riscos de erosão e até mesmo desertificação.

A multifuncionalidade da agricultura não é só um conceito a ser abordado pelos intelectuais que discutem nos centros universitários a questão agrária e o desenvolvimento regional do Brasil, ela constitui uma diretriz a ser adotada pelas famílias que representam os pequenos produtores rurais do País. Para isto, é necessário que haja incentivos que partam dos governos, da iniciativa privada e dos formadores de opinião. O intuito da multifuncionalidade da agricultura é de fortalecer a identidade dos territórios enquanto “modo de vida” a ser valorizado pelos próprios agricultores, bem como, por toda sociedade. O perfil das famílias rurais deverá ser estudado com muita cautela, no sentido de aproveitar a experiência dos mais velhos, e, associá-la à disposição dos mais jovens em apreender novas técnicas e de se interessar pela agricultura. Neste caso, é necessário que as faixas etárias mais maduras entrem num consenso de conservar as práticas tradicionais que são

comprovadamente benéficas à natureza, como também, se dispor a abandonar aquelas que são nocivas, toda vez que for necessário.

Por outro lado, as faixas mais jovens deverão se comprometer com um código ético de defesa pelo direito à vida, à proteção da biodiversidade e ao bem-estar de toda comunidade, o qual deverá prevalecer sobre os instintos predatórios do homem e seus meros interesses particulares. A mudança de mentalidade deverá acontecer por meio da educação, sem que haja o desrespeito e a desvalorização cultural. Os interventores deverão estabelecer um programa de conscientização junto às comunidades que incentivem a forma regional de se produzir e as formas de expressões histórico-culturais que denotem a importância da agricultura.

O impulso de abandonar o campo para ir morar na cidade deverá ser confrontado através de reflexões que estimulem a afirmação do campo enquanto local agradável e tão suscetível de qualidade de vida quanto à cidade. A multifuncionalidade da agricultura, portanto, surge como uma alternativa de desenvolvimento para o campo, como uma ferramenta de resolução de problemas sociais e ambientais, e, como uma diretriz que fundamenta a dignidade da família.

1.2 Metodologia

Para Lakatos; Marconi (1991) a metodologia é um conjunto de etapas que trata da maneira como foi realizada uma pesquisa. Assim, através da metodologia é possível identificar questões referentes à “como?”, “com quê?”, “onde?”, e “quando?” foi feita a investigação. Todavia para estas autoras, torna-se necessário a distinção entre dois elementos essenciais pertinentes à metodologia: o método e o procedimento metodológico.

O método constitui a inspiração filosófica, o grau de abstração, a finalidade mais ou menos explicativa e a ação nas etapas mais ou menos concreta da investigação e ao momento que se situam. Já o procedimento metodológico constitui etapas mais concretas da investigação, com finalidade mais restrita, pressupondo uma atitude concreta de construção da pesquisa (LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 221). Assim, essa distinção será explicitada nos itens a seguir:

1.2.1 Embate entre o método sistêmico e o método dialético

Os métodos são subsídios científicos que legitimam a elaboração dos mais variados trabalhos de natureza acadêmica. Na escala de evolução das ciências, diversos métodos foram sendo aprimorados e consagrados nas sociedades de acordo com os interesses e as expectativas de cada época. Assim, de modo geral, os métodos tinham como objetivo a apreensão da realidade aludida.

Se as primeiras escolas de pensamento científico atribuíam ao método um teor de neutralidade, a progressiva imbricação deste ao campo ideológico das ciências humanas veio comprovar, progressivamente, que essa premissa não era verdadeira. O método não seria neutro, ao contrário, ele esconde com muita perspicácia os objetivos que, muitas vezes, estão implícitos na formulação de uma pesquisa.

Assim, quanto ao objetivo ideológico os métodos científicos tendem a se classificar, grosso modo, em uma dessas duas vertentes: de um lado, as que buscam conservar ou legitimar a propagação do sistema social em vigor; e por outro, aquelas que têm compromisso como uma ação transformadora da realidade.

Entre as bases metodológicas mais conhecidas no meio científico encontram-se: o Positivismo, o Funcionalismo, o Estruturalismo, o Sistemismo e o Dialeticismo. Com o passar do tempo, alguns desses métodos tornaram-se obsoletos, outros, apesar de estarem sendo menos utilizados, passaram a conviver com aqueles que estão sendo mais aceitos.

O presente trabalho adotará o método da dialética (do grego *dialektos* que significa debate) em que os fenômenos são considerados em processo de realização, modificando-se e transformando-se em virtude de seu próprio dinamismo e das contradições que encerram. É justamente por esse embate que a ciência busca sempre o aperfeiçoamento de suas assertivas, havendo constantemente a reformulação dos seus paradigmas (formas).

Segundo Oliveira (p. 53-54) a dialética requer o estudo da realidade em seu movimento, analisando as partes em constante relação com a totalidade, vindo o método dialético se destacar pelos seguintes princípios:

A) Princípio da conexão universal dos objetos e fenômenos:

Nenhum objeto existe isolado, o homem não se basta a si mesmo, tudo está conectado, visto que os fenômenos da natureza estão interligados e se determinam mutuamente. O surgimento de fenômeno, o seu desenvolvimento e a sua mudança, só são possíveis através das interações e conexões com outros fatos e fenômenos (OLIVEIRA, 2010, p. 54).

B) Princípio de movimento permanente e do desenvolvimento:

Tudo o que existe no universo está em movimento. São as contradições internas que determinam o movimento de objetos e fenômenos. O desenvolvimento se dá na luta dos contrários, sendo resultado de acumulação de mudanças, tanto qualitativas como quantitativas, que ocasionam as transformações qualitativas (OLIVEIRA, 2010, p. 54).

A visão dialética fornecerá também subsídios para a abordagem qualitativa da pesquisa. Através da pesquisa qualitativa serão feitas as análises do modelo patronal e do modelo familiar no âmbito da Geografia Agrária. Trabalhar dentro de uma abordagem qualitativa é uma proposta que privilegia os atores sociais na Geografia Humana, procurando valorizar a subjetividade, mas, ao mesmo tempo, minimizando os seus pontos desfavoráveis.

No presente trabalho é possível afirmar que a transição da agricultura patronal para a agricultura familiar implica na necessidade de constante comparação entre as duas realidades, para se observar com clareza o que realmente mudou, o que não mudou, o que tem mudado ou o que pode vir mudar. Ao tratar da apreensão da realidade estudada, observou-se, paulatinamente, que o modelo da agricultura patronal muito se aproxima da concepção de um sistema que propicia as permanências, e que o modelo da agricultura familiar muito se aproxima da concepção dialética que possibilita mudanças.

Dessa forma, seria possível admitir que entre as repercussões sócio-espaciais que ocorreu com a transição entre os dois modelos uma delas seria a

mudança na gestão do uso do território. Se no sistema usineiro havia completa separação entre gestão e trabalho, nos assentamentos rurais não há essa separação, antes, a participação dos trabalhadores rurais nas decisões dos grupos evidencia o advento de uma dialética aguçada.

De acordo com Demo (1981) o sistemismo e o dialeticismo aparecem como dois métodos antagônicos quanto ao objetivo ideológico. O primeiro é mais comprometido com as permanências sociais enquanto o segundo com as transformações sociais. É certo que como vimos, existem autores que, muitas vezes, tentam conciliar um com o outro, como é o caso do Geógrafo Milton Santos, que para isso desenvolveu a concepção de espaço híbrido para explicar a natureza dicotômica da realidade. Para o mesmo, tanto seria válida a contribuição do sistemismo quanto do dialeticismo nas ciências humanas, ao contrário dos críticos mais radicais, que afirmam que tal atitude contribui apenas para a criação de uma dialética não transformadora.

O método sistêmico é conhecido por contribuir para a manutenção e repetição da dinâmica sistêmica vigente na realidade. Sua natureza e aplicação à pesquisa parte da hegemonia do sistema capitalista, integrando-se ao seu círculo econômico, financeiro e geopolítico. Tal fato exige, por conseguinte, que o pesquisador obedeça às regras pertinentes ao sistema, ou que pelo menos concilie suas ponderações com relação ao seu trabalho de acordo com os interesses estratégicos do mesmo, ao passo que os conflitos sociais do cenário são, muitas vezes, ignorados ou postos em segundo plano.

Nesta situação, a hegemonia do método sistêmico, torna-se uma coerção, até mesmo, para os pesquisadores revolucionários mais radicais nos tempos de hoje, explicando-se o porquê da escolha do sistemismo nos mais variados ambientes acadêmicos e órgãos financiadores de pesquisa. A lógica do sistemismo é combater as desordens fenomenais e eventuais que possam surgir e comprometer o funcionamento da estrutura sistêmica, a fim de evitá-las a tempo, ou de combatê-las com o máximo de eficiência possível, caso haja a sua manifestação.

Por sua vez, são as concepções estruturalistas que fornecem subsídios teóricos para os consultores do sistemismo, havendo o entendimento preciso de que a estrutura aproxima conjuntos diferentes que, ora se associam, ora se desarmonizam. O funcionamento do sistema ocorrerá em virtude dessas diferenças,

tendendo sempre a promover a estabilidade e a permanência do equilíbrio do sistema (DEMO, 1981).

A evidência de transformações sociais, que são típicas do dialeticismo, também pode aparecer no sistemismo, porém, em nível parcial (reformas) e nunca total na cadeia sistêmica, afinal transformações de nível geral levariam a sua destruição, um intuito pertinente ao dialeticismo, o qual tem como pretensão mais radical a mudança do próprio sistema. Diferentemente do modelo sistêmico, o modelo dialético visaria promover não apenas uma reformulação no nível interno do sistema, mas sim a reformulação do próprio sistema, ou mesmo a negação deste.

No dialeticismo há uma reação às pressões externas vindas do sistema, como por exemplo, os efeitos da globalização que incidem sobre o cenário interno, deturpando-o. Uma das diretrizes estratégicas adotadas pelo dialeticismo para reduzir a influência externa do sistema sobre o território é enfatizar o processo de construção participativa para melhor articulação entre os diferentes atores sociais. Isto é, governos estaduais e municipais que compõem o território. “Há que se enfatizar que este processo de construção participativa deve partir de profunda análise tanto da realidade local, como mesorregional, nacional e do processo de globalização” (BRASIL, 2007, p. 5).

Todavia, diferentemente do dialeticismo, o sistemismo é um método que acentua a funcionalidade sistêmica. Dessa maneira, o pesquisador que lhe adota ao invés se preocupar em estudar a essência dos elementos presentes na realidade, os mesmos, se detém a estudar o mero funcionamento entre eles. Assim, o homem aparece como uma, entre tantas outras, variáveis formais do sistema. E como reflexo de um sistemismo perverso, o homem passa a ser escravo do próprio sistema que criou, ao invés de ser servido por ele.

Segundo Demo (1981) o método sistêmico termina, pois, ferindo o privilégio valorativo reservado ao homem, e nessa perspectiva este, que é elemento, mas também, agente, passa a ser analisado meramente como “formiga”, vivendo em função meramente de uma eficiente organização.

Em alguns casos, especialmente na pauta de muitos programas de governos, a gestão participativa avalia a possibilidade de conciliação entre ambas as metodologias, isto é, entre o dialeticismo e o sistemismo. Mas, para os opositores

dessa tendência, a postura não soa bem, significando a adoção de uma dialética não autêntica, antes, pouco comprometida com as transformações. Tratar-se-ia, na prática, de uma dialética não antagônica, que em suma corrobora de forma submissa para a manutenção do poder. Esse tipo de dialética não rompe com o desenvolvimentismo, pois segue com uma matriz de pensamento que visa legitimar os sistemas de poder, ocultando, sob sua dinâmica, a circularidade sistêmica.

Já a verdadeira dialética busca analisar a profundidade dos processos históricos, a admissão das contradições complementares, bem como, as formas de manifestação latentes que compõem a natureza dialética de observação. Portanto, a grandiosidade do método dialético consiste na valorização do homem enquanto agente social na progressiva transformação da realidade social em movimento. O método dialético, e, não o sistêmico, é, no presente trabalho, o mais adequado para descrever e interpretar a trajetória do agricultor em meio a constante reprodução do espaço geográfico.

1.2.2 Procedimentos metodológicos

O procedimento metodológico da pesquisa transcorre mediante as seguintes etapas: a) revisão bibliográfica; b) visita ao Assentamento Ilhetas; c) visita ao INCRA d) análise dos dados obtidos; d) e elaboração do relatório ora apresentado.

Para a revisão bibliográfica, buscou-se obter informações teórico-conceituais sobre o tema em questão. Em particular, buscaram-se informações sobre a história: das usinas de açúcar em Pernambuco, da agricultura familiar na Zona da Mata, e, do Assentamento Ilhetas, disponíveis em livros, jornais, revistas, artigos, monografias, dissertações, teses, documentos oficiais, como planos estratégicos regionais e programas especiais de desenvolvimento, além de sites da internet (de órgãos oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco – CONDEPE-FIDEM, INCRA, entre outros).

Já as visitas de campo ajudaram a compreender a realidade, na visão da própria comunidade de Ilhetas, dos representantes dos governos municipais do pólo regional de Barreiros e de órgãos e institutos regionais relacionados ao

desenvolvimento agrário. Em campo foram aplicados questionários (modelos no Apêndice) junto aos assentados (das 149 famílias foram entrevistadas 29), técnicos do Assentamento, ex-funcionários da Usina Central Barreiros, representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros (STR), líderes comunitários, membros da Associação dos Pequenos Produtores de Ilhetas, presidentes de cooperativas e secretários das prefeituras de Barreiros, Tamandaré e Rio Formoso.

Em alguns casos, foi possível além da aplicação dos questionários dialogar com estes agentes sociais, bem como, realizar registros fotográficos. Por outro lado, também foram feitas diversas visitas à sede do INCRA PE 03 (Recife) para obtenção de dados, mapas e documentos oficiais. Essa agência é responsável pela gestão do território não apenas da Zona da Mata Pernambucana, mas também, pela metade do território do Estado. Em uma dessas reuniões foi possível entrevistar o atual superintendente dessa agência regional, bem como, os diretores das seguintes divisões: Setor de Cartografia; Setor de Ordenamento do Território; Setor de Desenvolvimento Regional e Setor de Recebimento de Dados.

A análise dos dados obtidos se baseou no cruzamento destes com as teorias suscitadas na revisão bibliográfica. Nas outras partes do trabalho, foram feitas, também, muitas ponderações baseadas em conhecimentos prévios do pesquisador, tanto adquiridos em sala de aula, em debates suscitados ao longo do ciclo acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE, quanto adquiridos nas experiências vivenciadas pelo pesquisador, bastante frescas em sua memória pelo fato do mesmo ter residido, desde a infância, no Município de Barreiros e de ter participado de várias reuniões sobre ocupação de terras promovidas pelos movimentos dos trabalhadores rurais e sindicais locais. No final do trabalho, em apêndice, foi criado um banco de dados com finalidade apenas para consulta, o qual, se referente à produção do assentamento Ilhetas. Para sua construção utilizaram dados cujos cálculos se basearam nas únicas 29 planilhas de projetos de créditos do Assentamento Ilhetas que foram aprovadas pelo Banco do Nordeste na década de 2000.

E finalmente, a elaboração do relatório ora apresentado se baseou na combinação das etapas anteriores, bem como, em vários encontros de orientação para delimitar as discussões, realizar as apurações e correções necessárias para o melhoramento da forma e do conteúdo do texto.

2 A TRANSIÇÃO DA AGRICULTURA PATRONAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA

2.1 A Zona da Mata Pernambucana

Neste capítulo, para se descrever a transição da agricultura patronal para a agricultura familiar na Zona da Mata Pernambucana se adotará as seguintes delimitações:

I. Para a dinâmica sócio-espacial da agricultura patronal será adotado o intervalo de tempo que compreende todo o século XX, por considerá-lo um exemplo típico do desenvolvimento da indústria sucroalcooleira e de suas repercussões no espaço agrário. É no século XX que segundo Andrade (1986) as usinas em Pernambuco atingem seu amadurecimento econômico e consolidado na Região da Zona da Mata o seu regime patronal. Para isso, também se justifica que as mudanças observadas nesta região influenciam todo contexto espacial delineado, porém, como afirma Santos (1978), em ritmos e intensidades diferentes.

II. Já para descrever a dinâmica da agricultura familiar será adotado o período de tempo que corresponde ao início do século XXI até hoje, por considerar que foi a partir dele que houve uma maior estruturação dos projetos de assentamentos rurais que tinham se iniciado no final do século XX na Zona da Mata Pernambucana. A divisão em século XX, para a agricultura patronal, e, em século XXI para a agricultura familiar, é justificável por se tratar da análise de uma transição, descartando, porém, qualquer divisão estanque que queira radicalizar estes recortes temporais. Assim, é comum que em determinados locais da Zona da Mata haja hoje uma maior difusão da agricultura familiar, como também, é verdade que em outros locais o regime patronal permaneça em perfeito vigor.

III. Uma terceira opção é aquela que considera a existência atual de um espaço híbrido (Santos, 1978), que é a hipótese mais proeminente desse trabalho, justamente por se tratar de um estudo de processos que implicam na coexistência de elementos dos dois modelos estudados, porém, com resultados concretos e a sustentação de tendências bem definidas.

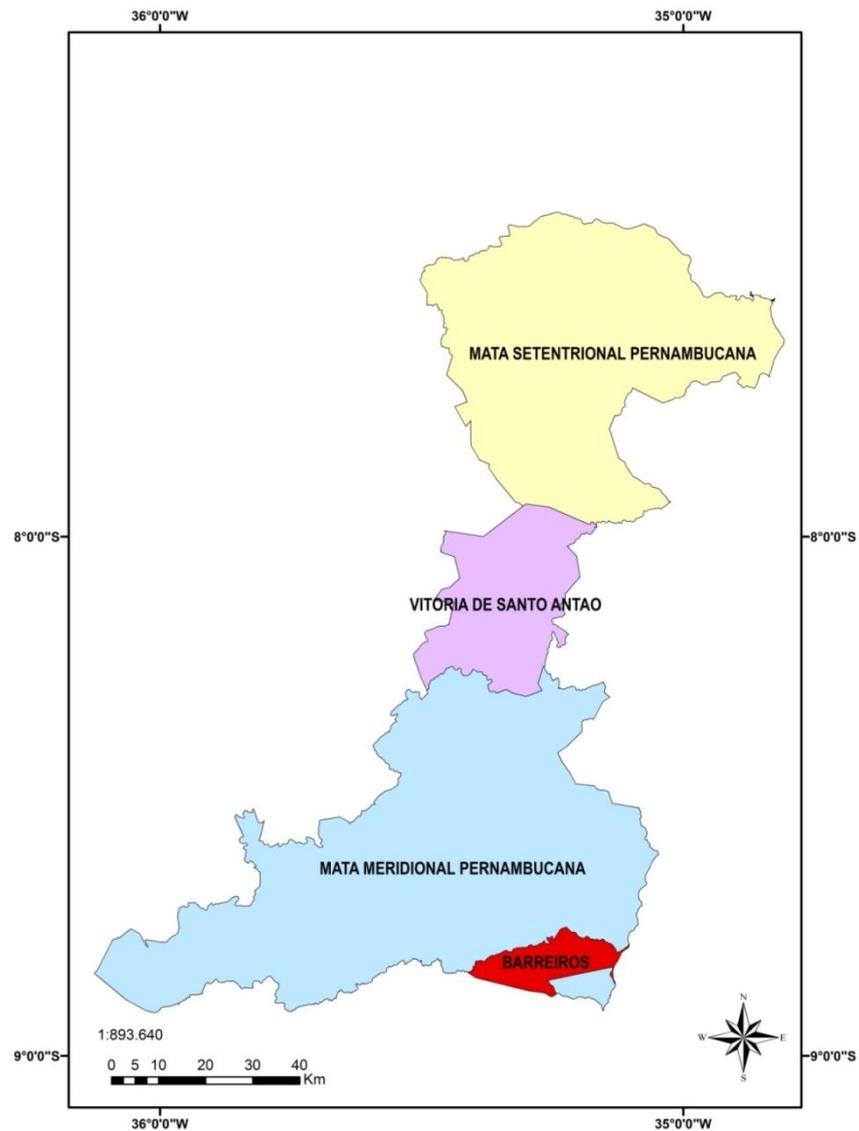
2.1.1 Localização

Segundo Andrade (2001), a cana-de-açúcar é plantada no território pernambucano há quase cinco séculos, desde o período colonial, sendo cultivada na chamada Mesorregião da Mata ou, simplesmente, Zona da Mata. Esta área compreende uma estreita faixa de terra paralela ao litoral, situada entre o rebordo oriental do Maciço da Borborema e o mar, cuja área ocupada pela cana possui cerca de 12 mil Km².

Em 1989, o IBGE dividiu a Mesorregião da Mata Pernambucana em três Microrregiões Geográficas: a Microrregião da Mata Setentrional Pernambucana; a Microrregião de Vitória de Santo Antão e a Microrregião da Mata Meridional Pernambucana (Mapa 01). Essa Mesorregião limita-se da seguinte maneira: ao norte com o Estado da Paraíba; ao sul com o Estado de Alagoas; ao leste com o Oceano Atlântico e a Mesorregião Metropolitana de Recife; e a oeste com a Mesorregião do Agreste, e, mais uma vez, com o Estado da Paraíba. Segundo o Atlas Escolar de Pernambuco (2003), sua área corresponde a 8.432,40 Km², o que representa 8,6% do território pernambucano. A população constava em 2010, de 1.310.638 habitantes, ou seja, 14,9% da população do Estado. A densidade demográfica apontou para 155,43 habitantes/Km², abaixo apenas à da Mesorregião Metropolitana de Recife. Os principais centros urbanos são: Goiana, Nazaré da Mata, Timbaúba, Carpina, Vitória de Santo Antão, Escada, Palmares, e, finalmente, Barreiros que constitui o pólo agrícola de investigação deste trabalho.

Ainda segundo o Atlas Escolar de Pernambuco (2003), a geomorfologia da Mesorregião da Mata apresenta em determinados locais encostas relativamente íngremes, em forma de colinas com perfil marcadamente convexo, e em outros, na forma de tabuleiros planos e arenosos. A região da Mata é drenada por rios perenes, de pequena extensão, que nascem no Agreste e se dirigem para o Oceano Atlântico. O clima é quente e úmido, o que propiciou a difusão da cultura da cana-de-açúcar na região. A umidade, entretanto, varia de acordo com os índices pluviométricos, que aumenta do interior para o litoral e do Norte para o Sul da Zona da Mata de Pernambuco.

Mapa 01 - As Microrregiões da Mata Pernambucana e o Município de Barreiros



Fonte: ZAPE - EMBRAPA, com adaptações feitas pelo autor, 2012.

Dessa forma, ao longo da história, a posição geográfica de Pernambuco, cuja distância do mercado europeu era menor do que as outras áreas do País, aliou-se às condições favoráveis de solo e de clima, encontrando as condições ideais para a expansão da cana e posteriormente para o crescimento das usinas.

2.1.2 A inserção dos assentamentos rurais

Segundo Andrade (2001) o século XX, em Pernambuco, é fortemente marcado pela expansão e consolidação do sistema usineiro. Todavia, contraditoriamente, o “esplendor das usinas de cana-de-açúcar” conteria os germes de suas próprias crises, culminando, na segunda metade deste mesmo período, nos chamados “fogos mortos”. Este autor ainda destaca que, ao longo do século XX, das 43 usinas que havia no Estado, restaram apenas 26.

O fato vem gerando conseqüências negativas, uma vez que o encerramento das atividades de uma usina provoca forte impacto sobre a população trabalhadora, tanto agrícola quanto industrial, levando ao desemprego, à miséria e à fome grande parte da população. Em várias áreas, como na região da Mata meridional, o fechamento de usinas próximas umas das outras agravou consideravelmente as condições de vida da população, que passou a se concentrar nos centros urbanos. Não dispendo de qualificação profissional, assistência alimentícia, higiênica ou cultural, parte dela passa a viver de trabalhos ocasionais, de furto e de prostituição. Esta situação de miséria está provocando o ressurgimento de doenças que já haviam sido eliminadas desde o século XIX, sem falar na carência alimentar, que causa a degradação do homem e impede o desenvolvimento da cidadania (ANDRADE, 2001).

Analisando a crise da indústria sucroalcooleira e seus impactos sócio-espaciais na região, Silva (2009, p. 73) aponta que além da crise financeira que concorreu para a decadência do setor no final do último século, algumas medidas já estavam sendo tomadas pelo governo, pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e por outros órgãos de planejamento para solucionar o problema. Silva (Ibidem) esclarece que essas medidas visavam reduzir a quantidade de usinas em operação no Estado, visando o melhoramento tecnológico e a redução das terras exploradas, com ganhos obtidos pelo aumento da produtividade por hectares. Assim, as outras partes das terras poupadas pela cana poderiam ser aproveitadas para o cultivo de culturas complementares e um estímulo à formação de uma classe média rural.

De acordo com Andrade (2001 apud SILVA JÚNIOR, 2009, p. 11), o desemprego na Zona da Mata passou a agravar seriamente as condições precárias de vida da população, tornando o quadro social, cada vez mais, insustentável. Tal situação foi responsável pelas crescentes ondas de invasão de terras no final do século XX, como também, estimulou as possibilidades para se fazer uma verdadeira reforma agrária na região.

Silva Júnior (2009) considera que foi justamente na década de 1990, que ocorreu a maioria das ocupações de terras em Pernambuco, em especial na Zona da Mata.

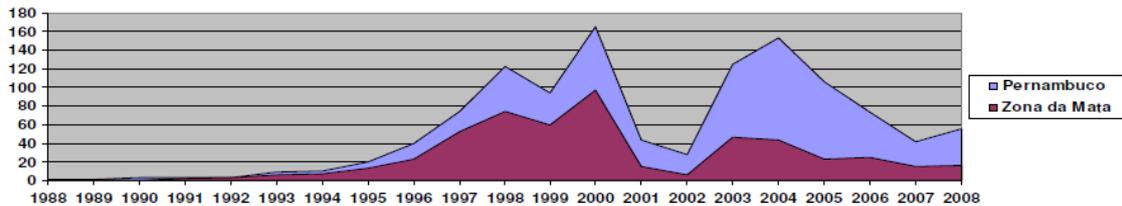
Sobre as ocupações de terra em Pernambuco e na Mesorregião da Zona da Mata, podemos observar que foi a partir de 1993 que acontece um aumento nas ocupações de terra no Estado, sendo o ano de 2000 com maior registro de ocupações (SILVA JÚNIOR, 2009, p. 11).

Para analisar a questão da ocupação de terras improdutivas, Andrade (2001) procura fazer uma distinção entre duas fases que lhe são pertinentes: o inicial processo de ocupação e o posterior processo de assentamentos das famílias rurais.

No caso das invasões de terras improdutivas, estas ocorrem em duas fases: a que se segue à invasão, chamada de ocupação, e a seguinte, denominada de assentamento, quando as terras já foram desapropriadas e entregues aos agricultores. O período que intermedia as duas fases varia consideravelmente, conforme o andamento - mais ou menos lento - do processo de desapropriação (ANDRADE, 2001).

Passos (2009, p. 24) alega que na maioria das vezes para se iniciar um processo de desapropriação a inércia é quebrada através de reivindicação ou pedido formal de alguma entidade representativa dos trabalhadores sem terra, especialmente, para se resolver problemas de usinas falidas. Na década de 1990 observa-se que o processo de ocupações foi bastante elevado, conforme é apresentado no gráfico 1.

Gráfico 01 - Ocupações de terra em Pernambuco e na Mesorregião da Mata



Fonte: Pastoral da Terra apud Silva Júnior (2009).

No ano de 2000 registra-se o maior índice de ocupações na mesorregião coincidindo com uma evolução das famílias para a condição de assentadas. Segundo Andrade (2000) esses assentamentos são controlados, sobretudo, pela atuação do MST e da FETAPE/CONTAG. Em 2001 a 2002 ocorre um déficit no índice de ocupações que só é recuperado nos dois anos seguintes (2003 e 2004). De 2005 a 2007 o índice volta a descer, e a subir em 2008.

Observa-se também que na década de 1990 a Zona da Mata demanda o maior índice de participação nas ocupações do Estado, enquanto no período de 2000 em diante, a região vai perdendo sua influência. O balanço é que a década de 1990 caracteriza tanto uma crise importante no setor sucroalcooleiro, quanto assinala um progressivo aumento de ocupações de terra na Mesorregião da Mata Pernambucana. Os dois fatos indicam uma estreita relação de causalidade entre si.

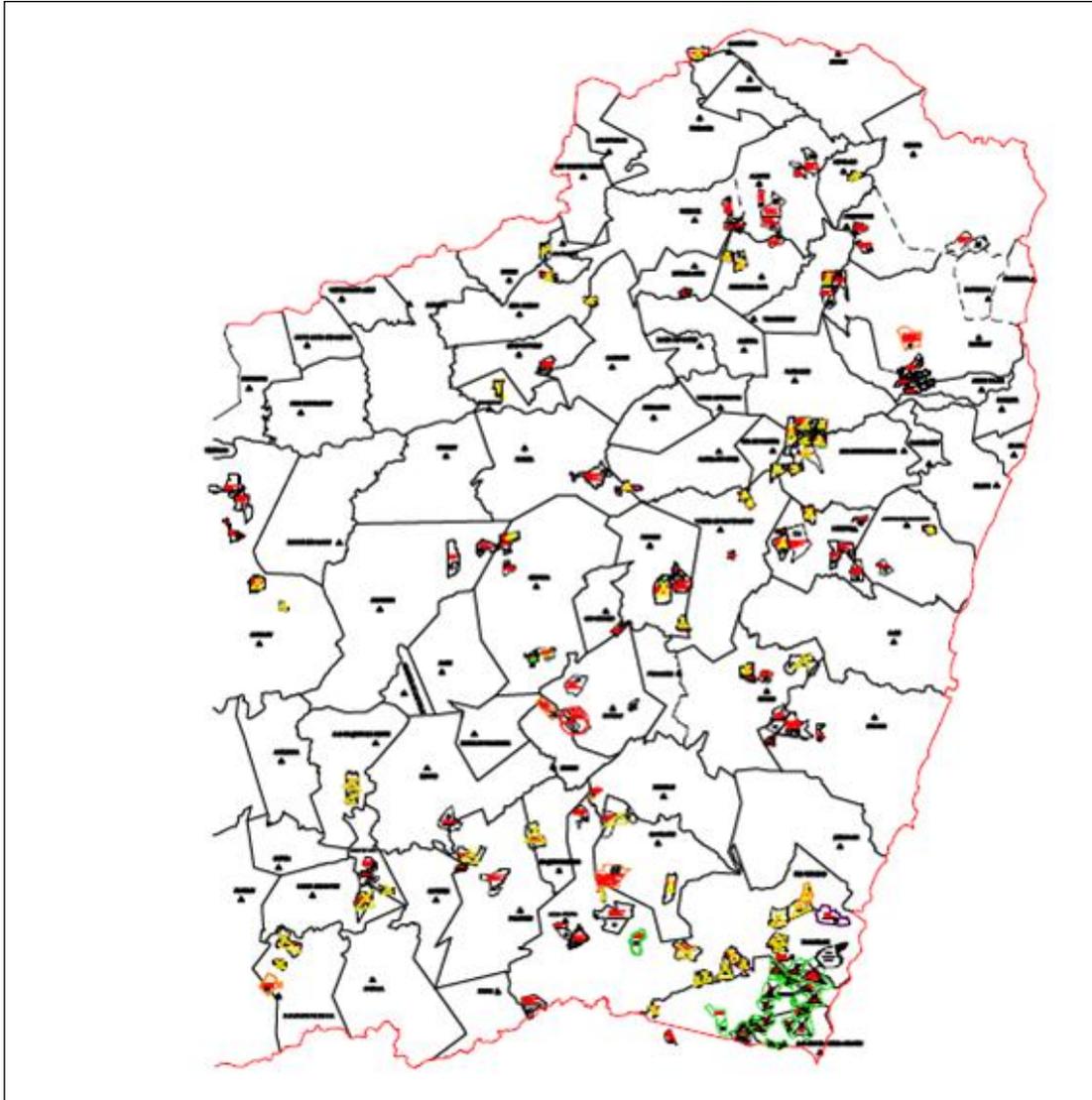
Além disso, como ressalta Silva Júnior (2000, p. 12), a consequência disso é que a Zona da Mata Pernambucana consta, atualmente, cerca de 147 assentamentos rurais espalhados em 107.435,10 hectares de terras conquistadas (Figura 02), as quais abrigam um total de 11.313 famílias assentadas, segundo dados fornecidos pelo INCRA.

Finalizando sua discussão sobre o mesmo assunto, Andrade (2001) reconhece que a consolidação dos projetos de assentamentos rurais é capaz de apresentar mudanças significativas na cadeia produtiva regional.

Acreditamos que a economia da mesorregião da Mata Pernambucana tende a ser modificada, tanto com a diversificação da produção agrícola quanto com a formação na mesma de uma classe média rural, de pequenos e médios produtores que, unidos em cooperativas, vêm abrindo espaço para novos produtos voltados para os mercados local, regional e nacional, e até mesmo para o internacional. A melhor distribuição da renda feita em face da

reorganização fundiária abre perspectivas para atividades terciárias nas diversas áreas e serviços (ANDRADE, 2001).

Figura 01 - Projetos de Assentamento Demarcados e Georeferenciados



...\pe-33-z25-malha pas.dgn 11/1/2012 12:20:04

Fonte: INCRA – PE, Setor de Cartografia, 2012.

Assim, se a década de 1990 marca um período de expansão das ocupações de terras, a primeira década de do século XXI, segundo o INCRA (2007), indica uma fase de consolidação dos assentamentos. Conclui-se, portanto, que o século XXI está para os assentamentos, assim como o século XX esteve para as usinas.

2.2 Categorias Clássicas da Pequena Produção Rural

Para simplificar o estudo da questão agrária e facilitar o intercâmbio entre estudiosos do mundo inteiro, os autores clássicos, tratados no capítulo 1, que se debruçaram sobre a trajetória de vida dos camponeses deixaram à geração presente um legado metodológico que permite comparar algumas vertentes comuns entre diferentes sistemas agrícolas. Através delas seria possível avaliar eventuais mudanças, permanências e emblemas no espaço observado. Esse legado constitui as categorias analíticas clássicas da pequena produção rural.

Este item, portanto, deverá adotar as categorias de análise que permitem identificar a transição nos aspectos sócio-espaciais entre os dois contextos estudados: a agricultura patronal e a agricultura familiar. Assim, em cada uma delas os dois modelos estarão sendo, constantemente, comparados um com o outro, a fim de entender melhor as suas dinâmicas ao longo do tempo e do espaço. As categorias de análise são, portanto: *estrutura fundiária, mão-de-obra, renda, mercado, política, tempo, estrutura familiar, divisão social do trabalho, poder e cultura*. Algumas destas serão analisadas quanto ao cunho econômico e social.

2.2.1 As categorias econômicas

Nos últimos séculos, o debate acerca do regime de exploração da economia camponesa e as suas eventuais tendências ganharam espaço considerável no desenvolvimento temático da geografia agrária e demais ciências humanas. Até hoje, mesmo depois de discussões infindas, os emblemas continuam sendo os mesmos: a unidade campesina é uma economia tipicamente capitalista? Haverá o desaparecimento ou a descaracterização definitiva do campesinato?

Para entender a trama, depreender os elementos formadores e surpreender indicativos do sentido geral desse quadro, vale o esforço de reconstituição da trajetória humana a ele associado (ARAÚJO; SANTANA; ARAÚJO, 1997, p.3).

Assim, examinemos as repercussões sócio-espaciais à luz das clássicas categorias econômicas, começando pela estrutura fundiária.

2.2.1.1 Estrutura fundiária: de latifúndio a minifúndio

Uma das mais significativas mudanças na reprodução do espaço geográfico, admitidas com a transição da agricultura patronal para a agricultura familiar na Zona da Mata Pernambucana, e, mais precisamente, no território dos assentamentos rurais, constitui o crescente aparecimento dos minifúndios que são criados com as desapropriações de latifúndios improdutivos.

Um primeiro apontamento deve ser feito com referência à grande influência que a estrutura fundiária acaba tendo sobre a dinâmica de uma região. Mudanças se processam de forma diferente em áreas de grandes e pequenas propriedades: a possibilidade de utilização de modernas tecnologias, o acesso ou não ao crédito e financiamento da produção relativa à política agrícola, os produtos agropecuários privilegiados, as formas, tipos e relações de trabalho articulam-se entre si como determinantes dessa dinâmica (BERNADELLI, 2006, p.47).

No contexto da agricultura patronal, ao longo do século XX, o latifúndio se demonstrou como um fator essencial para a perpetuação da monocultura canavieira, bem como para a garantia de seu lucro. Todavia, para as famílias camponesas, que não possuíam qualquer porção de terra, o latifúndio representou o cúmulo do martírio e da injustiça social.

Estes camponeses não tinham ponto fixo, moravam nos Engenhos dos usineiros ou dos fornecedores de cana e estavam inseridos num sistema rude cuja lógica era produzir para o patrão. Sendo empregados, os mesmos tinham que trabalhar oito horas diárias nas terras do patrão sem permissão para trabalhar para si mesmos. O contato com a terra era limitado pelas funções que tinham que desempenhar à serviço da usina, a não ser nos finais de semana quando poderiam plantar no sítio para o seu próprio benefício. Segundo dados do Encontro dos Trabalhadores Canavieiros da Região Nordeste - ETCRN (2005) o tamanho médio dos sítios na Zona da Mata era de 7.13 ha.

Os sítios dos trabalhadores-moradores eram pequenas porções de terra dos engenhos onde, com as suas famílias, eles residiam e trabalhavam. Possuíam casas rústicas, nem sempre rebocadas e caiadas, envolvidas por fruteiras (bananeiras, jaqueiras, mangueiras, laranjeiras, goiabeiras. [...] Em torno, situavam-se as áreas que se cultivavam com lavouras alimentares. Predominava a mandioca, mas também se fazia plantio de milho, feijão, batata doce, inhame e umas poucas hortaliças (MELO, 1975, p. 109).

Devido ao regime patronal prolongado, ao longo das décadas, os trabalhadores rurais, geralmente, só sabiam realizar tarefas relacionadas à plantação de cana-de-açúcar. Ex.: roçagem, encoivaração, embolação de cana, sulcagem manual ou com aragem de boi, limpa e cobertura de sulco, transporte de semente e adubo, semeio, trato fitossanitário, estrovengação⁶, corte de cana, cambitagem⁷ (Foto 01) etc. Na divisão do trabalho, as mulheres tinham pouco acesso às atividades do campo, pois devido aos trabalhos serem muito pesados, os homens eram priorizados na hora da contratação de empregados.

Foto 01 - Atividade de cambitagem na Zona da Mata



Fonte: ETCRN, 2005.

⁶ Cortar o mato com a estrovenga (pequeno instrumento da agricultura).

⁷ Segundo CCTTCPE (2010, p. 22), cambitagem é a tarefa de transportar cana do campo para a usina ou ponto de apoio, ou seja, carregar, conduzir o burro e descarregar as canas.

O mesmo destino sucedia aos jovens, os quais quase sempre precisavam atingir a maior idade para poder adquirir uma ficha no Engenho, como também, não tinham liberdade para ajudar no cuidado das hortas, já que os usineiros não deixavam plantar em sua propriedade. Só depois da instituição da chamada Lei do Sítio⁸ é que se começou melhorar a relação da família do agricultor com a terra, e, mesmo assim, só teve um avanço intensivo com a chegada da reforma agrária, pois, o regime latifundiário funcionava baseado na centralização dos serviços em suas propriedades.

A necessidade de expansão da produção fazia com que a economia girasse em torno de grandes áreas de cultivos ocupadas pela monocultura canavieira, e, em segundo plano, por algumas criações de gado. Embora o uso da mão-de-obra braçal fosse frequente, no processo de evolução da agricultura patronal o êxito da produção agrícola passava, cada vez mais, a depender do uso das máquinas, dos tratores e dos implementos agrícolas. Antes disso, no cultivo tradicional, a produção era dependente da quantidade de trabalhadores e de seus animais de carga. Embora isso representasse uma forma rústica de produção, a presença de muitos trabalhadores, em função de uma mesma atividade, criava identidades culturais e festejos populares típicos da região, que eram postas em práticas nas horas vagas e nos finais de semana.

Todavia, a influência marcante dos patrões e a constante presença de seus fatores coagiam as famílias camponesas a trabalharem para eles e a aderirem suas culturas e crenças. O trabalhador não possuía liberdade de plantar o que gostaria, pois tudo estava no controle do patrão. Esta foi uma das grandes razões que, posteriormente, levaria os trabalhadores rurais a procurarem os seus direitos, motivando-os a serem livres para produzir. A classe pobre martirizada não suportava mais a opressão advinda do regime patronal, pois, além de assemelhar-se ao escravo da era colonial, o camponês não tinha liberdade de pensar, criar ou desenvolver algo para sua própria melhoria.

⁸ Cláusula em que os empregadores concederão aos seus empregados rurais, com mais de 01 ano de serviço contínuo na empresa, o uso a título gratuito de uma área de terra para a plantação e criação necessária à subsistência da família do trabalhador, em volta da moradia.

Num outro contexto, isto é, no contexto da agricultura familiar, na virada do século XX para o XXI, esta se disseminou na Zona da Mata com a estratégia de iniciar o cultivo agrícola em unidades de terras menores, os chamados, minifúndios, começando com a plantação de milho pelas famílias no território dos assentamentos rurais. O primeiro passo seria aderir, por enquanto a compra de insumos industriais, necessários para aumentar a variedade do produto no mercado. Todavia, os insumos industriais deveriam ser gradualmente substituídos pelos insumos produzidos na própria parcela, assim que esta já tivesse condições de produzi-los satisfatoriamente.

A necessidade de recorrer a insumos industriais constituiria uma etapa inevitável, uma vez que a maior parte das terras do Estado perdura “nas mãos” dos latifundiários, e, são estes que, em parceria com os institutos, dominam as técnicas de melhoramento de insumos agrícolas. As primeiras experiências do lançamento de produtos no mercado, oriundos da agricultura familiar, evidenciou a dificuldade que os agricultores tinham de manter os mercados locais abastecidos com a quantidade e a qualidade exigidas pelo mesmo.

O que poderia ser realizado em algumas horas com o uso de maquinário agrícola, leva dias de trabalho e dedicação de toda família, inclusive das crianças. Nesses casos, precisa-se trabalhar muito mais para obter os mesmos resultados, quando não resultados inferiores, levando a uma auto-exploração. Alguns se aproveitam dos períodos sem serviço (entressafra) em sua propriedade para se empregarem como trabalhadores temporários em outras propriedades ou na cidade. Essa tem sido uma forma recorrente de conseguir renda extra (BAGLI, 2006, p. 92).

Na etapa da produção, as instituições de agricultores familiares sofriam com o problema das adversidades climáticas, enquanto na esfera dos negócios eram solapadas pelas instituições industriais. Normalmente, a dificuldade começava a existir já mesmo na própria base de sociabilidade entre as famílias de agricultores, pois muitos trabalhadores autônomos, labutando individualmente, não visavam muito um meio coletivo de comercialização. Suas relações de troca, de experiência e de informações estavam muito aquém do padrão do mundo dos negócios e os produtos não tinham credibilidade no mercado. Nessa fase, todos “se deram conta” do desafio de conciliar esforços mútuos entre agricultores, técnicos agrícolas, comerciantes e consumidores para a criação de associações, cooperativas, ONGs e grupos

informais que possuem o objetivo de organizar, fortalecer e consolidar a agricultura familiar na região.

Tal contexto demonstra, por um lado, que o tamanho e o acesso à terra para o agricultor familiar não constituem fatores determinante para o maior ou menor estímulo da produção agrícola. Estes são essenciais, porém, longe de ser o único.

O acesso à terra certamente é um primeiro passo, e não é o único. Qualquer proposta séria nessa área deve ter a forma de um feixe de políticas públicas simultâneas que garantam, além do acesso à terra, também ao conhecimento técnico, a equipamentos, a crédito e, importante não esquecer, a mercados (NFD, 2010, p. 77).

Por outro lado, o uso intensivo da terra, permitido pela técnica, possibilita a redução do seu uso extensivo, mas é acometido pelo rápido desgaste de suas propriedades, como também, devido aos ônus, torna-se de difícil acesso às comunidades camponesas. Uma possibilidade de uso sustentável do minifúndio, portanto, poderá ser encontrada na perspectiva agroecológica em que o manejo consciente e equilibrado das terras constitui-se elemento chave para sustentabilidade do meio e das famílias que as utilizam.

Mesmo com indícios de mudanças na estrutura fundiária na Zona da Mata Pernambucana o latifúndio permanece como um fator de vantagem para a agricultura patronal, já que essa se expande no espaço de acordo com as demandas do mercado visto que para determinados sistemas agrícolas, como o canavieiro, o latifúndio apresenta muitas vantagens para a produção de açúcar e de álcool. A valorização do álcool enquanto biocombustível cresceu progressivamente no cenário econômico nacional provocando ainda mais a expansão da plantação de cana-de-açúcar na Zona da Mata Nordestina.

Um dos argumentos de seus produtores é que a plantação de cana-de-açúcar não contribui para o aumento do efeito estufa, de que isso só ocorre no uso indevido das queimadas, e que, portanto, a contínua expansão de seu cultivo deve ser estimulada pelo governo e pelos macro-empresários nacionais (CARVALHO; AGGEGE, 2011). Todavia, eles tentam camuflar que a produção de açúcar utiliza muita água, provocando a poluição dos rios e dos lençóis freáticos situados próximos às áreas contaminadas por fertilizantes nitrogenados. Estes são usados

em grandes quantidades nas plantações e possuem óxidos de nitrogênios que, após terem sido quebrados, também vão afetar a camada de ozônio.

Sabe-se, por exemplo, que em outros tipos de sistemas agrícolas, que se utilizam de grandes propriedades agrícolas, os danos ambientais são irreparáveis. Na *commodity*⁹ da soja, por exemplo, grão cujo preço tem atingido, atualmente, recordes no mercado internacional, os impactos ambientais têm sido ainda piores do que o da cana-de-açúcar.

Como o INCRA só distribuiu terras que se encontram improdutivas e, por outro lado, os movimentos ambientalistas procuram impedir o aumento dos índices de desmatamento, o minifúndio costuma se estabelecer em terras que já foram cultivadas e exploradas pela classe patronal. Desse jeito, as terras costumam estar devastadas ou em situação inviável para a lavoura. O solo muitas vezes encontra-se esgotado pelo uso contínuo ou contaminado pelo uso excessivo de agrotóxico e fertilizante agrícolas.

O minifúndio tenta sobreviver a custo de grande adversidade, abrigando às vezes o tráfico ilegal de madeira nas poucas reservas florestais que ainda restam. Em raras exceções é que a Mata Atlântica ainda constitui um conjunto florestal complexo, onde os agricultores procuram tirar o seu sustento com a extração controlada. Nestes casos a produção é realizada sem desmatamento e sem o uso de produtos químicos, procurando, desta forma, conservar as propriedades do solo. Assim, com o desenvolvimento da Agroecologia, e, sua disseminação no campo, a prática da agricultura orgânica em pequenas áreas tem comprovado as grandes vantagens de produção nos minifúndios.

2.2.1.2 Da mão-de-obra assalariada à mão-de-obra familiar

A unidade industrial no campo tinha sua identidade no latifúndio, na monocultura e na exploração da mão-de-obra camponesa. A partir da integração destes, a agroindústria canavieira demandava um padrão de produção em larga escala.

⁹ Mercadoria utilizada em transações comerciais com data de entrega apazada, elevado grau de padronização, com ampla negociação em diversas localidades e que pode ser transportada e armazenada por um longo período de tempo.

De acordo com Melo (1975), o “sistema usina” adotava uma divisão espacial do trabalho em que as fábricas constituíam o centro de convergência e de absorção de cana-de-açúcar fornecida por zonas agrícolas canavieiras. Dessa maneira, as “zonas das usinas” eram compartimentos territoriais responsáveis pela produção de matéria-prima, podendo variar consideravelmente umas das outras quanto à capacidade de produção. Assim, uma zona abrangia um conjunto de engenhos que ficava cada qual sob custódia de um ou mais fornecedores de cana.

Nos compartimentos territoriais, ou **zonas**, das usinas, a cana produzida tem duas procedências: ou é cultivada pelas próprias empresas usineiras ou por um grande número de agricultores vinculados econômica e juridicamente às usinas, os **fornecedores de cana**. Varia consideravelmente a participação relativa dessas duas categorias de produtores: em um extremo estão os casos de usinas em que toda matéria-prima provém de fornecedores e, no outro extremo, os de usinas onde mais de oitenta por cento da matéria-prima são cultivados pela própria empresa açucareira (MELO, 1975, p. 46).

O intuito de toda organização industrial visava o lucro de seus proprietários, os quais precisavam, constantemente, redefinir o uso do território de acordo com as oscilações do preço dos produtos no mercado internacional. Essa instabilidade refletia na dinâmica do território por meio das contratações temporárias e das freqüentes demissões. Se a indústria ia bem, era só contratar mais trabalhadores, afinal, havia mão-de-obra abundante na região. Todavia, se a indústria ia mal era só demiti-los sem ressalvas e até mesmo ficar devendo os seus salários sem qualquer preocupação com a classe dos trabalhadores rurais.

Dessa forma, a produção de açúcar e álcool, teoricamente, constituiria o carro-chefe para o desenvolvimento regional. Todavia, na prática, não havia esse desenvolvimento, os ganhos da atividade restringiam-se às mãos dos patrões e não eram revertidos para a diminuição da elevada taxa de concentração de renda, bem como, da eminente desigualdade social. Além disso, os efeitos negativos do sistema usineiro não são apenas de ordem social, mas, também, de ordem ambiental. Isto porque, na maioria das vezes, as usinas não respeitavam o ambiente, viviam desmatando, aplicando produtos químicos no solo, poluindo as nascentes dos rios e,

conseqüentemente, prejudicando as colônias de pescadores e o abastecimento das comunidades ribeirinhas.

O emprego na atividade canavieira não oferecia segurança ao trabalhador, ficando o mesmo desempregado nos períodos de entressafra. O pagamento dos salários era realizado mensalmente ou quinzenalmente pelos administradores, apontadores e cabo de campo. O ciclo da plantação de cana-de-açúcar, normalmente, obedecia aos dois períodos semestrais do ano: o primeiro correspondia a safra, e, o segundo a entressafra. A safra (colheita) da cana-de-açúcar realizava-se no verão, enquanto, o período de entressafra correspondia à atividade de plantio no inverno. Assim, entre os meses de Abril a Agosto era feito o plantio de cana-de-açúcar, enquanto nos meses de Setembro à Março realizava-se o corte da mesma para a moagem nas usinas (MELO, 1975).

A experiência aqui relatada passa a imagem do usineiro, capitalista, desempenhado o seu papel de patrão, juntamente, com seus tradicionais padrões de sistema de produção intensivo, seja no caso da monocultura canavieira, na Zona da Mata, seja na criação de gado em grande escala como no Agreste. De modo geral, o que chama a atenção é seu caráter exploratório sobreposto aos serviços de seus empregados, obrigando-os a “dar o sangue” por suas ambições. Todavia, é possível, mesmo assim, contar alguns poucos benefícios da atividade canavieira para o desenvolvimento sócio-econômico da região, tais como o estímulo à fabricação de insumos industriais, necessários para a produção e comercialização do açúcar e do álcool, e o abastecimento dos barracões de venda que atendiam as populações locais com produtos alimentícios e “bugigangas”.

Um dos poucos direitos dos seus funcionários era receber um vale de compra no barracão. Essa era uma das formas baratas de compensar os atrasos de pagamentos quinzenais dos trabalhadores (MELO, 1975). No entanto, estava claro que essa era uma das estratégias de marketing, desenhado pelos usineiros no intuito de atrair trabalhadores de outros municípios com a ideia de que a usina estava matando a fome do povo. Outra forma de atraí-los era criar o coletivo do corte de cana que eram os veículos que buscavam o trabalhador nas cidades vizinhas e os transportava ao local de trabalho no campo. Todavia, por trás dos supostos benefícios e das “regalias” o que tinha mesmo por trás de tudo isso era a

exploração, alimentada pela falta de alternativas de sobrevivência por parte dos trabalhadores rurais.

Até que chegasse a decadência do sistema usineiro em determinados locais, os patrões continuavam “arrancando o couro” dos seus assalariados em suas penosas jornadas de trabalho. Enquanto isto, o sistema de produção industrial canavieiro na Zona da Mata de Pernambuco passou por vários processos de transformação em seus diferentes setores, tanto nas tarefas de campo, como nas tarefas de laboratório, responsável, sobretudo, pelo beneficiamento da qualidade da produção agrícola. Dessa forma, precisando aperfeiçoar o processo produtivo de suas unidades industriais, os usineiros tiveram de “investir maciço” na compra de novos equipamentos, maquinários e transportes como os novos caminhões e tratores. Assim, com a modernização de toda essa estrutura, eles poderiam aumentar a produtividade e o controle da produção (ANDRADE, 1986).

Os novos caminhões eram maiores e mais potentes em capacidade de carga. O advento da tecnologia permitiu que a empresa informatizasse as folhas de pagamento do seu quadro de funcionários, havendo, sucessivamente mudanças significativas no Departamento de Pessoal e de Recursos Humanos da empresa. Assim, com seus modernos laboratórios de pesquisa, as usinas contemporâneas puderam avançar no melhoramento das sementes e na compra de insumos mais eficazes; os projetos de irrigação, por exemplo, assumiram um desempenho tecnológico diferenciado. Tudo isso começa a ser realizado através da renovação do quadro de funcionários formado por agrônomos, químicos, técnicos agrícolas e diversos outros profissionais, cada qual, contribuindo para que aquela unidade industrial acompanhasse os avanços tecnológicos ocorridos nos últimos anos e que tinham revolucionado a produção de cana-de-açúcar no sudeste brasileiro.

Todavia, conforme Andrade (2001) como nem todas as usinas do parque usineiro pernambucano conseguiram acompanhar esse processo de modernização tecnológica, as perdas em produtividade e o declínio da indústria sucroalcooleira no final do século XX culminaram com o fechamento de grande número de usinas no Estado, repercutindo na grande soma de desempregados no campo. Neste período, o declínio dessas unidades favoreceu fortemente o movimento de ocupação de terras pelos trabalhadores rurais e a conseqüente disseminação dos projetos de assentamentos, sobretudo, na Zona da Mata. Assim, com a conquista das terras, o

trabalhador passava, progressivamente, a engajar-se na luta por mais conquistas junto ao governo, sobretudo, apresentado pautas de reivindicações voltadas ao incentivo da produção agrícola.

Na medida em que o trabalho assalariado entra em crise também entra em crise toda estabilidade e linearidade que lhe está associada. Na medida em que o trabalho se desloca de locais que antes o centralizavam e ao descentralizar-se invade os lares ele interfere na dinâmica destes e na estruturação das relações familiares, entre gêneros, entre gerações (PAIVA, 2000, p. 53).

Uma importante alternativa de trabalho surgia na Zona da Mata, com característica menos instável que da atividade canavieira: a agricultura familiar praticada nos assentamentos rurais. Através dela seria possível estimular a inclusão social da classe desabastada da Zona Rural. A agricultura familiar absorveria boa parte da mão-de-obra despedida pelas usinas de açúcar após a crise da indústria sucroalcooleira no final do século XX. Nos locais onde houve a conquista da reforma agrária, o indivíduo que conseguisse provar vínculo e experiência com as atividades ligadas à terra, receberia um lote de terra para plantar e sustentar sua família.

Quando se considera a situação inicial das famílias de extrema pobreza e exclusão social, observa-se que houve significativos avanços no modo de vida dessas famílias ao ingressar nas unidades de assentamento. A contribuição das associações, bem como, a introdução de inovação na gestão econômica, apesar de sua limitada esfera de alcance, só tem beneficiado a produção no cenário agrícola. Na escala da produção são apontados incrementos em várias etapas do processo produtivo: criatividade, agregação de valores aos produtos de acordo com sua origem, modo de preparo etc.

Estes fatores são essenciais para tornar os produtos diferenciados no mercado e vencer a competitividade global. Dessa maneira, é comum que a maior parte dos trabalhadores rurais que vivenciaram as experiências antigas e as novas queira o mais rápido possível esquecer o tempo do sistema patronal. Este, segundo os seus relatos, só deixou o atraso, a discórdia e o abuso de poder. Assim, o clangor das famílias de trabalhadores rurais é em uníssono: reforma sim! Usineiro nunca mais!

Após a conquista da reforma agrária, o sistema de produção no campo inaugura um novo ciclo na Zona da Mata. Nesta etapa acreditava-se que seria fundamental não perder de vista a trajetória até então percorrida pelos trabalhadores rurais, responsável pela construção do alicerce desse segundo momento experimentado por eles. Todavia seguem-se agora desafios inovadores de como, por exemplo, produzir alimentos de maneira mais econômica, eficaz e ecologicamente correta.

Esses desafios além de explorar novos processos tecnológicos deverão também passar pela construção de nova mentalidade por parte dos agricultores. A maneira de pensar e agir de maneira mais correta seria aquela baseada nos conceitos da Agroecologia, o que inclui: respeitar a natureza, cultivar a terra de forma digna, não provocar queimadas, não desmatar, evitar produtos químicos, utilizar apenas adubo orgânico etc. Estas medidas têm ajudado a agricultura familiar a se fortalecer frente aos produtos convencionais no mercado.

A agricultora orgânica precisa carregar a marca da agricultura familiar e vice versa, mas isso só será possível com a colaboração de cada família, dispendo-se a querer inovar e decidindo a utilizar o seu lote com preceitos de sustentabilidade. Hoje, a produção da agricultura familiar tem devolvido à sociedade o privilégio de se alimentar de produtos sem agrotóxicos. Assim, é possível prevenir e combater os problemas de saúde ocasionados pelo uso excessivo de produtos químicos, através da oferta de produtos saudáveis.

Como a comunidade se relaciona com as políticas públicas existentes, as quais prometem proporcionar as condições necessárias ao desenvolvimento agrário e a qualidade de vida nos assentamentos, a classe dos trabalhadores rurais passou a ter acesso aos primeiros créditos fundiários. Entidades financeiras como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o Banco do Brasil, em parceria com os Programas do Governo Federal PRONAF "A" e o PRONAF "B" passaram a aplicar recursos e fornecer créditos financeiros nas parcelas dos agricultores familiares (INCRA, 2007).

Segundo Olalde (2010), o crescente interesse pela agricultura familiar passou, nos últimos anos, a se materializar em políticas públicas como a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A formulação de políticas favoráveis a agricultura familiar e à Reforma Agrária obedeceu, em boa medida, às reivindicações das organizações de trabalhadores rurais e à pressão dos movimentos sociais organizados, mas está fundamentada também em formulações conceituais desenvolvidas pela comunidade acadêmica nacional e apoiada em modelos de interpretação de agências multilaterais, como a FAO, o IICA e o Banco Mundial (OLALDE, 2010, p. 147).

Para conseguir o financiamento cada família de agricultor precisaria ser acompanhada por uma cooperativa de prestação de serviços que a ajudaria na elaboração de seus projetos de créditos, e passaria a fornecer assessoria técnica. Caso o projeto fosse viável e aprovado por essas entidades financeiras, os empréstimos seriam disponibilizados e o parceleiro teria a chance de realizar o negócio que optou desenvolver.

Todavia, embora o parceleiro pudesse contar com o crédito e com a assistência técnica, o mesmo precisaria aprender a ser o gestor de seu próprio negócio, plantando, colhendo, comercializando e organizando suas atividades juntamente com sua família. Ele mesmo teria de se responsabilizar pelo êxito de sua produção e pela garantia do seu lucro. Por outro lado, o agricultor também ficaria responsável pelos riscos da produção, além dos prejuízos causados pelos problemas ambientais (enchentes, queimadas, erosão etc) ou pela má administração dos recursos. Acontece que, normalmente, o trabalhador rural sente dificuldade em realizar essas funções, como também, de quitar os seus débitos.

Na transição do assalariamento para a agricultura familiar foram detectadas mudanças no rendimento dos trabalhadores rurais. Além do mais é também significativo o rendimento que muitos assentados obtêm com atividades extras, isto é, fora do lote. Isso significa que enquanto no regime patronal o trabalhador rural, cortando cana, ganhava apenas um salário mínimo, na agricultura familiar ele fatura muito mais do que isto, e ainda, pode poupar tempo para trabalhar com atividades extras ou paralelas.

No assalariamento, por maior que fosse sua jornada de trabalho ou excepcional o seu desempenho, o estipulado pela contratação do serviço só lhe permitia o direito de um salário mínimo, ou seja, uma diária, porque era muito difícil conseguir um valor além desse. Ainda que ele se determinasse a fazer mais de uma

média diária, a exaustão física não permitia que o mesmo prolongasse o seu desempenho por sucessivos dias. Isto acontecia devido ao trabalho ser muito árduo.

Além disso, o local da jornada de trabalho era bem distante, precisando o assalariado sair de sua residência muito antes do amanhecer e só voltar para ela após o por do sol. Observa-se, portanto, que nesta época os trabalhadores rurais nunca conseguiam ganhar mais do que um salário mínimo. O usineiro mal pagava as horas trabalhadas, e ainda por cima se negava a pagar as horas extras. Assim, no regime patronal o salário mínimo sempre se perpetuou na vida dos trabalhadores rurais.

Por outro lado, o INCRA (2007) aponta que em projetos de assentamentos com mais de dez anos de existência houve melhoria da renda das famílias de agricultores se comparadas com a renda das famílias no regime patronal. O instituto declara que em cerca de 90% dos locais pesquisados a média de ocupação na agricultura é de três pessoas por unidade produtiva. Desse total, estima-se que 79% dos membros da família trabalham exclusivamente no lote, enquanto o restante do percentual apenas ajuda nos trabalhos nos lotes ou prestam serviços em outros ramos de atividade externo aos mesmos.

O crescimento das demandas por produtos de origem orgânica no mercado nacional passou a estimular o aumento da renda dos trabalhadores rurais. Desta maneira, o preço dos produtos agrícolas no mercado foi valorizado, passando, a região, por uma grande transformação. Muito se falava, portanto, sobre uma eventual reestruturação produtiva para a Zona da Mata Pernambucana. Assim, a aquisição de áreas destinadas às diversas famílias de agricultores, especialmente, aquelas destinadas à produção de alimento, passaram a fazer parte da pauta de planejamento governamental para a região.

O longo ciclo econômico do sistema canavieiro tinha ocasionado uma grande devastação do solo, suprimindo, dessa forma, o potencial que a Zona da Mata tem para a policultura, especialmente, frutícola. O antigo modelo, responsável pela concentração de terras nas mãos de poucos fazendeiros, precisaria ser repensando.

Tal cenário justifica, por vários motivos, a importância e a urgência da agenda da reforma agrária. O principal deles está baseado na compreensão de que ela é uma condição necessária para enfrentar

esses problemas. E é necessária porque a crítica desse modelo concentrador, destruidor e excludente anda de mãos dadas com a defesa da agricultura familiar e das comunidades rurais como fator de redução da pobreza e da exclusão nas cidades, além de ser uma condição para a melhoria da segurança alimentar (WEISSHEIMER, 2010, p. 74).

Assim, é possível afirmar que essas medidas contribuíram para a expansão da agricultura familiar em diversas partes do Brasil, combinada com a consolidação dos projetos de assentamentos. Esse avanço vem favorecendo lentamente o crescimento da renda do agricultor rural, como também, foi responsável pela introdução de novos métodos utilizados na agricultura familiar, com destaque para os tratamentos fitossanitários. A cada dia os agricultores vêm incorporando, lentamente, noções básicas de planejamento e gestão de trabalho autônomo. Assim, segundo o INCRA (2007), pela autonomia das unidades produtivas a sustentabilidade nos assentamentos do Estado obteve um crescimento em média de 35% a 40% aproximadamente.

O Brasil possui 4,8 milhões de estabelecimentos rurais. Desses, 4,1 milhões são de agricultura familiar, sendo responsável por 77% dos empregados rurais e 60% da produção de alimentos do país. Em 2003, as cadeias produtivas da agricultura familiar respondiam por 10% do PIB brasileiro (WEISSHEIMER, 2010, p. 72).

Na Zona da Mata, segundo pesquisa documental em instituições (INCRA, FETAPE etc), esse crescimento atribui-se também a maior participação das mulheres e dos jovens nas tarefas agrícolas, uma vez que, durante o regime canavieiro, essas classes eram vistas como inadequadas para o trabalho pesado. Agora, junto à família, os jovens e as mulheres encontram grandes oportunidades de contribuir, incisivamente, no melhoramento e no crescimento da agricultura familiar e suas benesses.

As políticas públicas, que orientam e articulam as estratégias voltadas ao aproveitamento e aprimoramento dos membros da família nas organizações locais, contribuíram para a inserção profissional da mulher no campo, além de abrir perspectivas para a juventude rural que enxergavam no campo o atraso.

Já em relação ao faturamento das usinas no regime patronal observa-se, ao longo do século XX, que a produção do açúcar e do álcool não era a única fonte de rendimento dos usineiros. Segundo Andrade (1986) o lucro advindo da atividade era muito alto nesta época, possibilitando o acúmulo de riqueza e capital que muitas vezes eram investidos em outros ramos da economia brasileira.

Enquanto os usineiros ostentavam sua opulência, os trabalhadores rurais assalariados lamentavam a sua falta de dignidade, como relata um ex-funcionário de usina entrevistado na pesquisa:

O aumento da demanda pelos produtos, os armazéns lotados de açúcar, os atravessadores superfaturando no mercado, tudo isso representava o auge dos usineiros. Do outro lado, situava-se o trabalhador rural, também denominado de o rurícola, cural ou matuto. Este, constantemente, precisava vender sua força de trabalho por um mísero salário, sem conseguir enxergar qualquer perspectiva de futuro.¹⁰

Ainda segundo entrevistas, neste intervalo de sua história, muitos trabalhadores rurais agiam como “criados mudos”, não sabiam se reunir, discutir, se articular e nem conheciam o espírito revolucionário que possuíam. Tudo o que sabiam fazer era esperar pelas ordens dos patrões e trabalharem como “bicho” para garantir o seu pão. Em momento algum tinham voz na cadeia produtiva, nada sabiam decidir por si mesmos. Produziam para o usineiro, mas, não tinham participação no lucro. Tudo isso aponta que o plantio da cana-de-açúcar no regime patronal só dava lucro mesmo para os usineiros e atravessadores e sem haver qualquer benefício adicional para os trabalhadores rurais.

Na passagem do século XX para o século XXI vários problemas inibidores da melhoria de renda no mundo rural acometem também os agricultores familiares da Zona da Mata Pernambucana. Convivendo com problemas que, muitas vezes, desestimulam o desenvolvimento da agricultura familiar, muitos assentados optaram por continuar plantando a cana-de-açúcar, isto porque tiveram dificuldade em dominar o cultivo de outras culturas agrícolas e por constatarem que a velha atividade ainda rende muito, isto é, “dá para quebrar o galho!”

¹⁰ Afirmação de Izaquiel Batista da Silva, 50 anos, ex-funcionário da extinta Usina Central Barreiros, 2012.

Como relata Silva Júnior (2009) e Passos (2009), boa parte dos agricultores entre alguns assentamentos em Pernambuco acham o plantio de cana-de-açúcar mais viável do que outras lavouras, embora, pesquisas apontem experiências bem sucedidas quanto à policultura. Assim, embora as situações variem de assentamento para assentamento é fato que a policultura e não a cana-de-açúcar seja mais viável para a prática da agricultura familiar na Zona da Mata Pernambucana.

Sobre o assunto, tanto os relatos dos técnicos agrícolas, quanto dos representantes de institutos agrícolas regionais e lideranças municipais são convergentes, pois, para os mesmos, o interesse de determinada parcela de assentados pela cana-de-açúcar parte de um engano. Nesta concepção, a obtenção de renda pela velha atividade é mais cômoda, e, portanto, aparentemente mais viável. Neste aspecto, o presente trabalho corrobora positivamente com esse tipo de depoimento, afinal, a decisão de alguns assentados pela permanência do cultivo da cana encontra verdadeira explicação na inércia cultural, e não na hipótese de inviabilidade da agricultura familiar.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a tendência de generalização do cultivo da cana entre os assentamentos pernambucanos é uma hipótese fadada a erro, já que os baixos preços oferecidos pelas usinas, no ato da compra, cada vez mais, têm desestimulado o seu cultivo. Já a agricultura familiar, ao contrário, apesar de seus entraves, possui grande potencial de alastramento.

Vale salientar que mesmo os agricultores familiares que voltam a cultivar a cana-de-açúcar em Pernambuco não estão ajudando a reconstituir o regime patronal. Afinal, há uma diferença muito grande em se plantar cana nas terras dos usineiros, em troca de um salário estipulado pelos mesmos, e, em se plantar cana nas suas próprias terras, negociando seu preço com os compradores. Muitas vezes, esses compradores são negociantes oriundos de usinas que funcionam em municípios circunvizinhos e que enviam seus caminhões para serem abastecidos com a cana dos assentamentos.

Em contrapartida, além da inércia cultural, a escolha de alguns assentados pela permanência da cana se explica pelo fator mão-de-obra familiar. A hipótese é que apesar do alto custo para a plantação de cana-de-açúcar, mesmo assim, muitos agricultores optam pela mesma, preferindo arriscar o lucro. Pois, se a mão-de-obra

empregada na produção for os membros da própria família o rendimento se concentrará na mesma unidade familiar, compensando, assim, os custos da produção. Todavia, ressalva-se que essa hipótese só é válida para famílias com muitos membros.

Distanciando um pouco o olhar “intra-territorial” para ampliar o olhar “inter-territorial”, observa-se que, muitas vezes, a natureza do espaço contínuo tratado por Santos (2002) mascare as diferenças claramente visíveis apenas no interior da paisagem. Assim, por exemplo, dependendo da sua percepção, quando um viajante observa a paisagem da plantação de cana na Zona da Mata Pernambucana é possível que associe toda ela ao latifundiário. Todavia, existem diferenças essenciais quanto à cana plantada pelos fornecedores e a cultivada pelos assentados, que nem sempre são distintas exteriormente. Não se deve confundilas, afinal, ambas constituem sistemas agrícolas que, embora se assemelhem, funcionam de maneira diferente.

Portanto, diferentemente da plantação de cana dos fornecedores, a plantação de cana dos agricultores familiares oferece-lhes uma oportunidade de lucro. Além disso, sendo, geralmente, a mão-de-obra empregada na parcela os próprios membros da unidade familiar e não terceiros, diferenciando-se da agricultura patronal responsável pelo emprego da mão-de-obra contratada.

2.2.1.3 O fantasma das políticas públicas

Este item constitui uma transição das categorias de análise clássica de cunho econômico para o cunho social. É importante também distinguir que no sistema usineiro as políticas públicas, especialmente, as assistencialista, estavam sob a lógica do poderio das usinas, enquanto que a na agricultura familiar as políticas públicas são demandadas pelo Estado, mesmo sendo na época atual de “estado mínimo”. Assim, a palavra “fantasma” no primeiro momento passa a ideia de “assombração” (opressão), e, no segundo momento, a mesma expressão passa a ideia de “omissão” (espectro).

No âmbito do enfoque cognitivo de análise de política pública, o presente estudo recorre à noção de referencial de políticas para analisar a emergência de novas ideias, olhares e normas coletivas sobre a agricultura e o mundo rural,

particularmente sobre a agricultura familiar e sua diferenciação diante da agricultura patronal, que justificam o estabelecimento de políticas agrícolas diferenciadas para ambos os segmentos (BONNAL; MALUF, 2009, p. 73).

Na época das usinas a existência de políticas públicas que favorecessem os trabalhadores rurais era mínima. Isto porque já se conhece o esquema de subordinação do poder político ao poder econômico naquela época, em que a máquina pública estava infestada de usineiros que entravam na política só para direcionar recursos públicos e benefícios às suas empresas (ANDRADE, 1986).

Com os riscos oriundos das crises da indústria sucroalcooleira, muitas usinas de açúcar eram vendidas e repassadas para as mãos de sucessivos donos. Assim, apenas por esse motivo, isto é, por ocasião de mudança de proprietário, é possível avaliar que de vez em quando um usineiro agia favorecendo as classes operárias e camponesas. Eles realizavam algumas benfeitorias como a construção de postos de saúde, escolas e clubes esportivos (ANDRADE, 2007).

Todavia, esse modelo de gestão entre as usinas era muito pouco comum na região e, de modo geral, a participação das usinas nas políticas públicas de assistência praticamente não existia como também, a questão da cidadania passava muito despercebida pelos diversos segmentos do Estado.

Enquanto isto o usineiro preferia ignorar o custo de vida dos seus empregados, e, repetitivamente, deixando de pagá-los, contribuía para a má qualidade de vida dos trabalhadores. Ignorava os custos com alimentação, aluguel remédios, vestuários que os camponeses precisariam pagar a cada mês. Além disso, o usineiro fazia com que os trabalhadores permanecessem na ignorância e no isolamento (DABAT, 2007).

A única participação dos camponeses em algum evento da sociedade na cidade era ir votar nas épocas de eleições, e mesmo assim, geralmente, quem participava eram aqueles que ao menos sabiam ler. Assim, a maioria da população do campo participava em menor grau das atividades socioculturais. Não se tinha de verdade, investimentos relevantes do governo municipal, estadual ou federal. O que existia era só trabalho. Trabalho e produção eram apenas isso que interessava aos patrões.

Todavia, a virada do século XX para o século XIX demonstra ser um divisor de águas no espaço agrário da Zona da Mata Pernambucana. Especialmente porque, como foi abordado no início do capítulo, a década de 2000 foi marcada pela

consolidação de vários assentamentos oriundos de ocupações da década de 1990. Assim, é possível alegar que as medidas de estruturação desses assentamentos foram acompanhadas de importantes investimentos do governo na esfera das políticas públicas.

Acredita-se que a emergente oportunidade de participação política entre os camponeses e as camponesas, bem como as suas maneiras de organização favoreceram também a vinculação das identidades coletivas e de cada sujeito social no campo. Antes, os camponeses viviam oprimidos pelos patrões, não tinham os seus direitos atendidos e não sabiam se expressar politicamente. Todavia, com o passar do tempo eles puderam se unir e ganhar força para superar essa situação, tornando-se, portanto, agentes efetivos dos movimentos sociais de luta pela terra.

O advento da reforma agrária (apesar de incompleta), a produção no campo por meio da agricultura familiar, o apoio atual do Instituto de Pesquisa Agropecuária (IPA) fornecendo assistência técnica para os agricultores (ainda que insuficiente), a contribuição de programas de governo como o Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PRORURAL), o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), bem como, os seus benefícios, são, atualmente, formas visíveis do melhoramento das políticas públicas promovidas pelo Estado. O plano de ação desses programas e projetos tem contribuído razoavelmente para o melhoramento da infraestrutura dos assentamentos rurais e das condições de produção (OLALDE, 2010).

Hoje, os agricultores têm sido beneficiados, por exemplo, com a construção de banheiros em suas casas, e contam com facilidades de compra de implementos agrícolas e equipamentos como máquinas e tratores que vão auxiliá-los em suas produções. Os projetos Paulo Freire e Projovem Campo, além de outras ações desenvolvidas pelo governo, têm ajudado jovens e adultos da faixa etária entre 18 e 29 anos a ler e escrever, favorecendo os assentamentos.

Todavia, os trabalhadores rurais alegam, em seus depoimentos, que necessitam de políticas públicas mais sólidas, que norteiem a escala produtiva em suas várias etapas: produção, transporte e comercialização dos produtos. As ações do governo podem colaborar com a distribuição de sementes de boa qualidade para o cultivo, solução para o transporte coletivo de mercadorias, serviços médicos e de saúde, além de melhorar o sistema educacional dos municípios; estas medidas

poderiam promover uma maior sustentabilidade das comunidades assentadas e o aumento da qualidade de vida.

2.2.2 Categorias sociais

Os próximos itens deste capítulo abordarão as categorias sociais de análise, que, diferentemente das categorias econômicas, anteriormente apresentadas, se aproximam mais de uma visão não produtivista.

Por retóricas “não produtivistas” compreendem-se os discursos e práticas que expressam preocupações com questões de equidade social e sustentabilidade ambiental envolvidas nas atividades agrícolas, ao mesmo tempo que são portadoras de temas que atualizam os olhares sobre a atividade agrícola e o mundo rural (BONAL; MALUF, 2000, p. 72).

Dessa forma, as categorias sociais contempladas no momento serão: tempo, evolução da infraestrutura e da família, divisão social do trabalho, poder e cultura. Iniciemos pelo tempo.

2.2.2.1 *O tempo do agricultor*

Como assinala Bagli (2006), nos espaços rurais, as relações cotidianas são construídas tendo como base uma intensa ligação com a terra. O sustento da família é assegurado pelo trabalho sobre ela produzido tendo como base a agricultura e o cuidado com o uso do tempo, que ora submete-se às exigências do patrão, e ora às influências da natureza.

Sachs (2005 apud WEISSHEIMER, 2010, p. 82) deu uma interessante sugestão sobre onde começar a pesquisar as raízes dos problemas sociais enfrentados pelo agricultor: iniciar por fazer uma análise do tempo, sobre os estilos de vida e o uso do tempo. Ele apresentou uma tipologia de quatro formas de uso: tempo de trabalho no mercado, tempo de trabalho fora do mercado, tempo de repouso biológico, tempo daquilo que é considerado “não trabalho”.

Na agricultura patronal, o trabalhador rural gastava a maior parte do seu tempo em função da *plantation*¹¹. Em nenhuma condição este poderia se retirar do seu trabalho, pois, tinha que produzir o máximo possível para o patrão, estando, continuamente, sob observação dos seus feitores. Dessa forma, os trabalhadores só tinham oportunidade de produzir para si mesmos nas horas vagas e nos curtos intervalos de seu trabalho habitual, ou seja, pela manhã muito cedo ou à tardezinha quando largavam.

Os horários disponíveis eram muito reduzidos, de fato aqueles que deveriam ser dedicados à reposição das forças dos trabalhadores: feriados e antes ou depois de um dia de trabalho assalariado já extremamente extenso (DABAT, 2001, p. 632).

Mesmo assim, o plantio teria de ser apenas por um curto período de tempo, e, caso contrariasse alguma ordem, o trabalhador ficaria sujeito à ameaça de demissão e expulsão das terras. Não eram raras as situações em que os trabalhadores por insistir em cultivarem suas lavouras ou, até mesmo, por transgredir a menor das recomendações, serem retirados à força de suas moradias. As culturas agrícolas de seu plantio eram apenas batata doce, macaxeira, feijão e milho, culturas de rápido cultivo. Tudo isso, para não contrariar as exigências dos patrões, os quais só deixavam o trabalhador plantar próximo de sua casa ou em algum local determinado pelos administradores.

Para muitos, a sujeição ao trabalhando assalariado surtia como um fator de necessidade, sendo mesmo inevitável, já que o sistema em que estavam inseridos não oferecia muitas opções de trabalho ou meio de sobrevivência. Por outro lado, a apuração de lucro pelas usinas no mesmo sistema econômico dependia da exploração do trabalhador assalariado nos engenhos. Por isso, os trabalhadores rurais careciam de um maior contato com a terra, pois essa relação constituía-se um fator primordial para a propiciação do desenvolvimento regional da agricultura, sendo, nessa fase, quase impossível estabelecê-la diante de tanta dificuldade imposta pelos patrões, os quais se preocupavam apenas com a hegemonia do seu poder.

¹¹ É um tipo de sistema agrícola (uma plantação) baseado em uma monocultura de exportação mediante a utilização de latifúndios e exploração da mão-de-obra.

Atualmente, com a transição da agricultura patronal para a agricultura familiar, os trabalhadores rurais passaram a investir seu tempo na cadeia produtiva de suas parcelas, exceto alguns poucos assalariados que restaram do regime patronal. Estes, muitas vezes, são funcionários de usinas circunvizinhas que moram no assentamento, mas prestam serviço em outras atividades fora das parcelas. Esse tipo de assentado quase sempre não tem tempo para cultivar seus lotes, porém, aqueles que se dedicam exclusivamente aos mesmos possuem muitas chances de assegurar sua produção e garantir sua renda.

As relações cotidianas são construídas [...] tendo como referência a intensa relação que se estabelece entre terra e trabalho. As tarefas cotidianas surgem dessa relação: preparo, adubação, plantio, poda, irrigação, colheita, entre outras atividades. É do trabalho realizado sobre a terra que os rendimentos são extraídos, seja em forma de produtos de subsistência, seja em forma de produtos para a comercialização (BAGLI, 2006, p. 87).

É administrando o seu tempo que os agricultores familiares promovem o desenvolvimento de sua propriedade. Criando sua própria agenda, eles participam de reuniões e encontros que discutem o verdadeiro modelo de vida agrária. O tempo do agricultor rural parece curto. Ele passa, aproximadamente, seis horas do dia trabalhando para si mesmo. Assim, embora tenha liberdade para escolher os seus horários de atividade, o trabalhador rural também precisa adequar os seus horários ao das feiras livres. Os agricultores também precisam estar atentos à dinâmica da natureza sobre a agricultura para assegurar-lhe os devidos cuidados nas diferentes etapas do ciclo produtivo: irrigação, adubação, poda, colheita, armazenamento, seleção e escoamento dos produtos agrícolas.

O ritmo natural estabelece uma relação contraditória entre liberdade e dependência. Liberdade, pois não há o estabelecimento de horários rigorosos, pré-estabelecidos para a execução das atividades cotidianas. Os horários são construídos de acordo com a quantidade de tarefas e o tipo de serviço realizado. Há dias em que o trabalho é intenso (colheita, plantio), outros em que o trabalho é escasso. Nesses casos, há pouco o que se fazer, porque se espera a época certa para colher ou plantar, ou porque a chuva constante (ou falta dela) inviabiliza a realização de parte dos serviços (BAGLI, 2006, p. 92).

Assim, caso almejem obter resultados satisfatórios o trabalhador rural de hoje não poderá viver despreocupadamente, seus horários serão ainda mais corridos: plantam, colhem, vendem e ainda acham algum tempo para discutir as propostas do assentamento nos conselhos municipais, nos sindicatos, no INCRA, nos programas de governo como no caso do PRORURAL e outros. Além disso, eles ainda precisam se dedicar às suas famílias, participar de festejos, eventos religiosos e atividades recreativas como, por exemplo, ir pescar, se dirigir à praia, ao campo de futebol ou a uma bodega.

2.2.2.2 Evolução da infraestrutura e da família

No regime patronal o trabalhador rural dependia do patrão para o atendimento de quase todas as suas necessidades básicas: moradia, transporte, alimentação e até vestuário. Estes trabalhadores moravam em casas precárias, construídas nos Engenhos, e que eram cedidas, temporariamente, aos mesmos enquanto prestassem serviços às usinas, especialmente, no corte da cana. As casas dos “moradores de engenho” não tinham nenhum conforto. Eram casas conjugadas, localizadas nas sedes dos Engenhos, e que, geralmente, se situavam próximo aos arruados que davam acesso à Casa Grande. A casa do morador não tinha energia elétrica, não tinha água para o uso doméstico, sendo o consumo obtido de poços cavados. A casa, muitas vezes, comportava pouco espaço ao derredor, pois as terras quando não estavam ocupadas pela cana-de-açúcar davam lugar para os cercamentos que impediam os animais dos patrões de fugirem.

O uso dos meios de transporte para realizar o trajeto dos empregados até a cidade, nos dias de feira livre ou em casos de saúde, também dependia dos patrões. Nos Engenhos, não existiam postos de saúde e os serviços médicos só eram encontrados na cidade. Mesmo as vestes dos empregados deveriam ser compradas nos locais determinados pelos patrões, porque estes tinham muitas influências na sociedade e conseqüentes conchavos políticos (DABAT, 2007).

No final de cada ano é que se podia comprar uma roupa nova ou um calçado novo, pois, normalmente, o salário habitual recebido não oferecia condições para isto. Durante todo o ano o camponês trabalhava, mas, os poucos bens que possuía limitava-se àquilo que o patrão lhes concedia “de favores”, o que representava, na verdade, o básico do básico. As mulheres e os jovens viviam isolados do foco de

acontecimentos sociais, e o confinamento da moradia não oferecia nenhum conforto ou recreação. O que se podia observar eram uma mesa com algumas cadeiras e tamboretas, camas para os casais, redes para os solteiros e esteiras para os meninos, forradas no chão. Em verdade, faltavam opções estruturais para as famílias rurais e o regime era, rigidamente, patriarcal.

Quando se compara o quadro da estrutura familiar do regime patronal, ao longo do século XX, com esta mesma variável no regime familiar, já no século XXI, se percebem indícios de transformações no que tange à quantidade de membros na família, bem como a participação de cada qual no processo produtivo. Hoje, por exemplo, notam-se determinadas melhorias na qualidade de vida dos agricultores familiares da Zona da Mata, especialmente com a chegada da energia elétrica. Além disso, a ação do governo, utilizando-se da criação de programas nacionais de estruturação social no campo deu início a construções de agrovilas, de casas populares no campo, da construção de banheiros, embora muitos deles sem água encanada, da construção de poços artesanais com bombas elétricas e de auxílio financeiro para a compra de animais de criação e transporte.

Na agricultura familiar a quantidade de membros na família foi reduzida a núcleos menores se comparado com o período da agricultura patronal, caracterizada por comportar famílias bem mais numerosas, que moravam juntas e que eram, geralmente, comandadas pela figura do progenitor mais velho, definido como um patriarca. Assim, era comum o convívio, num mesmo domicílio, de parentes e agregados de diferentes gerações. Atualmente, as famílias de agricultores possuem uma média de cinco membros, sendo a liderança, no conjunto familiar, exercida de modo participativo, estando os jovens e as mulheres inseridos num regime mais aberto aos diálogos familiares.

A forma pela qual uma família de agricultores decide a forma de manejar suas terras, depende das características desse grupo familiar, como a quantidade de homens, mulheres e crianças existentes, idade, anseios, necessidades, experiências na agricultura, entre outras. Porém, apesar dessa íntima relação, os membros de uma família podem atuar de forma mais ou menos independente, apresentar necessidades específicas, desejos e preferências (GOMES; AMÂNCIO, 1998, p. 13-14).

Segundo o INCRA (2007), atualmente, muitos assentamentos possuem escola de ensino básico para as crianças, como também, auxílio transporte para que os jovens possam ir estudar na zona urbana. Assim, segundo Medeiros (2010), devido ao maior investimento na área educacional, diferentemente das épocas passadas a maior conscientização de inclusão desenvolvida pela agricultura familiar, permite que os filhos, não só os pais, “tenham voz” nos processos decisórios em concílio familiar e da comunidade. Agora, é permitido que todos tenham o direito de opinar e de oferecer sugestões que busquem o melhor desenvolvimento do assentamento.

2.2.2.3 Evolução da divisão social do trabalho

Durante o século XX, a soberania das usinas de açúcar no território da Zona da Mata Pernambucana fez com que estas pudessem organizar suas políticas de controle de produção de modo centralizador. Assim, para manter o controle sobre uma vastidão de terras a seu serviço, elas precisavam contar com um quadro de funcionários abrangente e com hierarquia bem definida. Faziam parte do quadro de funcionários das usinas: os diretores, os gerentes, os administradores, os operários, os cabos de engenho, os apontadores e os trabalhadores rurais (MELO, 1975).

A distribuição das tarefas da usina era ordenada por grupos específicos de atuação de acordo com a sua funcionalidade, cada qual responsável por um conjunto de engenhos denominado de zona. Os administradores, juntamente com os cabos de engenho, eram quem conduziam as divisões da tarefa no cotidiano. O grupo dos trabalhadores rurais, por conseguinte, se dividiam em mais outros subgrupos de acordo com as tarefas: um grupo de plantio, outro grupo de corte de cana-de-açúcar, outro de adubação, outro de drenagem, outro de enchimento de cargas, outro de condutores de caminhão, tratores e máquinas.

A usina também contratava capineiros, carpinteiros, pastoreadores, consertadores de cerca, além de safristas, para os períodos de safra e corumbas para os períodos de entressafra. Segundo Melo (1975); Andrade (1986), os corumbas eram homens vindos do Sertão ou do Agreste do Estado, eles eram muito requisitados pelas usinas nos períodos de entressafra devido ao menor custo de sua mão-de-obra para a colheita da cana-de-açúcar ou outro tipo de atividade do

Engenho. Portanto, são estas as tarefas de campo que as usinas ofereciam aos trabalhadores rurais.

Por outro lado, a transição da agricultura patronal para a agricultura familiar repercutiria também sobre a divisão social de produção no campo, vindo o associativismo surgir como uma das formas mais típicas de arranjos produtivos em assentamentos rurais. Atualmente, as associações de pequenos agricultores rurais encontram-se em fase de estruturação na Zona da Mata Pernambucana, sendo responsáveis por grandes conquistas organizacionais direcionadas por seus integrantes.

Uma vez construídas as associações ou as comissões organizadoras nos territórios dos assentamentos, todos os membros, passaram a ser convocados para participar do processo produtivo da agricultura familiar. A parcela surge como uma unidade territorial produtiva onde as tarefas geralmente são distribuídas entre seus integrantes, justamente porque a agricultura nesse molde depende muito da integração intra e inter familiar para o seu desenvolvimento.

Como a agricultura familiar incentiva a policultura, cada parcela deve prezar pela sua auto-suficiência, isto é, sem precisar contratar mão-de-obra extra-familiar, sem recorrer a agregados, vizinhos ou terceiros para cultivar seus lotes. Afinal, de acordo com Kautsky (1995), isto poderia ocasionar a volta do assalariamento e a disseminação da exploração entre parceleiros emergentes e aqueles que não tiveram o mesmo ritmo de trabalho e acabaram ficando à margem da capitalização.

2.2.2.4 Da ordem ao ordenamento do território

Outra repercussão importante em relação à transição da agricultura patronal para agricultura familiar foi a mudança no domínio do território agrícola da Zona da Mata Pernambucana. Antes o domínio desse território estava inteiramente concentrado nas mãos dos usineiros, sendo os mesmos hegemônicos, porém, o advento da reforma agrária, e suas ações de desapropriação de terras para a criação de projetos de assentamentos, têm provocado a gradual descentralização das ações dos latifundiários, significando, maior poder de decisão conferido às comunidades rurais.

É possível afirmar que, na agricultura patronal, os usineiros eram quem exercia diretamente o poder nas unidades produtivas e que os governos agiam de modo indireto, isto, porque davam incentivos para aqueles (ANDRADE, 1986). Ao longo do século XX, o comando nas atividades agrícolas partia diretamente dos diretores das usinas. Com sua arrogância eles criavam um verdadeiro clima de terror nos Engenhos. Cada ação no território, cada execução de uma ordem (aumento das tarefas, da produção, da produtividade e do desempenho) cada informação que chegava aos ouvidos dos trabalhadores rurais eram assustadoras. As façanhas administrativas eram comandadas pelos administradores e de seus capangas no ato de fiscalização de trabalho no campo e do gerenciamento agrícola.

Entretanto, diferentemente, da agricultura patronal, na agricultura familiar o poder passou a ser descentralizado e assumido por diversos núcleos autônomos e de organização própria no espaço: os assentamentos rurais. Se na agricultura patronal o domínio era exercido pelas usinas, na agricultura familiar este é exercido pelos próprios assentamentos.

Nestes, quem detém, diretamente, o poder são os seus associados, os quais decidem e determinam o destino de sua comunidade. No assentamento, nenhuma medida pode ser criada sem antes ter sido posta em pauta, discutida ou aprovada pela maioria absoluta dos membros da associação local. E isto, para todos os assuntos do assentamento. Nenhum órgão de governo, entidade civil ou ONG pode impor aos assentados qualquer decisão.

Todavia, esta política de proteção territorial dos assentados nem sempre corresponde ao que lhe faz jus. Isto porque o modelo de associativismo elege uma diretoria composta pela figura de um presidente e seus assessores (WEISSHEIMER, 2010). Acontece que, às vezes, determinados presidentes de associações rurais distorcem os verdadeiros ideais da agricultura familiar. Não raras vezes, eles buscam centralizar o poder e começam a receber influência negativa de agentes externos que possuem algum interesse nas terras dos assentamentos. Assim, estas diretorias são tentadas a receberem suborno e induzir o comportamento dos sócios. Caso aceite estas propostas indecentes de corrupção, a diretoria começa a tomar atitudes que desagradam à sua comunidade, ferindo os direitos do trabalhador rural e seus fieis ideais de luta e satisfação.

Há, assim, um risco de influência externa de poder que age nos assentamentos de maneira indireta (WEISSHEIMER, 2010). No caso das prefeituras

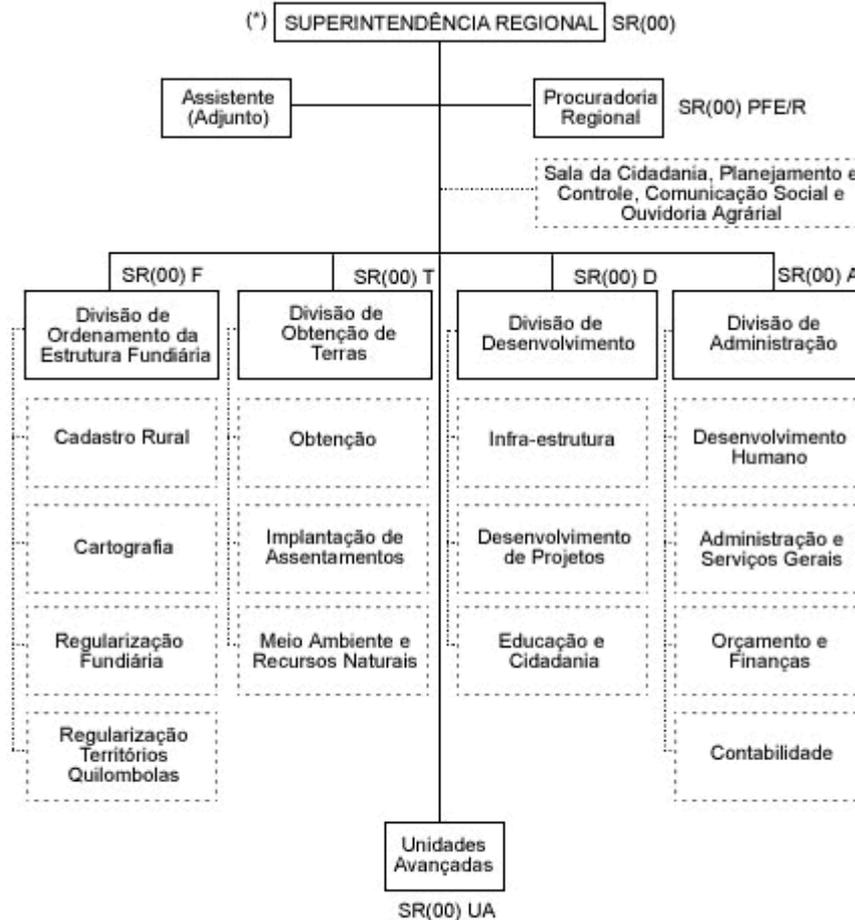
municipais, por exemplo, que deveriam agir como parceiras das associações para o desenvolvimento regional descobrem-se casos em que estas chegam a agir com propostas dissimuladas que visam somente os seus interesses políticos.

Os sindicatos rurais e as cooperativas locais são parceiros diretos de suporte ao desenvolvimento agrário nos assentamentos, todavia, não podem exercer o papel de liderança nos assentamentos, ou seja, a esfera de atuação dessas entidades nos assentamentos tem alcance limitado. Esses órgãos atuam mais precisamente nas questões de ordenamento do território, sua estruturação, fiscalização e capacitações das famílias, mas não podem impor nenhuma lei ou decidir pela comunidade. Esta sim é quem delega o “ponto final” (MEDEIROS et al, 2010).

Já o INCRA, segundo Passos (2009), trabalha em função da aquisição de terras destinadas à reforma agrária. De modo geral, sua atuação atende às seguintes situações:

O INCRA [...] sempre esteve a reboque das exigências sociais e tentando cumprir acordos realizados com os dirigentes de movimentos de luta pela terra. Tem atuado onde existem conflitos por terra, questões trabalhistas sem solução, imóveis rurais com problemas, empreendimentos rurais em dificuldades, fazendas endividadadas, imóveis arrestados como dação de pagamento, terras de usinas falidas, etc (PASSOS, 2009, p. 24).

Como se sabe, o INCRA é um órgão atrelado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e, em todo o País, conta com mais de trinta Superintendências Regionais. Estas, por sua vez, são órgãos descentralizados, responsáveis pela coordenação e execução das suas ações nos estados. A seguir, verifica-se no organograma 1 o funcionamento de uma Superintendência Regional do INCRA.

Organograma 01 – **Organização de uma Superintendência Regional do INCRA**

(*) Todas as Superintendências Regionais têm a mesma estrutura básica. A distinção em SR do tipo I, II ou III se dá em função do número de cargos de assessoramento (DAS 102.1) que cada uma dispõe.

Fonte: INCRA - II PPRA, 2007.

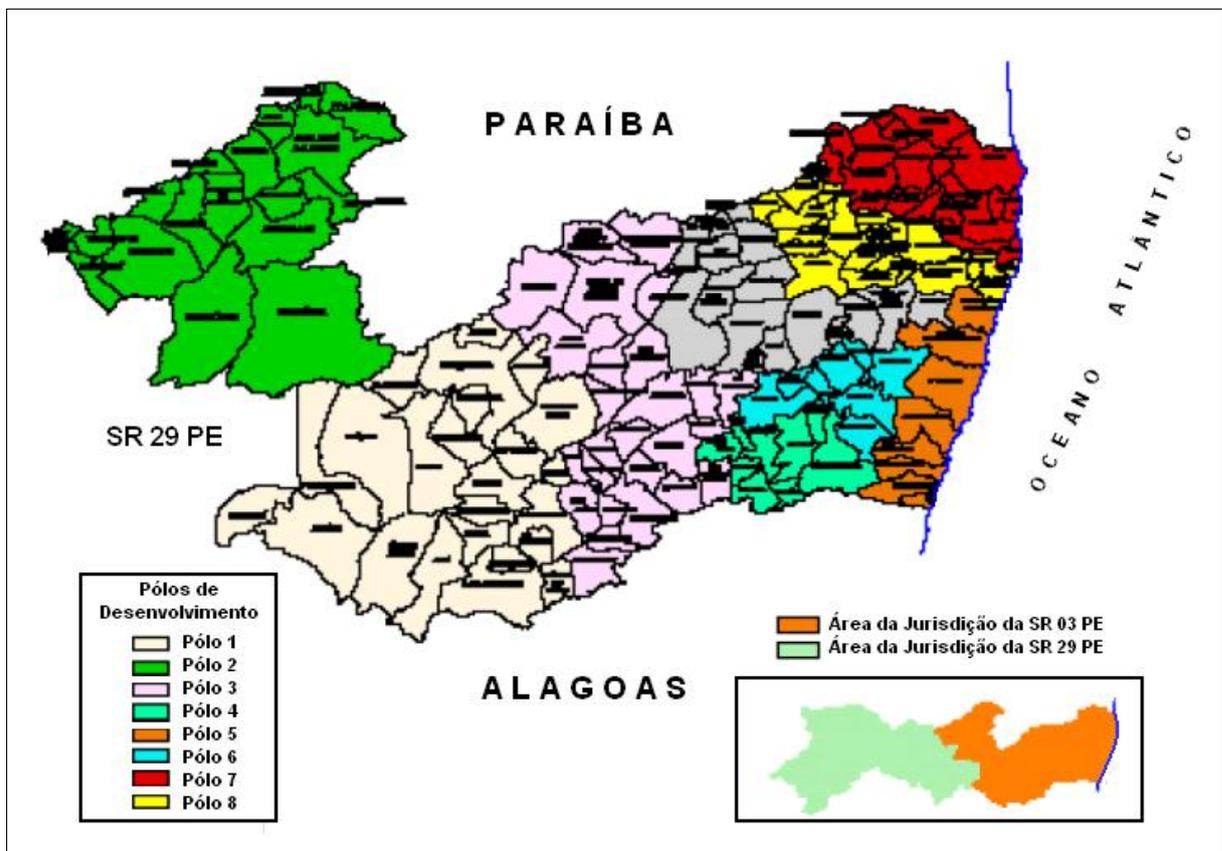
Observa-se no organograma 1 que cada Superintendência Regional é formada por quatro divisões, que, por sua vez, é composta por três ou quatro setores de atuação, os quais são responsáveis por cada etapa de atuação do processo de colonização e reforma agrária na região.

Segundo Passos (2009), o principal instrumento de reforma forma agrária são os Projetos de Assentamentos (PA). Assim, a criação de um PA, por um lado, sucede a um processo de vistoria e desapropriação de terras improdutivas, e por outro, antecede o processo de melhoramento da infraestrutura, acessória técnica e fomento de crédito que corresponde à fase de estruturação do assentamento.

O Estado de Pernambuco possui duas superintendências regionais, a primeira com sede em Recife (SR 03), e a segunda com sede em Petrolina (SR 29).

De acordo com o INCRA (2007), em Pernambuco a Divisão de Desenvolvimento (uma das quatro divisões observadas no organograma 1) estabeleceu um critério de ordenamento do território segundo polos regionais de desenvolvimento agrário (Figura 03).

Figura 02 - Polos de Atuação da Divisão de Desenvolvimento do INCRA PE SR 03



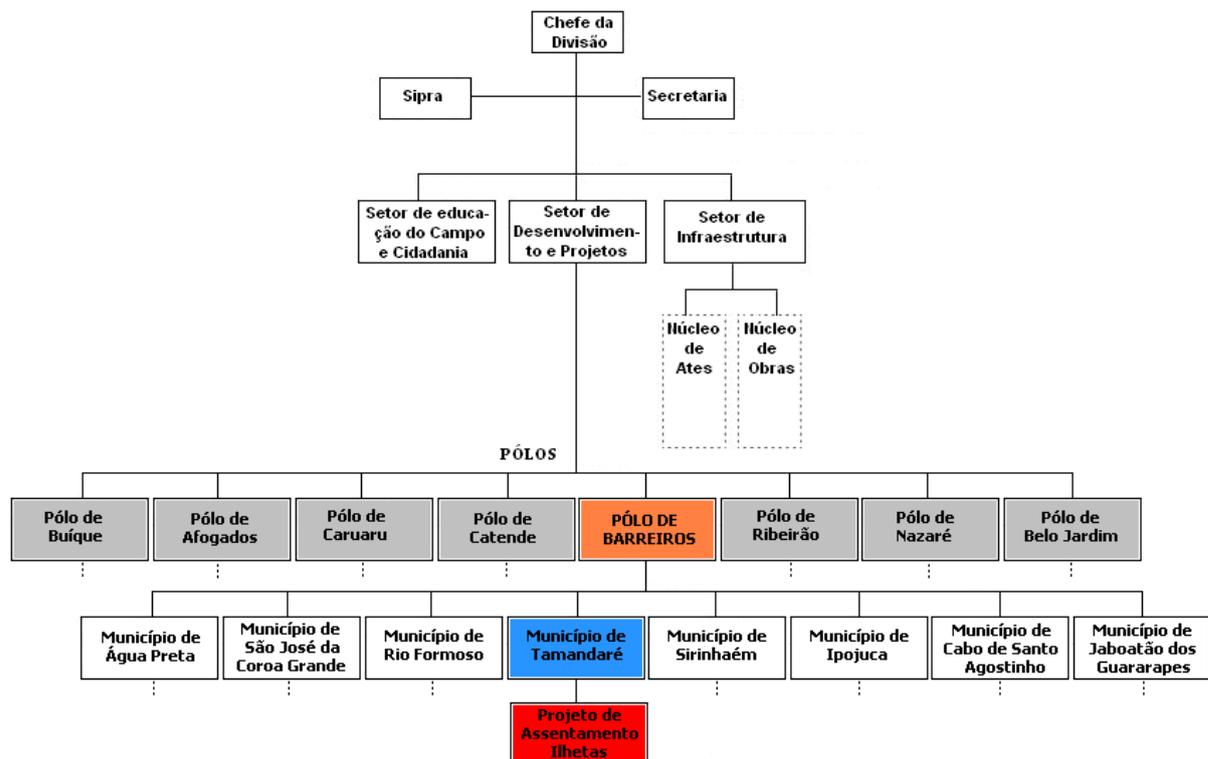
Fonte: INCRA. Setor de Cartografia, 2012.

Dessa forma, de acordo com o INCRA (2007) a parte do território Pernambuco sob jurisdição da Superintendência Regional 03 foi dividido em oito pólos de desenvolvimento. Cada pólo é composto por um conjunto de municípios com características históricas e fisiográficas comuns. Assim, cada pólo é representado por um município pólo, que geralmente lidera os conflitos no campo que surgem nas áreas de sua influência, como também, constitui aquele que concentra a maior quantidade de projetos de assentamentos instituídos pelo INCRA.

Observa-se na figura 03 que o Pólo de Barreiros (representado pela cor laranja) abrange vários municípios da Mata Úmida de Pernambuco, coincidindo também com as faixas do litoral sul de Pernambuco e da faixa metropolitana sul do

Recife, conhecida na classificação turística como “Costa Dourada”. É no pólo de Barreiros que se encontra o Município de Tamandaré, e, neste, que se encontra o Assentamento Ilhetas, que será estudado no próximo capítulo. Assim, o organograma 2 a seguir mostra a subdivisão do Setor de Desenvolvimento que foi visto anteriormente no organograma 1.

Organograma 02 - **Divisão de Desenvolvimento do INCRA – PE 03 segundo polos agrários**



Fonte: INCRA – II PPRA, 2007, adaptado pelo autor, 2012.

Observa-se, portanto, que dos oito pólos de desenvolvimento agrário instituídos pela INCRA – PE 03, quatro deles se concentram na Zona da Mata.

2.2.2.5 Evolução no comportamento social do trabalhador rural

Para a reprodução do sistema capitalista, tanto no campo entre os agricultores, quanto nas cidades entre os operários, era imprescindível a super-exploração dos proletariados. Dessa maneira, havia naturalmente um clima hostil entre patrões e trabalhadores rurais. Na Zona da Mata Pernambucana, bem como,

nas outras regiões de conflitos agrários do território brasileiro, a força opressora e esmagadora dos usineiros contra os pobres repercutiam, esporadicamente, em movimentos de resistência, tensões e conflitos que redundavam em violência e morte (CHIAVENATO, 2000). As chacinas contra os trabalhadores rurais os deixavam ainda mais irritados, aumentando ainda mais o ódio desses contra aqueles. Assim, o clima era patrão de um lado, e trabalhador rural do outro.

Os sindicatos surgiam como mediadores entre ambos protagonistas, estando presentes nos principais episódios de conflitos da região. Além de sofrerem com a falta de terras e de moradia os trabalhadores rurais eram super explorados com os trabalhos pesados e abusivos que eram delegados pela classe patronal. Sem contar que os empregados eram roubados em seus direitos, deixando de receber seus salários ou só recebê-los com muito atraso e humilhação. A situação causticante deixava os militantes sindicalistas em “pé de guerra”. Por isso, eis a razão das grandes greves salariais nos anos 1980 e 1990, com sucessivas manifestações nas portas das usinas, provocando, agora, o ódio dos patrões (CHIAVENATO, 2000).

Contudo, após várias décadas de lutas e participação em audiências públicas, conselhos municipais, reunião de sindicatos, associações, cooperativas e ONGs, além do papel desempenhado pela educação no campo, a transição da agricultura patronal para a agricultura familiar repercutiu em uma evolução positiva do comportamento do trabalhador rural. Assim, há de se reconhecer que são enormes as mudanças na vida cotidiana e no comportamento social dos agricultores familiares.

Antes, no modelo patronal, o homem do campo tinha sempre dificuldade de se relacionar com a sociedade, isto porque o clima hostil do sistema patronal não dava oportunidade para estes trabalhadores opinar no processo produtivo de suas atividades. Todavia, atualmente, com o advento da reforma agrária e da agricultura familiar, o homem do campo sofreu um processo de transformação social que colaborou para reinserção de sua dignidade e cidadania na sociedade, podendo atuar livremente em seus negócios e exercer sua tão sonhada autonomia.

O comportamento rústico e grosseiro que demonstram vem diminuindo ao poucos através de um processo gradativo de sociabilidade. Hoje, eles já sabem se portar em situações de conflitos. São mais pacíficos, mas, não passivos. Pois, vão à luta, sempre se articulando entre si e buscando os interesses coletivos. Isto significa dizer que o trabalhador rural vem avançando, embora, saiba-se que o mesmo

precisa melhorar ainda mais. Nesse aspecto se conclui que o seu comportamento atual é muito melhor do que no passado.

As heranças culturais defendidas por Diniz (2002), no sistema canavieiro estão bem impregnadas no semblante e na memória dos camponeses. Suas pálpebras pesadas e o excesso de rugas no rosto denunciam o tempo de trabalho que eles enfrentavam debaixo do sol escaldante. Apesar das pressões dos patrões e da vida castigada que levavam os camponeses souberam absorver também um pouco de cultura, de crenças e recreações. As conquistas em diversas áreas de suas vidas, por melhores condições de vida, trazem-lhe, hoje, a chance de, em seus dias, repassar para seus filhos e netos as experiências de uma vida dura, porém, susceptível de melhoras face às mudanças sociais.

A voz da dialética preservará sua memória, e seu depoimento vivo se propagará até onde sua longevidade permitir. Dizia-se que os mesmos em suas jornadas de trabalho despendiam oito horas por dia às suas tarefas, porém, em suas memórias, essas mesmas oito horas diárias, estarão para sempre marcadas em suas memórias, perseguindo-os como uma sombra, e lembrando-lhes de como é bom poder hoje desfrutar de algo que antes eles não possuíam: terra, liberdade e dignidade.

O momento expressivo de rompimento com o regime patronal e a conseqüente ascensão do modo de vida autônomo, talvez seja, a grande herança que, independente do trauma contraído no regime patronal e das grandes jornadas, corrobora para que as novas gerações perpetuem a perseverança e a coragem da força camponesa.

Desde a década de 1930 que os trabalhadores lutavam na região canavieira pela sua liberdade, porém, essa conquista só se concretizou a partir do ano de 2000 quando muitas das ocupações de terras são reconhecidas e transformadas em assentamentos. Esses avanços se deram pelas lutas organizadas, pelas reivindicações dos trabalhadores e por sua aliança ao movimento sindical. Foram essas condições que estimularam o desenvolvimento do movimento sindical na região canavieira do estado, mas, tudo isso em troca de muita repressão, prisão e violência.

Ao mesmo tempo, havia luta para redução da jornada de trabalho que foram responsáveis por muitos casos de óbito no campo. Repercussões como greves e passeatas colocavam o exército nas ruas, especialmente, nas décadas de 1960 e

1970, quando foram vivenciados marcantes combates no campo. Mas, este período da história foi ficando para trás e outro marco se travou no início do século XXI quando a experiência da agricultura familiar trouxe alento para as famílias que antes estavam sem qualquer perspectiva (MEDEIROS et al, 2000).

Segundo depoimento do Superintendente Regional do INCRA – PE, Sr.^o Luis Aroldo, entrevistado na pesquisa, “iniciou-se, em 2007, uma nova construção na forma de vida baseada na instauração político-econômica que busca um modelo parceria que vise a integração entre os diversos segmentos da sociedade, especialmente, entre a federação, o estado, os municípios e os assentamentos”.

Hoje, muitos trabalhadores rurais tornaram-se agricultores familiares, assumindo fortes compromissos com a comunidade do seu assentamento. Assim, além de sua mútua sobrevivência, sua missão tornou-se levar produtos de boa qualidade para a mesa do consumidor de todo o País. Além disso, é possível estender o modo de vida rural para além da produção. Assim, a transição da agricultura patronal para a agricultura familiar repercutiu em transformações em mais uma esfera do território agrário: a cultura popular.

As atividades culturais são consideradas fator essencial do ser humano. Assim, no campo elas são realizadas com bastante êxito e buscam sempre retratar a aptidão do homem em saber lidar com a terra, ajudando a comunidade a desenvolver sua produção. Porém, observa-se, por enquanto, que na esfera cultural as mudanças sócio-espaciais foram pouco representativas se comparadas com as outras esferas de abordagem. Talvez seja porque a esfera cultural seja aquela que mais permanece enraizada nos hábitos familiares dos trabalhadores rurais, sendo os mesmos transmitidos, com o passar do tempo, de geração em geração.

Outro fator é que a transição da agricultura patronal para a agricultura familiar acrescenta às tradições culturais novos elementos, sem, necessariamente, precisar negá-las. Como apontou Pecqueur (1996 apud CAZELLA; BONNAL; MALUF, p. 2009) no primeiro capítulo, um mesmo território dado pode abrigar vários territórios construídos.

Assim, em relação à cultura popular as implicações da agricultura familiar são muito tênues, isto é, pouco interferiu nos aspectos culturais pré-existentes do território. Nesse caso não se pode atribuir à agricultura familiar a pretensão de desconstruir a cultura popular oriunda da agricultura patronal. Pelo contrário, como afirma Santos (2002) é possível que em determinadas dinâmicas sócio-espaciais,

mude-se a forma, mas preserve-se o conteúdo. É a já citada “inércia dinâmica” que favorece tanto a biodiversidade quanto a sociodiversidade do território.

O plantio das culturas de subsistência, as pequenas criações de animais e até mesmo o trabalho na plantação de cana-de-açúcar são fatos relevantes na cultura popular, muitas vezes, sendo retratados nas lendas, nas brincadeiras, nos festejos, nas cantigas, na culinária e na confecção de artesanatos. Fala-se também de uma possível perda da identidade dessas comunidades caso o advento da modernidade tenda a se alastrar no campo sem o acompanhamento e a conscientização da importância do campesinato que, como foi discutido, estimula o modo de vida para além da produção.

Mas uma vez, há o embate entre a proposta de agricultura familiar com viés mercadológico e da agricultura familiar com viés campesino (apresentadas no capítulo 1). No primeiro caso, a chegada da modernização e com ela a tecnologia e a automação do campo, mesmo isto estando longe de ser alcançado, é propenso a uma indiferença à tradição cultural, inclinação para a aldeia global ou mesmo hábitos neutros, dissociados do passado ou do local. Todavia a corrente de pensamento que ainda prevalece é que: enquanto a agricultura continuar sendo o fator unificador das famílias rurais, a cultura do homem do campo continuará presente (CARNEIRO; MALUF, 2003).

A verdade é que hoje, tanto a influência da modernidade, quanto a influência da cultura e do saber popular estão incutidas na agricultura familiar. História, autonomia e diversidade cultural encontram-se estritamente relacionadas no modelo da agricultura familiar. A questão do trabalho, da identidade, do gênero e das etnias cria relações estreitas que abrangem as diversas dimensões de atuação humana: espaciais, sociais, ambientais, econômicas, políticas e culturais.

Apesar disso, as atividades culturais na maioria dos assentamentos ainda são singelas, resumindo-se, muitas vezes, às atividades sociais e de lazer: confraternização de famílias, comemoração de natal e de ano novo, aniversários, casamentos, cultos, caça, pesca, arte, passeios ciclísticos, banhos de bica, jogos (Foto 02).

Foto 02 – Os jogos enquanto atividades recreativas nos assentamentos



Fonte: Rizolange Ferreira, 2012.

De modo geral, nos assentamentos, ainda se destacam a quadrilha junina, o samba de matuto, a ciranda e o maracatu rural enquanto principais traços culturais da Zona da Mata Pernambucana.

2.2.3 A situação do agricultor entre os modelos patronal e familiar

As repercussões da transição da agricultura patronal para a agricultura familiar na Zona da Mata, segundo as análises das categorias clássicas discutidas neste capítulo, podem ser observadas, resumidamente, no quadro 03 a seguir:

Quadro 03 - Situação do agricultor frente às características dos dois modelos de trabalho

N.º	Categoria analítica	Modelo Patronal	Modelo Familiar
I.	Trabalho		
a)	Mão-de-obra	Assalariada	Autônoma
b)	Instrumento de trabalho	Emprestado	Adquirido
c)	Trabalho e gestão	Totalmente separados	Inter-relacionados
d)	Setor de atividade	Industrial/Agroindustrial	Agrícola/Agroindustrial
e)	Sistema agrícola	Sucroalcooleiro	Hortifrutícola
II.	Terra		
a)	Estrutura Fundiária	Latifúndio	Minifúndio
b)	Uso da terra	Restrito	Livre
c)	Unidade Territorial	Engenho	Assentamento
d)	Posse da Terra	Desapossado	Apossado
e)	Utilização das terras	Cana-de-açúcar	mista
III.	Produção		
a)	Unidade produtora	Macroempresarial	Microempresarial
b)	Produtividade	Grande escala	Pequena escala
c)	Agricultura	Especializada	Diversificada
d)	Uso de fertilizante	Inorgânico	Orgânico
e)	Fins da Produção	Mercado	Subsistência/Mercado
IV.	Sociabilidade		
a)	Moradia	Emprestada	Própria
b)	Tempo de moradia	Temporária	Permanente
c)	Estrutura Familiar	Grande	Pequena
d)	Qualidade de vida	Precária	Regular
e)	Modelo de Gestão	Burocrático	Participativo

Fonte: organizado pelo autor, 2012.

Assim, analisando o Quadro 03 é possível avaliar, rapidamente, alguns dos seus principais resultados:

- a) Na categoria trabalho a mão-de-obra assalariada passa a ser autônoma;
- b) Os meios de produção concentrados pelos patrões também passam a pertencer aos agricultores familiares;
- c) O monopólio da indústria sucroalcooleira é reduzido com a expansão da agricultura familiar;

- d) A plantação de cana-de-açúcar em assentamentos rurais configura um novo sistema agrícola;
- e) A expansão dos minifúndios por meio dos projetos de assentamentos repercute em mudanças na estrutura fundiária na Zona da Mata;
- f) A relação dos agricultores com a terra é influenciada pela gestão do tempo;
- g) A unidade territorial Engenho passa para a condição de Assentamento ou de Assentamento-Engenho;
- h) A posse da terra fornecida aos agricultores acentua a cadeia de produção em pequena escala na região, estimulando a policultura em detrimento da monocultura;
- i) A passagem do trabalhador rural à condição de agricultor familiar no território dos assentamentos representa uma melhoria das condições sócio-econômica no campo, tais como renda, moradia e qualidade de vida.
- j) A transição da agricultura patronal para a agricultura familiar constitui uma tendência regional, porém, se processa de forma e intensidade distintas em cada local.

No próximo capítulo, essa realidade será estudada de forma mais profunda no Assentamento Ilhetas, onde foi realizado um estudo de caso, examinando suas experiências econômicas e psicossociais que norteiam o entendimento dos principais emblemas que circundam a trajetória de vida do homem do campo.

3 REPERCUSÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO ILHETAS

3.1 Localização e Características Geoambientais

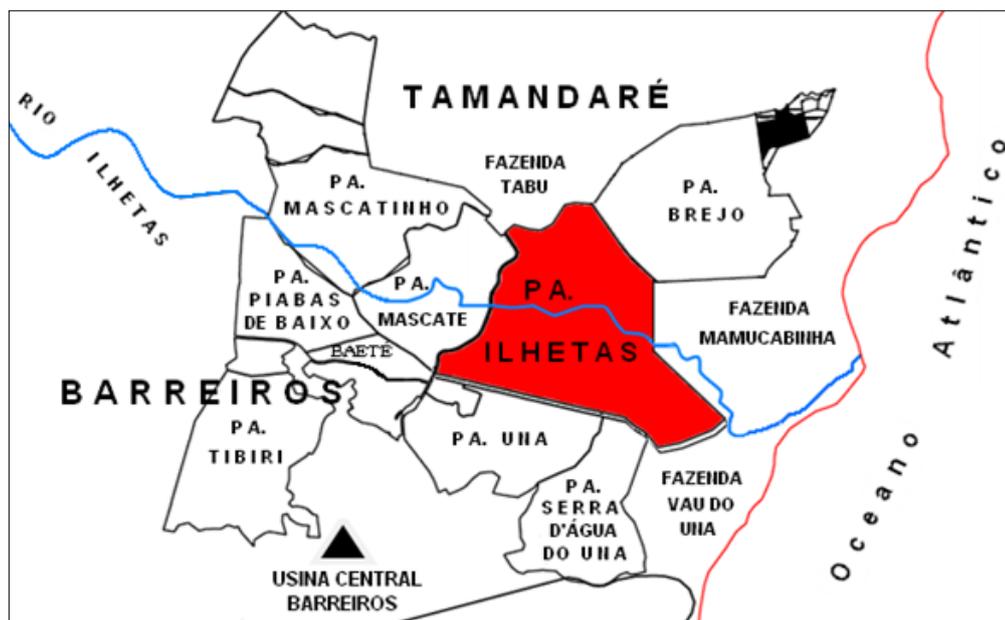
De acordo com o PDA (2004, p. 6), o Assentamento Ilhetas remonta a terras pertinentes à extinta Usina Central Barreiros S/A até o ano 2000. Devido à crise da indústria sucroalcooleira que afeta Pernambuco no final século XX, essa usina, após ter decretado falência, teve boa parte de suas terras desapropriadas para quitação do débito trabalhista que contraiu junto a seus funcionários.

O Assentamento Engenho Ilhetas tem sua origem legal registrada no Processo INCRA/SR 03 – Nº 54140.002213/00-00, de 06/10/2000, que trata da desapropriação dos imóveis do Grupo Baeté e Outros, formado pelos Engenhos Ilhetas, Baeté, Piabas de Baixo, Mascate, Una e Serra D'Água do Una, com área total declarada de 4.935,50 ha [...]. A desapropriação dos imóveis se deu, por uma parte, em atendimento aos interesses do Banco do Brasil em consonância com a massa falida da Usina Central Barreiros, em processo de falência decorrente da crise da agroindústria canavieira na Região. Da outra parte, envolveu ex-trabalhadores da Usina, moradores dos engenhos e integrantes de movimentos sociais, representados pela FETAPE e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros. (PDA, 2004, p. 6).

O PDA (2004) aponta que o Assentamento Ilhetas possui área registrada de 1.580,80 ha, estando localizado no Município de Tamandaré, embora, suas terras também se estendam pelo Município de Barreiros, sendo o Rio Ilhetas um divisor natural entre ambos (Figura 04).

O Rio Ilhetas (Foto 03) e seus afluentes integram-se à Bacia Hidrográfica do Rio Una e banham o Assentamento com a existência de diversos córregos e pequenas ilhas fluviais. Daí a origem do nome Ilhetas concedido ao antigo Engenho. Ainda hoje, na época de chuva, devido à umidade, estas ilhetas permanecem encharcadas formando áreas alagadiças (Planta 01). No verão, entretanto, as águas recuam, deixando o solo bastante produtivo em meio às parcelas. Na área são ainda observados trechos com a Mata Atlântica em reservas legais, bem como a presença de manguezais.

Figura 04 - Localização do Assentamento Ilhetas ente os Municípios de Barreiros e Tamandaré



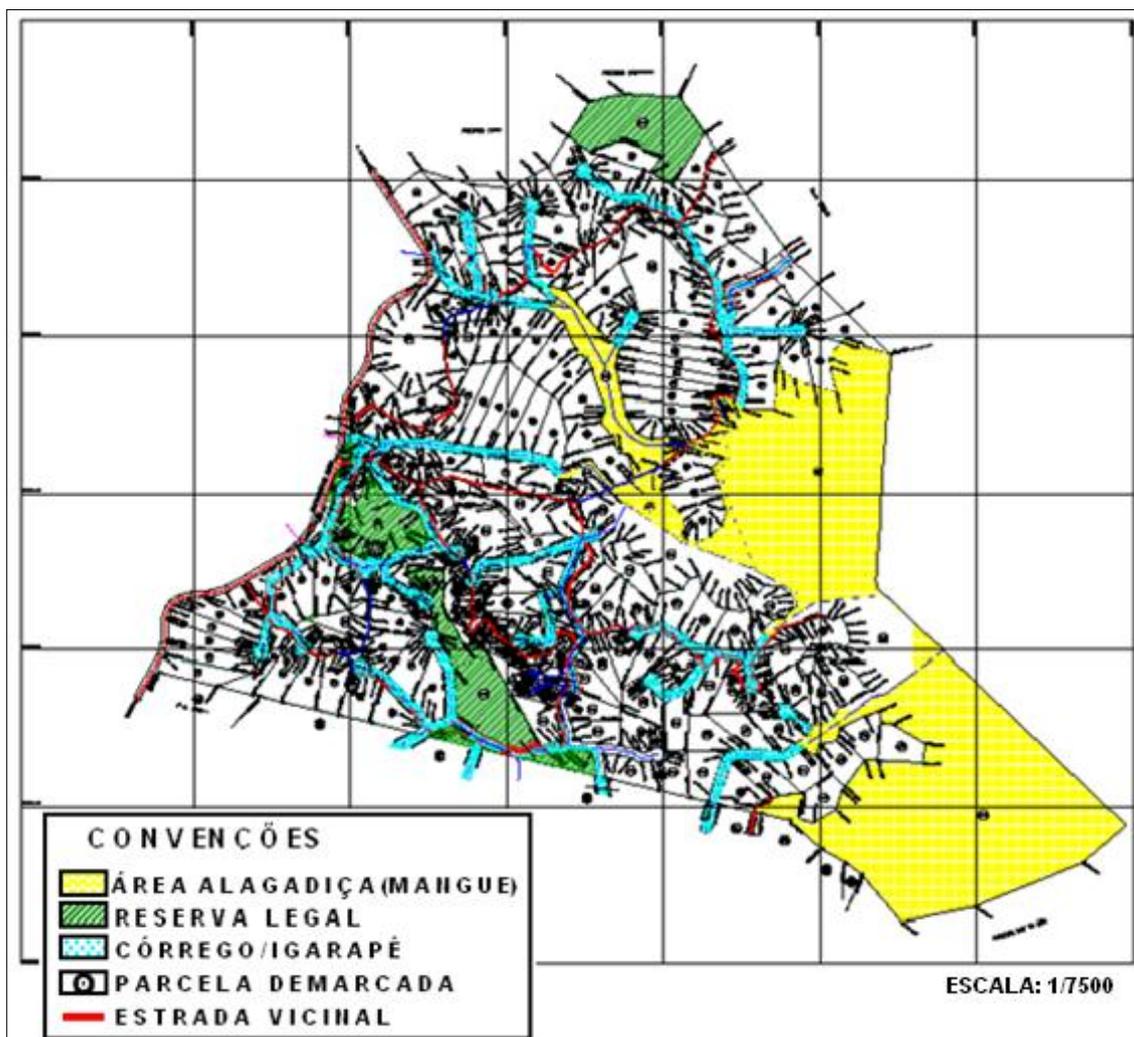
Fonte: INCRA, com adaptações feitas pelo autor, 2012.

Foto 03 - Paisagem do Rio Ilhetas no Assentamento Ilhetas



Fonte: Dilma Souza, 2012.

Mapa 02 - Assentamento Ilhetas Georreferenciado



Fonte: INCRA, com adaptações feitas pelo autor, 2012.

De acordo com PPRA (2008, p. 24) o relevo de Ilhetas é predominantemente ondulado e suave ondulado alternando-se entre áreas de outeiros fortemente ondulados; relevo ondulado e plano; e áreas de várzeas e baixios. Por outro lado, o Assentamento está localizado em município que apresenta tipo climático quente e úmido e com temperatura média de 25°C a 35°C durante todo o ano. Já a precipitação média é de 1.800 mm/ano, com chuvas concentradas no período do outono-inverno.

As condições climáticas da área são favoráveis ao desenvolvimento da atividade agropecuária, contudo a umidade do ambiente favorece a ocorrência de pragas e doenças nas lavouras e nos animais, sobretudo na época de concentração e abundância de chuvas, isto, de março a agosto (PPRA, 2008, p. 28).

Os solos do Engenho, atualmente, são ocupados pela Mata Atlântica, Manguezais, Campinas e Canaviais. Por outro lado, partes das terras se destinam à crescente prática da agricultura familiar. Além disso, os moradores de Ilhetas desenvolvem em suas unidades a pesca artesanal e a criação de médios e pequenos animais.

Com uma população de aproximadamente 600 habitantes, a economia do Assentamento, portanto, se baseia na agricultura. Conforme o PDA (2004), a terra é considerada de alta fertilidade, sendo o principal tipo de ocupação a lavoura de subsistência. O território, por sua vez, se divide, atualmente, entre o cultivo da cana-de-açúcar e a agricultura do tipo familiar.

3.2 Histórico do Assentamento

Ilhetas teve origem com a implantação de um engenho de açúcar em 1930 quando foi fundada a Usina Central Barreiros, a qual, segundo Andrade (1986) era, na época, a mais moderna de Pernambuco. Desde então, as terras férteis do Engenho e sua topografia privilegiada proporcionaram uma satisfatória produção de cana-de-açúcar.

Antes mesmo de se tornar Assentamento, o Engenho Ilhetas vivenciou os vários ciclos de glória e declínio da história da cana-de-açúcar em Pernambuco. Por influência da administração da Usina Central Barreiros, suas terras abrigavam três comunidades: Ilheta Grande, Rebouças e Ilhetinhas.

Com a desapropriação das suas terras pelo INCRA, o Engenho passou a se chamar de Projeto de Assentamento Ilhetas (PAI), continuando a existir as três comunidades anteriormente citadas. Nesta época, a reforma agrária, na região, caminhava a passos largos e, como foi visto no último item, o Engenho Ilhetas passou a integrar ao Território Reformado¹² do polo Regional de Barreiros.

Porém, até que houvesse a emissão de posse das terras e sua concessão aos antigos moradores do Engenho e aos ex-funcionários da Usina falida, Ilhetas foi

¹² É o conceito adotado pelo INCRA para identificar um conjunto de municípios com significativa concentração de assentamentos da reforma agrária e que apresentam semelhanças quanto à localização geográfica e atividades produtivas, entre outras características.

palco de disputas territoriais e impasses entre fornecedores de cana, militantes do MST e membros do STR.

O primeiro confronto foi entre os integrantes do SRT e a Usina Central Barreiros. A essa altura da história, grande parte dos antigos moradores do Engenho Ilhetas era coligada ao STR, o qual tinha entre suas pautas de reivindicações, a merecida indenização por débitos trabalhistas. Assim, para o STR a solução poderia ser alcançada através da concessão permanente de casas e terras (imóveis) que eram ocupadas temporariamente pelos funcionários da usina em função da atividade na indústria ou no campo.

O segundo confronto dava-se entre os militantes do MST e os fornecedores de cana. Nesse ínterim, o INCRA já vinha avaliando a causa dos trabalhadores rurais e tinha acionado o processo de desapropriação dos imóveis pertencentes à usina para a criação de um conjunto de assentamentos na região. Todavia, a maioria das terras nos engenhos tinha sido arrendada pela Usina aos fornecedores de cana, já que esta, em processo de falência, não tinha mais condições de explorá-las.

Assim, ao mesmo tempo em que as terras estavam sendo arrendadas para os fornecedores de cana, os quais produziram para outras usinas da região, o MST surge com constantes ondas de ocupações de terra que visam romper com o sistema patronal e a perpetuação da concentração fundiária. O movimento sucedeu com forte pressão contra a presença marcante dos rendeiros e são formadas não apenas por funcionários desligados das usinas da região, mas também, por pessoas sem qualquer vínculo empregatício recente, vindas, inclusive, de qualquer parte do país.

Segundo os relatos dos entrevistados, a primeira tentativa de ocupação das terras de Ilhetas pelos integrantes do MST foi em 2001. Nessa situação, os acampantes tiveram que se confrontar, inteiramente, com os fornecedores de cana, todavia, não lograram êxito, já que estes, após terem sido comunicados à respeito da ocupação, conseguiram uma liminar judicial com ordem de despejo, frustrando, portanto, os planos do movimento.

Foi também nesse período em que, abrindo espaço para um terceiro confronto, os acampantes do MST encontraram muita resistência por parte dos

antigos moradores do Engenho. Pois, apesar de estarem juntos na luta contra as injustiças sociais no campo, estes possuíam raízes no local e não estavam interessados em dividir as terras com “estranhos”. Além disso, concebia-se a ideia de que as terras do Engenho não poderiam comportar tanta gente.

Nesse estágio, o Projeto de Assentamento Ilhetas estava em trâmite, mas enquanto não saía a homologação, os moradores do Engenho tinham que permanecer sob o jugo dos fornecedores de cana, os quais, exercendo o controle sobre as terras arrendadas, passaram a exercer a mesma função do usineiro: explorar.

Por outro lado, apesar da histórica afinidade dos trabalhadores rurais com o MST e de suas divergências com os fornecedores de cana, desta vez, contraditoriamente, isso não acontece. É que, na situação particular, o STR veio se posicionar ao lado dos fornecedores de cana para expulsar os acampantes de terra que ameaçavam a tranquilidade dos antigos moradores do Engenho.

É interessante ressaltar a relação de interesse que surge entre esses três atores do território. A saber: o fornecedor, o morador e o sem-terra. Observa-se, por exemplo, que no caso mencionado, os trabalhadores rurais tinham quase certeza de terem garantia de recebimento de terras, e por isso apresentaram muito mais afinidade com os fornecedores de cana do que com os seus antigos companheiros de luta do MST.

Como a tentativa de ocupação ao Engenho Ilhetas não foi bem sucedida cresce o descontentamento e a indignação do MST contra a concentração de terras na região. O movimento segue com novas ondas de invasão em outros engenhos dos Municípios de Tamandaré, Barreiros, Rio Formoso etc. Assim, por questão de cautela, os focos das reuniões davam-se, geralmente, em locais discretos ou escondidos dos fazendeiros como, por exemplo, na casa de farinha (Foto 4) e nas estribarias de engenho. Nesses locais, se articulavam as massas de trabalhadores sem terra para discutirem seus interesses na reforma agrária.

Foto 04 - Extinta Casa de Farinha do Assentamento Engenho Ilhetas



Fonte: Dilma Souza, 2012.

Por outro lado, a implantação da reforma agrária também era aguardada, com muita ansiedade, pelos moradores de Ilhetas. Entretanto, devido à lentidão dos processos de vistorias, e do receio de não concretização, STR começou mobilizar trabalhadores para ocupar a sede do INCRA, em Recife, pressionando-o a agilizar a resolução dos débitos trabalhistas por meio da emissão de posse do Engenho, repartindo as terras entre os seus moradores.

Em verdade, muitos moradores do Engenho Ilhetas tinham sido funcionários da massa falida da Usina Central Barreiros, e, receber como indenização a posse das terras em que eles moravam seria uma medida justa. Desde então, a medida foi acatada pelo INCRA iniciando-se o processo definitivo de desapropriação das terras da Usina para repasse aos seus ex-funcionários e para os moradores do Engenho, os quais deveriam estar cadastrados no Projeto de Assentamento.

Assim, os trabalhadores rurais beneficiados com o Projeto seriam, praticamente, os mesmos moradores locais do Engenho, os quais tinham sido funcionários da Usina Central Barreiros e que também eram associados ao STR. A partir daí, iniciou-se o processo de cadastramento das famílias para que pudessem permanecer nas terras do antigo Engenho. Segundo o PDA (2004) foram cadastradas 145 famílias no Assentamento. Superada essa fase, marcada pela

conquista do direito à terra, os agricultores familiares deram início a um novo ciclo de lutas que agora girava em torno das melhorias de vida, do acesso aos créditos, a moradia e a alimentação adequada.

Surgem, então, como medida de estruturação promovida pelo INCRA, as primeiras obras de infra-estrutura básica, tal como a construção de uma casa (Foto 05) para cada família e a instalação de energia elétrica nas mesmas. Assim, segundo PPRA (2008) atualmente, a infraestrutura do Assentamento é composta por uma vila com área construída de 48 m² a qual reúne uma Casa Grande, 145 casas populares com energia elétrica, uma escola (Foto 06), uma Igreja, um campo de futebol, além de 16 km de estradas vicinais.

Foto 05 - Tipo de Habitação no Assentamento Ilhetas



Fonte: Risolange Ferreira, 2012.

Ainda de acordo com o PPRA (2008) na década de 2000 foi implantado o PRONAF que forneceu uma nova dinâmica ao Assentamento, consolidando-se então a agricultura familiar. Desde então, o INCRA-PE tem implantado o programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES) que fornece assistência técnica aos assentados e que foi responsável por grande parte desse investimento feito em infraestrutura.

Foto 06 - A única escola presente no Assentamento Ilhetas



Fonte: Risolange Ferreira, 2012.

Em sua nova etapa de vida, as comunidades de Ilhetas demonstraram grande interesse em desenvolver suas próprias lavouras. A expectativa dos moradores era poder obter o sustento de sua família dentro das suas próprias parcelas de terra. Para eles, isso significava uma grande conquista e representava, na verdade, um direito à cidadania, a dignidade. Porém, a experiência prematura com a agricultura familiar, limitava, no momento, a noção dos entraves que eles haveriam de enfrentar mais adiante. Mesmo assim, do início do século XXI até hoje, os assentados continuam lutando pela melhoria da qualidade de vida no campo.

3.3 De Engenho a Assentamento

Entre as repercussões do advento da agricultura familiar na Zona da Mata, especialmente, em Ilhetas, encontra-se o reordenamento territorial da Região. Esse evento apresenta uma mudança no tipo da estrutura fundiária, passando a mesma da condição hegemônica de latifúndios para minifúndios nos territórios reformados. Esses territórios são verdadeiras “ilhas de minifúndios”, rodeadas por latifúndios, no espaço geográfico de Pernambucano. Já na escala de observação temporal a

mudança consiste na transição da unidade territorial “engenho”, no século XX, para “assentamento”, no século XXI, ou para a coexistência, hoje, de ambas as unidades num mesmo espaço.

Assim, a localização dos projetos de Assentamento instalada pelo INCRA, geralmente, obedecia ao mesmo esquema de zoneamento criado, inicialmente, pelas usinas. No caso da Usina Central Barreiros, esta dominava um conjunto de 56 Engenhos sob a sua administração. Por sua vez, estes Engenhos eram agrupados em quatro zonas geográficas: zona de campo 1 (Norte); zona de campo 2 (Sul); zona de campo 3 (leste); e, zona de campo 4 (oeste).

Segundo os moradores, Ilhetas fazia parte da zona de campo 3 no “tempo da usina”. Destes 56 engenhos existentes, 16 sofreram processo de desapropriação para implantação de assentamentos de reforma agrária. Essa quantidade de engenhos reformados é bastante elevada se comparada com outros territórios assentados pelo INCRA, sendo este um dos motivos que elevou Barreiros a categoria de um dos oito pólos de desenvolvimento agrário presentes na jurisdição do INCRA – PE 03.

Todavia, antes que acontecesse o processo de reforma agrária, os moradores de Ilhetas tiveram que enfrentar até o último segundo a presença resistente dos rendeiros ou fornecedores de cana, com exceção do caso da aliança entre ambos para expulsão do MST, abordado no último item. Assim, após ter se livrado do regime patronal, imposto pelos usineiros, os trabalhadores rurais tiveram que se submeter ao regime patronal imposto pela figura dos rendeiros, vindo somente livrar-se destes após três anos de resistências e lutas pela conquista da terra.

Prevendo a reforma agrária, as usinas arrendavam os seus Engenhos para os tradicionais fornecedores de cana, que lhes eram parceiros. Embora, nesse intervalo, a produção de cana-de-açúcar estivesse em baixa no mercado, os rendeiros da região tinham grande interesse em continuar plantando a gramínea. Isto porque pagavam barato pelo uso das terras e aumentam, consideravelmente, suas margens de lucro. Além disso, o corte da cana, sob regime dos rendeiros era

ainda mais precário do que antes, já que estes se utilizavam, corriqueiramente, do empreiteirismo agrícola.¹³

Além das interferências externas do mercado, o declínio contínuo de determinadas usinas na região dava-se pela insatisfação dos trabalhadores rurais em função da falta de compromissos assumidos pelos patrões. Contudo, a má remuneração, incluindo os baixíssimos salários, a subcontratação, os atrasos e ausência de pagamentos, contribuiu para que, se articulando secretamente e com a ajuda do STR, os trabalhadores rurais provocassem, definitivamente, a saída dos rendeiros no engenho.

As reuniões de base eram articuladas pelas lideranças locais no intuito de avaliar os tipos de relações trabalhistas e as opressões vivenciadas pelos trabalhadores nos engenhos. Em última instância, estas causas eram levadas à Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Pernambuco (FETAPE), a qual, em aliança com os representantes dos engenhos, negociava com o INCRA. Este, por sua vez, acionava o processo de vistorias, fazendo o reconhecimento das áreas, das instalações e das benfeitorias para, posteriormente, dar início ao processo de desapropriação e posse do Engenho para os trabalhadores rurais.

Com o início do processo de distribuição de terras, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) passou a eleger as comissões locais que serviriam de interlocutores entre as comunidades dos engenhos e o INCRA. Os líderes das comissões (líderes comunitários) eram nomeados pelo presidente do STR de acordo com o nível de engajamento no histórico processo de lutas.

Desta forma, com a emissão de posse das terras, iniciou-se a entrega dos primeiros lotes, como também, dos primeiros créditos. Esse valor era o fomento, que é uma espécie de crédito para alimentação do trabalhador, para a compra de ferramenta, e também para garantir o direito à compra de um animal de serviço, apto para auxiliar o camponês na sua jornada de trabalho. Essa iniciativa buscava estimular a maior sustentabilidade do trabalhador a partir do uso da terra, constituindo, portanto, um incentivo para a pequena produção familiar.

¹³ Segundo Melo (1975, p.207) é uma forma de subcontratação destituída de encargos sociais assumidos e que favorece o produtor.

O processo de repartição de terras do Assentamento Ilhetas ocorreu mediante a participação direta de todos os moradores. A alocação das famílias procurou respeitar suas prévias ocupações, como também, o método utilizado para o parcelamento das terras procurou fazer uma sobreposição que coincidissem ou, ao menos, preservasse, ao máximo, as delimitações dos sítios dos moradores do antigo Engenho.

A divisão e distribuição das terras foram efetuadas pelo INCRA no ano de 2004, segundo os entrevistados, e priorizou os seguintes critérios de parcelamento: a) Moradores de sítios preexistentes no antigo Engenho Ilhetas que permanecessem no seu local de moradia e de trabalho; b) Trabalhadores rurais que desenvolvessem o plantio efetivado em um determinado local; c) Trabalhadores rurais itinerantes que desenvolvem algum plantio, mas, que não possuíam local fixo; d) Trabalhadores rurais que fossem ex-funcionários da Usina Central Barreiros; e) E, moradores da cidade, mas, que tinham ficha emitida pela Usina Central Barreiros de funcionário da Zona Rural.

A delimitação das parcelas obedeceu ao critério da uniformidade topográfica, sendo a média, entre as mesmas, de sete ha, segundo PDA (2004), de sorte que cada uma delas recebeu medidas similares de recursos físicos e humanos existentes no território, tais como a presença de rios, riachos, matagais e estradas.

Segundo o STR de Barreiros, as parcelas de terra foram repartidas sob um critério em que 90% delas passaram a abrigar áreas de várzeas, encostas e morros. Os morros presentes em Ilhetas não são muito elevados, chegando a atingir 60 a 70 metros de altitude, sendo a média deles de 40 metros. Assim, a divisão das terras procurou, com muita diligência, estabelecer as margens de rios e riachos, além de outros divisores naturais, como marco fronteiro (como se verifica no Mapa 1 da p. 104).

Apesar disso, mesmo as parcelas que tenham ficando com uma quantidade maior de várzeas apresentam uma pequena vantagem comparativa em relação àquelas que passaram a abrigar uma maior quantidade de encostas e de morros. Isto porque os parceiros cujas terras abrigam maior quantidade de várzeas têm mais êxito de produção no verão, enquanto que aqueles cujas terras abrigam maior quantidade de morros, ao contrário, têm mais êxito de produção no inverno.

Nesse território, os trabalhadores rurais iniciaram a prática da agricultura familiar sob gestão de um modelo participativo. A ideia era se unir em associações e cooperativas no intuito de adquirir os meios de produção necessários para o melhoramento da renda das famílias. Afinal, com a posse das terras, era possível desenvolver outras atividades de lavoura que antes se restringiam ao corte da cana-de-açúcar e ao trabalho assalariado.

3.4 A Reforma Agrária no Polo Regional de Barreiros

A reforma agrária no Polo Regional de Barreiros se iniciou no ano de 1996, ocasião em que a Usina Central Barreiros anunciava sinal de decadência, passando, desta forma, a negligenciar os pagamentos de seus funcionários. A partir daí começou haver grandes ondas de greves organizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros (STR), com o objetivo de que a Usina quitasse seus débitos trabalhistas que iam se acumulando progressivamente (Fotos 7 e 8).

Como se observou no tópico anterior, além dos próprios usineiros, os camponeses tinham como patrões os fornecedores de cana, responsáveis, cada qual, pela produção de cana-de-açúcar em um determinado engenho que moía para a Usina. Estes, por sua vez, também tinham deixado de pagar os salários dos seus empregados, agravando mais ainda a situação dos camponeses que ficavam impossibilitados de comprar comida e pagar suas despesas domésticas.

Além de constituir a única fonte de renda desses trabalhadores, os salários eram muito baixos, efetuados com atraso ou, simplesmente, não pagos. Por outro lado, a Usina passou também a descumprir o pagamento de seus tributos junto aos órgãos competentes do governo e aos seus credores, como o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Banco do Brasil (BB) etc. Assim, diante de um clima de tensão por conta das greves, houve a paralisação das atividades da Usina e a sucessiva demissão em massa, que deixava os trabalhadores rurais numa situação de completa desassistência e penúria. Desde então, revoltados, esses trabalhadores vieram se unir a grupos de diversas facções ligadas aos movimentos sociais do campo que vinham se disseminando gradativamente na Região da Zona da Mata.

Figura 07 - Protesto dos trabalhadores rurais em favor da Reforma Agrária em Barreiros



Fonte: FETAPE (<http://www.fetape.org.br>).

Foto 08 - Protesto das famílias rurais em favor da reforma agrária em Barreiros



Fonte: FETAPE (<http://www.fetape.org.br>).

Em 1997, esses mesmos grupos, entre eles o MST, se mobilizaram com muita força e deram início a uma onda de ocupação de terras que incluía os Engenhos Pau Amarelo e Onça Amarrada. Acampados com lona, os militantes resistiram com êxito às várias ordens de despejos emitidas pela Usina Central Barreiros que sem sucesso tentou recuperar estes Engenhos. Também nos Municípios de Tamandaré, Água Preta, Rio Formoso, São José da Coroa Grande e Maragogi (AL), vários Engenhos foram sendo ocupados por diferentes movimentos sociais do campo envolvidos diretamente na luta pela conquista de terra, tais como: MST, MTL, STR, MTB, FETAPE, e outros.

Assim, além das ocupações de terra na Zona da Mata, esses movimentos foram responsáveis pelas várias ocupações da sede do INCRA na década de 1990. Mas, foi somente em 2001 que depois de várias tentativas de negociações, foi dado o decreto emitido pelo INCRA nacional de, definitivamente, desapropriar as terras da Usina e cedê-las como forma de indenização para a criação dos Projetos de Assentamentos nas áreas já ocupadas pelos trabalhadores.

Com a falência da Usina Central Barreiros S/A, despontou-se o processo de reforma agrária na região, pois, suas terras se estendiam por Barreiros e municípios circunvizinhos. A partir daí começaram as articulações por parte dos sindicatos rurais e outros movimentos sociais para garantir a ocupação dos trabalhadores rurais nas terras da Usina Central Barreiros e também em usinas circunvizinhas como a Santo André.

Para isso foi necessário realizar ocupações nos Engenhos que apresentavam baixa produtividade de cana-de-açúcar e que não forneciam mais condições satisfatórias para os trabalhadores se manterem do corte da mesma, que era sua principal atividade e fonte de renda. Uma vez tendo feito a ocupação das terras, os trabalhadores rurais, juntamente com suas famílias, começaram a desenvolver em volta do acampamento a agricultura do tipo familiar para sua própria subsistência. A agricultura familiar, incipiente nesse estágio, compreendia o plantio das chamadas “lavouras brancas” tais como o milho, o feijão, a macaxeira, a batata doce, o inhame, o tomate, o cultivo de hortaliças etc.

A reforma agrária no Pólo Regional de Barreiros, portanto, se desenvolve passando por um processo de intensa transformação do sistema agrícola. Nele, a agricultura vem se espalhando segundo os moldes da lógica familiar que apresenta como tendência a especialização produtiva simultânea ao modelo de plantação rural diferenciada. Tendo como referência o desenvolvimento de uma agricultura alternativa à monocultura canavieira que ainda é predominante. A maior parte dos assentados da região é oriunda da atividade monocultora, a qual possui o estigma de uma economia socialmente excludente.

3.5 Da Monocultura Canavieira à Agricultura Familiar

A agricultura familiar é uma atividade recente para os agricultores do Assentamento Ilhetas, pois antes eles se limitavam em produzir pequenos roçados de mandioca, feijão e milho nas terras disponibilizadas pelos patrões. Essa concessão dava-se por intermédio da chamada Lei do Sítio¹⁴. Assim, o sítio constituía-se pequenas porções de terras concedidas pelos patrões aos trabalhadores por um período de tempo, que segundo relatos, não era muito longo, e que tinha, além de promover a subsistência do trabalhador, o propósito de descansar a terra para os próximos plantios de cana.

Com o surgimento da reforma agrária, o agricultor começou a desenvolver atividades em suas próprias parcelas, mas, uma vez que estas atividades são praticadas em pequena escala e a escassez de recursos, às vezes, provoca um rendimento muito baixo, a experiência tem gerado também certo descontentamento por parte das famílias. O cultivo, baseado na mão-de-obra braçal e na tração animal redonda em muito esforço empregado na agricultura e com resultados mínimos. A produtividade é, portanto, baixa, ficando, o agricultor, impossibilitado de adquirir uma renda maior para manter sua família.

Essa situação é muitas vezes responsável por conduzir, por um lado, os parceiros a voltarem atrás e se interessar, novamente, pelo cultivo da cana-de-açúcar. Pois, apesar do cultivo da cana-de-açúcar continuar requerendo um esforço

¹⁴ Cláusula em que os empregadores concederão aos seus empregados rurais, com mais de 01 ano de serviço contínuo na empresa, o uso a título gratuito de uma área de terra para a plantação e criação necessária à subsistência da família do trabalhador, medindo 2.000 m² (dois mil metros quadrados) em volta da moradia.

considerável por parte da mão-de-obra, e, ainda oferecer um pagamento abaixo da média estadual, muitos assentados preferem o ganho fixo. Neste caso, essa parcela de trabalhadores se encontra desestimulada em relação à agricultura familiar, não possuindo os insumos necessários para garantir a melhor produtividade das suas lavouras.

Ao mesmo tempo, os plantadores da cana-de-açúcar enfrentam o problema do teor de sacarose, que interfere na sua qualidade, bem como, desvaloriza o seu preço no mercado. Desse modo, os agricultores que fornecem cana para as usinas, tendem a ficar decepcionados com o baixo valor pago pelas mesmas na hora do recebimento. Mesmo assim, essa parcela de agricultores ainda prefere o plantio de cana-de-açúcar como principal alternativa de renda familiar. Esta é a situação dos parceiros que decidem continuar plantando cana: muito esforço e pouco resultado.

O restante dos assentados possui outra mentalidade. Pensa em produzir outras lavouras, ou seja, a agricultura familiar com a expectativa de que a mesma lhe ofereça um ganho melhor do que o obtido no cultivo da cana-de-açúcar. Segundo parecer técnico, a agricultura familiar, se for bem cuidada, trás benefícios aos agricultores como, por exemplo, a certeza de viver bem em sua propriedade, sem precisar regressar para o cultivo da cana-de-açúcar e sujeitar-se novamente a exploração do trabalho assalariado. O que antes se restringia ao salário patronal agora atravessa uma pequena variação positiva, contudo, suscetível de aumento.

Segundo o parecer técnico, o Assentamento também tem potencial para se tornar um grande celeiro de macaxeira, além de vários tipos de feijão e de milho. Muitos agricultores familiares têm garantido uma boa produção sem mesmo utilizar outros tipos de insumos, além da agricultura orgânica.

Portanto, como já foi observado, as terras do Assentamento têm potencial suficiente para tornar cada família de agricultor um grande produtor de alimento, vindo, com todas as características descritas, atribuir a Ilhetas o legado de uma verdadeira primícia da natureza.

Por outro lado, o baixo grau de modernização e uso de tecnologia (Foto 9) limita a inserção dos produtos do Assentamento no mercado.

Foto 09 - Prática da agricultura com baixo uso da tecnologia



Fonte: Dilma Ferreira, 2012.

Praticamente “sozinhos”, os trabalhadores rurais, a cada dia, buscam uma forma de melhorar a produção, evitando o desgaste da terra e do meio ambiente. Pois, como o INCRA não disponibiliza muitos técnicos agrícolas, os agricultores contam com um mínimo de orientação, e, mesmo assim, demonstram possuir bastante preocupação com a conservação do meio ambiente.

Tal consciência é resultado de várias etapas de aplicação de programas sócio-educativos implantados pelo Projeto de Assentamento Ilhetas (PAI) ao longo da última década. Desta forma, os agricultores têm se engajado, assiduamente, em cooperar com a preservação das matas ciliares e a conservação das reservas florestais, bem como, na medida do possível, têm ajudado a diminuir os riscos da erosão recorrente no Assentamento.

Os problemas que se contrapõem ao esforço dos agricultores de aproveitar ao máximo o potencial dos solos surgem, muitas vezes, do manejo inadequado por parte de alguns assentados. Os cuidados com as culturas, especialmente, nos períodos de semeadura, devem receber um merecido destaque. Isto, porque, quando chega o verão uma parte do solo fica ressecada e enrijecida, mas, com o período chuvoso, o mesmo tende a ficar saturado pelo excesso de água.

As adversidades do meio, bem como, a capacidade antrópica limitada de aproveitamento e controle dos fenômenos da natureza ainda constituem impedimento ao desenvolvimento pleno das culturas agrícolas nos assentamentos rurais. Essas condições é que têm esbarrado o avanço da produção agrícola tão almejada pelos agricultores. A foto 10 ilustra a figura do agricultor e sua limitação técnica diante do desafio de aumento da produção no interior de uma parcela em Ilhetas.

Foto 10 - O preparo simples do solo para a agricultura familiar



Fonte: Dilma Souza, 2012.

Todavia, já se conhece que não são apenas os condicionantes naturais que impedem o desenvolvimento pleno da agricultura nestas comunidades. Estes poderiam ser superados caso não existissem os fatores de ordem antrópica. Afinal, “a carência de tecnologias apropriadas aos sistemas integrados, é uma das causas determinantes da baixa produtividade e escassa margem de lucro que impedem o progresso do meio rural (ONU apud SILVA, 2009, p. 52).

Os fenômenos naturais não podem ser considerados os “vilões da história”, porém, é a capacidade humana de superá-los que permite e constrói as mudanças necessárias de aspectos que, muitas vezes, travam as formas permanentes de

reprodução espacial. A ciência, a educação e o advento tecnológico, por exemplo, provam que existem outros meios de melhorar a capacidade produtiva na região.

É por tais motivos que os agricultores familiares não devem se conformar com os condicionantes naturais, e, muito menos, com os obstáculos de ordem cultural. As informações que recebem sobre outros lugares do território nacional que tiveram excelentes resultados na prática das atividades agrícolas, de um manejo de solo adequado, de um bom sistema de drenagem, de uma boa irrigação, e outras formas de avanço e adaptação tecnológicos, devem ser enxergadas como um estímulo.

As experiências de lugares longínquos devem ser tomadas como um exemplo a ser seguido por todos os assentados, ao invés de “cabe baixo”, manifestarem um complexo de inferioridade. Entretanto, para muitos assentados, devido às dificuldades que encontram na agricultura, o máximo que esperam é que, talvez, algum dia, um de seus filhos, com vocação para os estudos e para o campo, atinja algum êxito como estes de quem sabe empreender.

3.6 Do Trabalho Assalariado ao Trabalho Autônomo

Com todos estes acontecimentos, no processo de reforma agrária, começou a transição do trabalho rural assalariado para o familiar autônomo. Essa transição tem como característica essencial a perda da influência direta dos patrões no modo de produção agrícola.

Sendo rudes, os métodos de trabalho adotados pelos patrões em suas instalações, muitas vezes, eram incorporados a experiência de uso pelos trabalhadores rurais. Pelo convívio prolongado, o uso das ferramentas de trabalho no sistema canavieiro, ia sendo dominado por estes.

Todavia, os instrumentos que passavam pela mão do trabalhador rural não tinham nenhuma serventia para o seu próprio benefício, senão para o da usina. Mas, no sistema da agricultura familiar os tipos de instrumentos utilizados passaram a ser escolhidos pelos próprios agricultores, surgindo paulatinamente por uma necessidade de complementaridade.

No início, houve uma grande dificuldade por parte dos trabalhadores que tinham parado de realizar as suas antigas atividades, atreladas ao patronato, para

se dedicarem às atividades relacionadas à agricultura familiar. Este processo foi um pouco lento, e, aos poucos os trabalhadores foram se adaptando a nova realidade.

A grande dificuldade consistia no fato de os trabalhadores romperem, abruptamente, com um sistema que os aprisionaram durante várias gerações, perpetuando-se por quase 500 anos, contornando uma tradição de trabalhos voltados inteiramente ao cultivo da cana-de-açúcar.

O desafio constituía um marco decisivo em suas vidas. Boa parte das mudanças estava agora em suas mãos. O vislumbre de um novo modelo de vida no campo lhes era propício por intermédio da reforma agrária. Não se almejava mais os trabalhos exercidos por eles durante décadas passadas e que lhe traziam à memória a dureza de tudo que era ruim no regime patronal.

Os trabalhadores rurais situavam-se num estágio de eclosão, evidenciavam o desejo mútuo de negação do passado e, neste momento, ocorria à inserção da agricultura familiar na Região, e com ela, o trabalho livre, embora, a toda experiência do “novo” parecesse um tanto estranho para eles. O trabalhador pairava no tempo e no espaço, meditava e pensava em tudo que lhe sucedeu, como também, no que ainda estava por vir.

Os acontecimentos e os movimentos que os rodeavam lhe outorgava uma relativa autonomia para se começar tudo de novo. Agora, como autônomos, passavam a conhecer as novas formas de trabalho que eles mesmos ajudaram a promover. Na rota das transformações os trabalhadores rurais precisariam desenvolver um caráter adaptável ao novo estilo de vida, mais condizente com a nova realidade, de viver sem nenhum vínculo empregatício.

Todavia, uma vez que os trabalhadores, outrora assalariados, só sabiam trabalhar para o patrão, logo se depararam com as primeiras dificuldades: falta de recursos financeiros, técnicos e culturais, tal como a falta de adaptação ao plantio de outras culturas que não fosse a cana-de-açúcar. Os trabalhadores agora eram compelidos a plantar por conta própria e vender suas produções nas feiras livres dos municípios circunvizinhos.

O modo de vida dos camponeses passaria a ser acompanhado de perto pelas lideranças sindicais e dos movimentos sociais que combatiam as desigualdades sociais que existiam no campo por conta dos trabalhos árduos outrora vivenciados.

Todavia, posteriormente, os trabalhadores rurais entenderiam que a tão sonhada liberdade, como também, a tão almejada autonomia seria seriamente castigada pelas forças competitivas do mercado.

Todavia, os trabalhadores rurais, agora identificados como agricultores rurais lidam com suas primeiras indagações: como construir conhecimento a partir dos sistemas de produção da agricultura familiar? O modo em que operavam na produção era muito distinto e difuso. Assim, era preciso agregar conhecimento no intuito de estimular uma maior padronização da produção e aceitação no mercado.

Dessa forma, embora esses trabalhadores não precisassem mais se sujeitar as imposições patronais, precisariam, por outro lado, se sujeitarem, agora, às imposições da livre concorrência, isto é, as imposições do mercado, que posteriormente viria marcar a fase de comercialização da pequena produção rural e questionar a veracidade da liberdade e da autonomia desses trabalhadores em relação a seus próprios negócios.

Essa população sobrevive produzindo os próprios alimentos, buscando integração com o mercado através da venda do excedente de produção e/ou da venda sazonal da força de trabalho. Enquanto assim está, aguarda sua melhor oportunidade, seja no próprio campo com outras técnicas ou outros salários, seja na cidade, pela expansão da economia e da geração de empregos. O seu poder de barganha é pequeno e, portanto, suas conquistas são raras. Não tem consciência de sua importância no setor e isto a faz humilde e, às vezes, até passiva (GOMES; AMÂNCIO, 1998, p. 18).

Os trabalhadores passariam a ter cadastros nas feiras livres dos municípios para comercializar os seus produtos e sustentar os seus negócios. Para isso precisariam continuar trabalhando incansavelmente para sustentar suas famílias e ainda sem poder contar com o ganho fixo. Essa situação faz com que os mesmos possuam uma variação de renda vulnerável e dependente do movimento das feiras e da venda em mercados de acordo com o dia da semana (Quadro: 04). Nas fotos 11 e 12 observa-se um ponto de venda à margem da rodovia PE 60, a qual perpassa as terras do Assentamento. A instalação desses pontos de comércio é comum, sobretudo na estação do verão e em feriados quando o fluxo da rodovia aumenta em função das praias próximas.

Quadro 04 - Relação das Feiras e dos Mercados com Participação dos Agricultores Familiares de Ilhetas

	Feira	Dia	Município	Local/Bairro
a)	Feira do Agricultor Familiar	Quarta-feira	Barreiros - PE	Barro Vermelho
b)	Feira do Bacurau	Sexta-feira à tarde e início da noite	Barreiros - PE	Pátio da Antiga Usina Central Barreiros
c)	Feira Livre Tradicional	Sábado	Barreiros - PE	Praça Barão de Gingai - Centro
c)	Venda a Atravessador	-	Tamandaré	Ilhetas
e)	Beira de pista	Segunda à sexta e feriados	Barreiros	Rodovia PE 60
f)	Feira de Maragogi	Domingo	Maragogi - AL	-
g)	Feira da Agricultura Orgânica	-	Recife - PE	Casa Amarela
h)	Galpão do CEASA	-	Recife - PE	-

Fonte: Pesquisa direta, 2012.

Foto 11 - Ponto de venda com alguns produtos da agricultura familiar



Fonte: Dilma Ferreira, 2012.

Foto 12 - Localização de ponto de venda à beira da rodovia PE-60



Fonte: Dilma Ferreira, 2012.

A questão da mão-de-obra no novo processo de produção deve receber especial atenção, porque esta já não opera mais como fora no trabalho assalariado. Antes, o trabalhador rural vendia sua força de trabalho para ser explorada ao máximo pela agroindústria, mas agora o que conta é a sua capacidade de organizar a produção e distribuir as tarefas sabiamente entre os membros da família.

É na análise da mão-de-obra que se consegue enxergar com maior precisão as deficiências na estrutura familiar. Quando se pensa em família rural, logo vem a mente a ideia de uma família grande, patriarcal, em que os muitos filhos de um casal de agricultores comumente absorvem valores tradicionais ao longo das gerações, cooperando, portanto, submissamente, nos trabalhos domésticos. É aí que surge a necessidade da capacidade de liderança dentro da própria estrutura familiar.

No sistema canavieiro, a sujeição ao patrão e o cumprimento das atividades eram policiados pela contratação e pelo salário. Caso algum funcionário transgredisse as regras de trabalho, deixando de comparecer ao mesmo, ou, deixando de cumprir as metas estabelecidas, seria punido com o desconto de seu salário, e, se persistisse em falta com as suas obrigações, supostamente seria demitido. Mas, na unidade familiar não existe contratação e nem salário.

Cada indivíduo necessita ter plena consciência quanto ao seu papel na agricultura familiar. Os pais geralmente se queixam que os filhos ajudam pouco e têm pouco interesse em continuar trabalhando no campo e que, geralmente, são atraídos pelas coisas da cidade. Os filhos alegam que conhecem pouco das técnicas tradicionais de plantio que os pais utilizam e que gostariam mesmo era de conseguir um emprego fora do assentamento.

A capacidade de liderança (quando existe), seja da figura paterna, seja da figura materna, fica enfraquecida diante de um choque de geração. A aspiração da geração dos pais é uma, a da geração dos filhos é outra. De repente, e, por influência da globalidade, mudam-se os valores e mudam-se os ideais. Os “saberes da terra”, que poderiam ser transmitidos pelos pais aos filhos, ficam impedidos de se propagar. E a nova mentalidade dos filhos, mais condizentes com a modernidade, não é aproveitada pela boa formação educacional, e, tampouco, pelos institutos de pesquisa e experimentos agrícolas.

3.7 O Papel das Parcerias na Rota do Desenvolvimento

O pequeno alcance das políticas públicas somado ao caráter autônomo suscitado pela agricultura familiar, muitas vezes, têm apontado como única alternativa de sobrevivência dos assentamentos o aumento das parcerias. Assim, não apenas em Ilhetas, como em muitos outros assentamentos rurais, os caminhos percorridos para obter uma melhor organização interna e desenvolvimento agrário são: o associativismo, o cooperativismo e o coletivismo. Tais instrumentos têm como objetivo fortalecer a relação de corporação da agricultura familiar no território do Assentamento.

Assim, esses instrumentos atuam em duas esferas: na produção e na sociabilidade. Os instrumentos de organização econômica da agricultura familiar atuam para garantir o crédito fundiário do “PRONAF A”, que é o crédito do agricultor, e do “PRONAF B” que é o crédito destinado aos filhos dos agricultores. Por outro lado, os trabalhadores rurais do Assentamento Ilhetas são, muitas vezes, orientados pelos STR que é baseado na luta da reforma agrária, na produção sustentável e na adoção dos meios de produção embasados no trabalho familiar. Entre os grandes

parceiros do Assentamento Ilhetas, o STR de Barreiros apresentou grande contribuição para a consolidação daquele ao longo de sua história.

Segundo Dabat (2007) o STR de Barreiros foi o pioneiro na luta pelo processo de reforma agrária em Pernambuco, sobretudo, na Região da Zona da Mata. Em Ilhetas o STR teve uma participação direta em suas causas, sendo quase todos os seus moradores associados ao STR de Barreiros. As reuniões promovidas pelo mesmo eram muito freqüentes, e tinham o objetivo de, juntamente com os trabalhadores, apontar as alternativas e estratégias no andamento do processo de reforma agrária que estava acontecendo na Região.

As lutas e articulações encabeçadas pelo STR se estenderam por muito tempo e muitas das ocupações bem sucedidas na Região deveram-se ao STR, tendo sempre como marca registrada o levantamento de bandeira da FETAPE, a qual está até hoje coligado. São ações promovidas pelo STR, por exemplo, as diversas ocupações na sede do INCRA, apresentando as pautas de reivindicações e as medidas de negociações. Em Ilhetas, o STR atuou também no sentido de ajudar os moradores em suas dificuldades, fornecendo apoio de ordem social com o fornecimento, muitas vezes, de cestas básicas, remédios e primeiros socorros para as famílias que se achavam muito necessitadas e, por outro lado, medidas jurídicas em alguma situação emergencial através de serviços básicos de advocacia, organização documental e outros registros que são exigidos pelo INCRA, o qual estabelece com rigor os critérios para o regime de cadastramento das famílias.

O apoio das lideranças sindicais nas incidências de conflitos internos e externos existentes no Projeto de Assentamento Ilhetas desempenhou um papel decisivo, especialmente, no encargo de efetivar a inclusão e garantir que as 145 famílias do antigo Engenho Ilhetas fossem contempladas no processo. Juntamente com os técnicos do INCRA, o STR coordenou a forma de cadastramento e seleção das famílias. Alguns critérios técnicos utilizados no processo estabeleciam que todo trabalhador rural que tivesse um histórico de vasta experiência com a terra, e que demonstrasse firme aptidão para trabalhar com a mesma, poderia ser cadastrado naquele momento, de acordo com a quantidade de vagas que o projeto podia comportar.

A coleta de informações, bem como, a divulgação dos rumos no processo, era mediada pelo STR, que tinha também a incumbência de promover a paz no meio de

uma comunidade formada por homens rústicos e de ânimos agitados. Era preciso organizar as informações com muita clareza, respeitando as diferenças culturais que existiam no assentamento, pois qualquer deslize de ordem burocrática era encarado como afronta, conspiração e motivo de briga entre os trabalhadores rurais.

Além da seleção das famílias que iriam participar do processo de assentamento, o Sindicato também desempenhou um papel de destaque no processo de divisão das terras e distribuição das parcelas que só vieram acontecer em 2008, depois de extenuantes lutas junto ao INCRA e demais órgãos governamentais, tais como a Agência Estadual de Meio-Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (CPRH), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), Secretaria Estadual de Reforma Agrária (SER), e Bancos de créditos fundiários, como, por exemplo, o Banco do Nordeste. O Sindicato, talvez, ainda seja o principal órgão de incentivo para que o Assentamento se mantenha inserido na planilha de políticas públicas do governo e no Plano de Gestão do INCRA, recebendo algum apoio ou benefício.

Por outro lado, a falta de política pública continuada, contribui, indiretamente, para que os agricultores não esperem tanto do governo, pelo contrário, os mesmo são desafiados a criarem soluções de base interna para diminuir os riscos de conflitos de ordem socioeconômica. É nessa hora que se verifica o quanto a organização interna de assentamento rural no Brasil é frágil e desprovida de incentivo. Uma das maneiras de arrumação interna, encontrada pelo Assentamento foi o Associativismo, orientado no sentido de combinar o esforço coletivo para melhoria da pequena produção agrícola e agroindustrial.

Assim, com a criação da Associação dos Agricultores do Assentamento Ilhetas, seus integrantes aumentaram a representatividade no colegiado das três instancias do governo, isto é, municipal, estadual e federal, participando, portanto, de reuniões de conselhos municipais, e eventos de capacitações oferecidas por órgãos e organizações que pregam o aproveitamento do potencial agrícola no País por meio do desenvolvimento sustentável e da agricultura familiar.

A euforia dos trabalhadores rurais na luta por terra durou de 1990 a primeira década do presente século. Atualmente, a luta dessa classe continua existindo, só que agora em função de uma melhor qualidade de vida e de produção nos assentamentos rurais. A maioria dos assentamentos, hoje, trabalha com o

Associativismo, caminhando a paços lentos por falta de um acompanhamento maior e capacitação.

O INCRA criou um plano de assentamento fazendo um diagnóstico sobre os principais problemas, potencialidades e os benefícios que o Assentamento oferece à região que se encontra inserido. O relatório foi realizado por técnicos do instituto e pesquisadores da Universidade Federal Rural de Pernambuco em convênio com o INCRA, ocasião em que foi feito também o Zoneamento Agro-ecológico do Assentamento. Contudo, o levantamento teve pouco impacto para a organização interna da unidade, e, por enquanto, não se conhece nenhum plano de gestão em vigor.

Os moradores do Assentamento Ilhetas afirmam já ter ouvido falar sobre o Plano de Gestão de Assentamento em alguma reunião promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, mas alegam desconhecimento total sobre como é feito e sobre o grau de sua importância.

Os referidos planos revelam que o papel do Estado passou, sucessivamente, embora não de forma linear, de (i) ator principal do planejamento do desenvolvimento e fiscalizador da ortodoxia orçamentária, numa lógica de Estado mínimo, para (ii) ator indutor de desenvolvimento mediante parcerias com o setor privado e o diálogo com os movimentos sociais (BONAL; MALUF, 2009, p. 84).

Todavia, quando indagados, os líderes do Assentamento, concordam que a existência de um plano de gestão melhoraria a organização interna da unidade, garantindo-se o melhor gerenciamento dos recursos naturais e sociais coletivos. Que a criação do plano de gestão poderia até mesmo amenizar o isolamento dos parceiros, bem como, de seu individualismo, e passaria a estimular o aumento da sociabilidade. A participação, por exemplo, de jovens e de mulheres nas discussões coletivas é uma forma estratégica de utilizar criatividade e sensibilidade na agregação de valor aos produtos e inovação nas formas de trabalho.

No Assentamento Ilhetas, a liderança local é comandada pelo presidente da homônima associação de moradores. Como não há um plano de gestão comandado pelo INCRA, ele é quem assume, temporariamente com sua equipe e o apoio da comunidade, o papel de um gestor. Fica sob sua responsabilidade o dever de representar o assentamento, interna e externamente. Fora do Assentamento o

presidente deverá representá-lo da melhor maneira, respondendo pelas decisões acatadas pela maioria nas reuniões de conselhos municipais, audiências públicas etc.

Internamente, sua função é comunicar a cada morador do Assentamento as informações necessárias ao interesse coletivo, promovendo reuniões e dirigindo discussões que visem enfrentar todos os problemas relacionados a seu território. A diretoria, composta por doze membros é recomposta a cada dois anos, sendo responsável em assessorar o presidente da Associação na busca de soluções e apoios junto aos órgãos do governo. Por outro lado, estes órgãos têm a incumbência de exigir da Diretoria da Associação um engajamento contínuo para alertar e denunciar toda ocorrência de irregularidade legal e ambiental que possa ocorrer no domínio do Assentamento. Afinal, os recursos naturais são um patrimônio de toda a humanidade.

As cooperativas são outro tipo de parceiros da Associação, cujo papel tem sido desempenhado no sentido de oferecer serviços técnicos e de orientação das práticas agrícolas e dos projetos de produção. De modo geral, o cooperativismo na esfera estadual, está, hoje, em fase de organização e de estruturação, mostrando que as alternativas para a geração de renda ocorrem mediante as várias conquistas alcançadas pelos associados. Assim, o caminho seguido pelas cooperativas é o mesmo dos sindicatos e das associações que lutam pelos direitos dos trabalhadores rurais. A organização coletiva e a solidariedade comunitária são valores essenciais para o modo de vida campesino.

Como os assentamentos rurais detêm matéria-prima e mão-de-obra para alguns serviços, mas, em compensação sofrem muito com a falta de infra-estrutura, sobretudo de transporte, é de significativa importância que os mesmos estejam sempre trabalhando em parceria com as prefeituras, conselhos municipais, sindicatos, associações vizinhas, movimentos sociais e com as ONGs, os quais, muitas vezes, têm, em comum, a visão de economia solidária, mostrando que é possível conciliar, na prática, diferentes segmentos públicos em prol de um bem coletivo.

As articulações e a mobilizações estão, muitas vezes, voltadas para promoção das feiras-livres, que representa o mercado varejista, e das formas de comercialização direta que representa o mercado atacadista. A venda realizada no

mercado varejista promove uma maior circulação de dinheiro. Através do associativismo os membros do assentamento vão aprendendo, ao poucos, a dominar uma maneira própria de administrar seus recursos e se defender do mercado, por meio de uma lógica de estocagem e armazenamento de produtos de acordo com a oferta e a demanda externa.

Por outro lado, internamente, a lógica do sistema integrado de desenvolvimento local permitia a criação de um mercado secundário e alternativo entre as próprias famílias. Muitas dessas táticas de mercado foram ensinadas aos agricultores pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em capacitações sociais que reuniam homens e mulheres que tinham interesse de criar ou expandir seu próprio negócio para tornarem-se, de fato, pequenos empreendedores, preparados e competitivos.

3.8 O Percurso do Trabalhador Rural na Tecnoesfera e na Psicoesfera

De acordo com Santos (2002), as transformações sócio-espaciais nos territórios são essencialmente mediadas pela técnica e suas racionalidades (tecnoesfera), bem como pelos símbolos e sua ação comunicacional (psicoesfera).

As mudanças mais profundas sentidas pelos trabalhadores rurais em relação às novas condições de vida ocasionadas pela adesão à agricultura familiar foram ter de enfrentar as adversidades da nova experiência vivida no meio rural. O cultivo da cana-de-açúcar na região se prolongava desde séculos anteriores, prevalecendo os trabalhos braçais por conta da grande influência patronal. Os trabalhos do campo eram muito pesados e, constantemente, pressionados pela demanda do setor sucroalcooleiro. O tempo dos trabalhadores rurais era quase que exclusivo para a dedicação das tarefas realizadas sem descanso.

O corte da cana-de-açúcar, por exemplo, era transmitido, por força da necessidade, de pais para filhos durante sucessivas décadas. Neste momento histórico, os trabalhadores rurais estavam se deparando com uma nova realidade na esfera campesina, a de trocar as ferramentas de trabalho patronal pelas ferramentas particulares. Os trabalhadores rurais estariam abandonando suas fichas de

Engenho, seus ordenados semanais, suas remunerações, suas férias, seus décimos terceiros meses, seus repousos (ainda que escassos), suas ordens de acidentes.

No sistema canavieiro, a tarefa do Cabo era medir a produtividade do cortador de cana, a do Apontador era estabelecer e indicar os seus dias e horários de trabalho, e o trabalho do Administrador eram distribuir as atividades dos Fiscais, estes, por sua vez, eram responsáveis pela fiscalização do labor dos assalariados, o cumprimento de suas diárias, bem como, ficavam responsáveis pela ordem de pagamento dada pelo patrão em cada meta cumprida. Toda essa cultura foi ficando para trás, distanciando-se, cada vez mais, da perspectiva do camponês. O momento histórico vivenciado por ele, da chegada da reforma agrária, apontava para uma nova realidade, que ia se aproximando de outra forma de produção, bem diferente da anterior.

Todavia, comparar o presente com o passado era inevitável nessa hora, e, assim, olhando o passado, e vislumbrando o futuro próximo, os trabalhadores sentiam na pele o suor do seu rosto pela luta que passou, contudo sem ignorar o desafio e a responsabilidade em dar prosseguimento a um novo modelo de produção, isto é, o trabalho autônomo, cuja filosofia, diferenciada, fazia desaparecer no horizonte todas aquelas exigências encontradas no trabalho assalariado. Um novo sistema surgia com a ascensão da agricultura familiar. Com ela renascia a esperança de um novo ciclo produtivo baseado no próprio roçado e na criação de pequenos e médios animais destinados ao corte ou a tração.

No assentamento, os trabalhadores rurais passaram a cuidar das suas plantações e dos seus animais. Só que agora ele precisava “sonhar acordado”. A administração do tempo do agricultor passava a ser bem diferente da época do Sistema Canavieiro. Não era mais necessário alguém ordenar-lhes fazer alguma coisa. Apesar de toda sua responsabilidade, seus trabalhos agora eram livres da pressão patronal. Então, o que fazer com o “prático-inerte”? Isto é, com toda bagagem de experiência trazida do passado. Sua negação constituía uma opção, contudo, nem sempre as decisões que são travadas no campo do consciente, são acompanhadas inteiramente pelo campo do subconsciente, havendo, ao contrário, vários reflexos do passado que influenciam as ações humanas tanto quanto a imagem do sonhado.

É por isso que muitos trabalhadores rurais se perguntavam: o que fazer com tudo que ao longo da vida aprenderam fazer? Assim, no cômputo psicossocial há aqueles que são mais resistentes às mudanças sócio-espaciais do que outros, que pensam em, de alguma maneira, revigorar suas inércias. Assim, as dicotomias do campo reforçam sem pudor que a figura do camponês permanece sendo uma incógnita. Que a terra tem os seus frutos, muitas vezes, imprevisíveis, mas também tem suas raízes, difíceis de serem cavadas, difíceis de serem entendidas. Entretanto, sabe-se que é dela que o agricultor tira o seu sustento, alimentando ainda muita gente. O agricultor, rústico e iletrado, sempre se preocupa em produzir algo melhor, para si, para sua família e para o seu povo.

Todavia, pouco a pouco o agricultor pode sistematizar suas ideias através dos diálogos em comunidade. Suas descobertas e perspectivas em relação à sua nova trajetória, dentro da agricultura familiar, despertava a consciência sobre a necessidade de intervir no meio, agora, de forma construtiva, e, não mais apenas reivindicatória, como lhes era costume no processo da reforma agrária.

Passado essa fase, os mesmos trabalhadores foram percebendo que as euforias nas ruas, os ânimos aflorados, e o espírito revolucionário já não mais surtiam efeito em se tratando de controlar os fatores naturais na hora do plantio, e muito menos, em se tratando de negociar os seus produtos no mercado.

Surge o embate da racionalidade, a qual exigia a tomada de certas decisões, tais como: possuir autodisciplina, adquirir conhecimento da técnica e instigar o espírito empreendedor, atributos, porém, pouco familiares a quem tinha vindo do assalariamento.

A tomada dessas decisões é que vai fomentar o sucesso de projetos de uma unidade de produção. São decisões que caminham de acordo com o processo de execução da estratégia utilizada, uma vez que não se pode prever situações relacionadas com a natureza, como intempéries ocasionais, e mesmo no âmbito técnico, econômico e familiar. Dessa forma, o agricultor é levado a se adaptar às diversas situações, sabido que estes processos não ocorrem de forma linear. De um lado, os agricultores se vêm confrontados com o tipo de decisão que eles pretendem tomar e, de outro, as possíveis formas de realizá-las (AMÂNCIO, 1998, p. 13).

As noções de produção agrícola em maior escala, da capacidade de produzir mais em uma porção de terra ainda menor, da apropriação de inovações que intensifiquem o sistema produtivo vieram fustigar os camponeses por influência da linha de pensamento majoritário que almeja tornar o agricultor familiar em um microempresário.

A questão que surge não é apenas questionar se os agricultores familiares do assentamento estudado têm ou não real interesse de alavancar a produtividade em suas parcelas de terra. A questão mais contundente talvez seja avaliar se os mesmos reúnem as habilidades necessárias para modernizar o campo. E, até que ponto essa modernização pode ferir os ideais de uma agricultura de base familiar, especialmente, quando um determinado assentamento tem como marca intrínseca o espírito lutador.

Logo a agricultura familiar se caracterizava pelas seguintes bases: ser uma unidade pequena de produção, se utilizar de insumos naturais, a mão-de-obra ser constituída pelos próprios membros da família, ter como norte a sustentabilidade familiar. Se o assentamento rural vai produzir ou não para o mercado, isso vai depender, primeiramente, do interesse do agricultor. Ninguém questiona que a produtividade nos assentamentos rurais deve ser estimulada, especialmente, para que haja uma engrenada na economia da região, que se encontra bastante estagnada.

Todavia, pretende-se que esse estímulo seja através da forma de incentivos e do diálogo, nunca de forma agressiva à cultura do homem enraizado, nunca de forma meramente funcional, de sorte que a conquista de sua liberdade seja plena e não retorne a mais nenhum tipo de opressão.

O desenvolvimento das propostas construídas para o campo deve partir da realidade e da opinião da maioria dos agricultores. O ensino dos programas educacionais deve ser moldado de acordo com a cultura de cada localidade, visando o melhoramento das práticas tradicionais de plantio desenvolvidas pelos mais velhos. Os cursos de capacitação que surgem no acampamento deverão procurar valorizar os saberes do homem do campo, os chamados saberes da terra, sendo essa medida associada à ideia de conscientização progressiva de cuidados com a conservação do ambiente.

Assim, o manejo produtivo deverá se basear na valorização dos recursos naturais disponíveis e renováveis. O PAI vem sempre trabalhando com seus agricultores familiares e com os órgãos competentes no combate aos riscos de impactos ambientais e sociais, como também, tem procurado incentivar a modernização da agricultura para o aumento da qualidade de vida rural no local. Com a ausência de impactos ecológicos é possível melhor compreender, desenvolver, inventar, sobreviver dessa dinâmica através da compra de produtos utilizando-se da agricultura familiar.

A sociedade em geral, que participa indiretamente dessa dinâmica através da compra de alimentos produzidos no assentamento, pode apoiar a agricultura familiar com mudança gradual de hábitos alimentícios. O consumo exarcebado de alimentos industrializados, muitas vezes, prejudiciais à saúde, pode ser substituído pela compra de alimentos provenientes da agricultura orgânica. Modelos convencionais para o estilo de desenvolvimento rural e da agricultura sustentável podem ser substituídos por uma mudança gradual que priorize, cada vez mais, métodos naturais, sem a introdução de agrotóxicos.

Os agricultores têm como meta a passagem de um sistema de produção convencional por outros alternativos que incorporem os princípios metodológicos com base na agricultura familiar sustentável. A visão dos líderes comunitários aponta que grande parte da dificuldade reside da falta de conhecimento integrado por parte dos trabalhadores rurais.

De um lado, o sistema de produção precisa ser entendido como um todo, todavia, o legado deixado pelo regime patronal faz com que muitas vezes os trabalhadores ainda assumam uma visão compartimentada do trabalho que vêm desenvolvendo. Por outro lado, apesar das inércias culturais, a experiência da agricultura familiar, de modo geral, tem dado certo em diversos lugares do País, e com ela a filosofia dos assentamentos rurais na história da reforma agrária.

O PDA (2004) destaca a importância significativa da agricultura familiar para a sociedade brasileira. Ela tem ajudado promover a segurança alimentar e o abastecimento agrícola de muitos estados. A ideia de integração do sistema aplicada na realização do trabalho do agricultor familiar, associada à localização estratégica do assentamento, com a abundância de seus recursos florestais, hidrográficos, pedológicos e de seu potencial para a agricultura diversificada,

permite afirmar que Ilhetas possui grande chance de se tornar um assentamento modelo na região da Zona da Mata.

Os obstáculos da agricultura e a persistência dos agricultores possibilitam que o mesmo esteja sempre oscilando entre picos de entusiasmos e picos de descontentamentos. Assim, o desafio em dar continuidade aos trabalhos, buscando no aprimoramento cognitivo, que quase sempre esbarra na má formação escolar, o pontapé inicial de superação. Inicia-se uma nova caminhada, mas, a sua consciência o lembra que de não se pode perder de vista o percurso vivido até agora. Um vislumbre no passado traz esta ideia de conquista.

A experiência de como era não possuir terra e, agora possuí-la desperta a noção de movimento do tempo, de como lutando é possível se apropriar das coisas. Assim, o camponês se convence da existência de um segundo momento histórico de sua vida, tão palpável de concretude quanto foi a experiência da reforma agrária. Então, pouco a pouco passa a interferir no uso mais intensivo da terra, favorecendo o crescimento da produção e do controle dos seus produtos. Observa-se, portanto, que, desde sua origem, a motivação constitui fator primordial na agricultura. Com ela se tenta melhorar a qualidade de vida na comunidade e da produção.

A questão da motivação entre os trabalhadores rurais foi um dos principais fatores responsáveis pelos exemplos de superação do trabalho assalariado, pela luta persistente em busca de terra e pelo ideal coletivo de se produzir para si mesmo. Encarar o desafio de intensificar os sistemas de agricultura familiar em bases sustentáveis, visando o aprimoramento da produção nos assentamentos, requer uma nova concepção de mundo, nutrida pela conexão dos saberes.

Neste estágio, certas teorias apontam para a combinação estratégica entre o conhecimento aportado pelas escolas e o conhecimento aportado pela experiência do agricultor ao longo de seu processo histórico. Na agricultura familiar, o desenvolvimento rural sustentável é atingido quando a sociedade tem condições seguras de absorver e repassar conhecimento de uso adequado dos sistemas de produção.

3.9 O Embate entre as Mudanças e as Permanências

Com o início das pequenas produções da agricultura familiar começaram a surgir alguns benefícios para os trabalhadores rurais. Um desses benefícios corresponde à questão da diversificação da agricultura, pois, até então os trabalhadores só sabiam lidar com o cultivo da cana-de-açúcar, o qual fora imposto, durante décadas pelos patrões. Mas agora, embora, muitas vezes, meramente em função da subsistência, esses trabalhadores se esforçaram para aprenderem dominar o plantio de novas lavouras.

No caso de Ilhetas, muitos membros que aderiram aos movimentos de ocupação das terras constituíam os próprios moradores desse Engenho. Os acampantes eram formados tanto por moradores do Engenho quanto por indivíduos oriundos de outros lugares. Observa-se que antes da chegada dos acampantes, o Engenho Ilhetas já era previamente habitado, passando, o mesmo, a receber elementos externos e acionar elementos internos para condicionar a possibilidade de uma coexistência pacífica, ou mesmo, conflituosa. Segundo o PDA (2004) o Engenho, portanto, passava a abrigar pessoas ligadas aos Movimentos Sociais ou Sindicais (60%) e pessoas não ligadas a estes Movimentos (40%).

Para se estar ligado aos movimentos, os moradores tinham que participar das reuniões, acampar juntamente, e, se engajar, eminentemente, com todos os militantes na luta contra os usineiros e senhores de engenho. Assim, avaliando-se as condições para a possibilidade de estourar ou não um conflito de ordem territorial, observa-se, nesse tempo houve resistência por parte dos moradores do Engenho contra os acampantes, porque boa parte dos moradores já participava das articulações dos sindicatos rurais. A ocupação oferecia a eles a oportunidade de plantar e consumir com suas famílias e ainda venderem os produtos nas feiras livres.

Os moradores de Engenho começavam a receber os primeiros rendimentos a partir de seu próprio trabalho. Além das possibilidades de cultivo, o acampamento também lhe oferecia a liberdade de ser livre para criar animais de pequeno e médio porte, auxiliando-lhes em seus serviços braçais. Para os trabalhadores, esse fato corresponde a uma conquista significativa, uma vez que, no regime canavieiro eles eram submetidos a trabalhar com ferramentas que eram concedidas pelos patrões.

Os trabalhadores rurais junto com as lideranças sindicais buscavam alternativas para sua sobrevivência no período pós-cana-de-açúcar, e, apesar dos entraves, procuravam encontrar forças para continuar trabalhando, só que agora, de maneira diferente; não mais seguindo a rotina dos patrões de engenho com a figura do administrador, do cabo de engenho, do apontador e do fiscal.

A presença desses profissionais representava a imagem deploradora da opressão, da ordem excessiva, dominadora, e das exigências esmagadoras dos finais de semana que correspondiam aos períodos de prestação de contas. Estes homens não podiam nada enxergar além do cumprimento da ordem, do aumento da produtividade e da fiscalização eficiente. Não levavam em consideração as condições de dignidade e salubridade dos agricultores, e muito menos se importavam com a interferência do regime climático que, ocasionalmente, prejudicava as plantações.

Após enfrentar um período conjuntural de desemprego, o trabalhador rural completamente desassistido, só poderia obter dinheiro caso “arregaçasse as mangas” e fosse cultivar lavouras brancas com muita dificuldade, muitas vezes, em terras pouco férteis, comercializando seus produtos na feira livre a preços muito baixos devido à concorrência desleal com os produtos industrializados.

Foi também nesse contexto que os trabalhadores enfrentaram a dificuldade do transporte dos produtos. No período do cultivo da cana-de-açúcar existiam os caminhões pertinentes às usinas que faziam o transporte da mesma, mas agora, os trabalhadores teriam que tratar, por conta própria, de adquirir esses meios. A primeira alternativa foi a utilização do carro-de-mão e do animal de cargas.

Assim, originou-se a transição do trabalho assalariado para o trabalho autônomo. Não existia mais a tão falada ficha de engenho, nem sua carteira de trabalho vinculada à firma do patrão, pois, sua renda agora passaria a ser obtida de sua própria produção. A maior ou menor capacidade de empreender e saber negociar é que viria determinar o padrão de vida do camponês, especialmente, na fase de comercialização dos seus produtos. Seria preciso se libertar da inércia gerada pela dependência patronal da qual o indivíduo tinha se acostumado durante o século XX.

Assinala-se, portanto, que em função da situação lastimante a que foram submetidos, os trabalhadores rurais foram beneficiados com o projeto de assentamento porque ganharam a liberdade e o direito de trabalharem em suas próprias parcelas de terra, sem, contudo, experimentar novamente a opressão que sofreram por parte dos patrões.

A capacidade de realizar um trabalho consiste em saber planejar e imaginar, previamente, onde se quer chegar, isto é, definir bem o objetivo que se espera alcançar. Mas, o que faz com que os agricultores familiares, muitas vezes, não coloquem em prática as orientações técnicas no plantio? Pois, nem sempre os insucessos nas plantações dos assentamentos são por falta de esclarecimento ou de instrução.

É correto que uma das condições de produção seja o processo participativo para o aprimoramento do conhecimento, mas nada adianta se não houver uma nova concepção de sociedade por parte dos agricultores e agricultoras familiares. Essa mudança deve ser entendida não meramente como mudanças técnicas no estabelecimento familiar, mas numa mudança de perspectivas por meio de revisão das formas sociais no campo, incluindo-se, por exemplo, noções como: onde vivemos, por que trabalhamos, e, como fortalecemos a agricultura familiar no estado.

O “porquê” científico é estratégico, nesta hora, para apoiar o desenvolvimento rural sustentável, uma vez que, a trajetória humana é dinâmica e passa constantemente por modificações nas formas de produção, havendo necessidade de uma readaptação da mão-de-obra no novo sistema. Por isso que quando se fala em produção é importante lembrar que são pessoas quem gera o desenvolvimento social e econômico. Em que contexto histórico elas estão situadas? Qual o nível de desenvolvimento dos instrumentos técnicos utilizados na produção, e que tipo de relações sociais é característico da comunidade?

O investimento em capacitação é fundamental para os assentados. A mudança de situação, de trabalhador rural para agricultor familiar, exige do assentado novos conhecimentos. A capacitação é um dos instrumentos que pode contribuir para apoiar esse processo de transformação de trabalhador para agricultor e tornar o assentamento uma unidade produtiva. A maior carência de qualificação está na linha da gestão do assentamento. É imprescindível que os assentados tenham conhecimento dos métodos de planejamento, monitoramento e avaliação de produção (PPRA, 2008, p. 51).

O plano de gestão para assentamento rural oferece uma alternativa, estabelecendo um caminho a percorrer para se encontrar as respostas sobre a realidade. Contudo, até que se organize um plano de gestão participativa para a unidade, a fim de aprofundar os conhecimentos do grupo sobre o assunto, os líderes ficarão impedidos de despontar para um novo olhar sobre as reais necessidades de seus assentamentos.

A dinâmica dos meios de produção no sistema da agricultura familiar é diferente do modelo adotado pelos patrões no sistema monocultor canavieiro. Muitas práticas convencionais são, hoje, claramente substituídas pelas novas. Na agricultura familiar, os instrumentos de trabalho são adquiridos pelo próprio trabalhador rural. Os serviços que antes eram realizados com os insumos da indústria agora são realizados com instrumentos de cada família, tais como: ferramentas de arar a terra, animais de tração e adubos.

Desta maneira, as próprias famílias se encarregam de produzir, comprar ou alugar os instrumentos e insumos necessários à produção, transporte e comercialização das mercadorias. De certo modo, houve um impacto por parte de alguns trabalhadores que tinham se acostumado a trabalhar com uma escala maior de recursos oferecidos no sistema usineiro. A cana, por exemplo, era transportada por grandes frotas de caminhões, agora, na agricultura familiar, os produtos são transportados em pequenas carrocerias, carros-de-mão, carroças de burro, mulas e até mesmo em cestos (Fotos 13 e 14).

Essa realidade varia entre cada família, sendo aquelas que se dedicam mais ao trabalho duro, as menos desprovidas de equipamentos. As limitações de acesso aos meios de produção entre as famílias variam também de acordo com o potencial de recurso natural extraível em cada parcela de terra, excedente de renda para extração de capital que se consegue o sucesso da produção e da venda. Só em casos excepcionais de elevada produção, é que se busca a utilização de caminhões, tratores e outros incrementos agrícolas que eram utilizados na agricultura patronal.

Sendo improvável que o pequeno agricultor possua equipamentos de grande porte, a solução aparece dos seguintes modos: o agricultor junta dinheiro, sacrificadamente, e os aluga; o agricultor toma os equipamentos emprestados pela prefeitura; o agricultor toma os equipamentos emprestados por empresários conhecidos. Futuramente, nos dois últimos casos, é bom lembrar que o benefício

poderá ser cobrado em forma de conchavos políticos, em épocas de eleição, ou será exigido com outros tipos de favores.

Foto 13 – A mula como transporte de cana-de-açúcar no Assentamento Ilhetas



Fonte: Risolange Souza, 2012.

Foto 14 - O transporte manual de frutas no Assentamento Ilhetas



Fonte: Risolange Souza, 2012.

Hoje, as máquinas que eram utilizadas antigamente, a exemplo do próprio engenho de cana-de-açúcar, foram substituídas por meios de produção que se enquadram aos padrões da agricultura familiar. Assim, com base no desempenho da mão-de-obra, na adoção e uso dos próprios instrumentos de trabalho é que as famílias de agricultores apuram a quantidade dos seus dividendos.

Devido ao baixo índice de uso da tecnologia, os agricultores familiares destas áreas têm dificuldade de lançar seus produtos no mercado, que é cada vez mais, competitivo. Todavia, os ganhos ainda são possíveis porque os agricultores passam a depender, cada vez menos, da venda aos intermediários, conhecidos como atravessadores, permitindo que o lucro não seja desvirtuado por terceiros, e, assim, esses fatores trouxeram certa melhoria para o padrão de vida dos assentados.

Segundo Pereira; Souza (2003), em Pernambuco, os assentamentos que atingiram os melhores resultados de produção agrícola foram os assentamentos de Barrinha, Firmativo e de Açude Grande, os dois primeiros no Município de Vicência, e, o último, em Vitória de Santo Antão. Estes são os assentamentos que, no estado, mais se enquadram, atualmente, nos critérios exigidos para a titulação de um assentamento modelo. Nestes assentamentos, a agricultura é realizada sem nenhuma utilização de agrotóxicos. Em Barrinha, por exemplo, o sucesso da produção está ligado ao cultivo de feijão, macaxeira e milho, embora, a maior parte destina-se ainda a própria subsistência da comunidade.

O exemplo desses assentamentos indica que Ilhetas pode, igualmente, melhorar o desenvolvimento da sua produção familiar. Além do que as terras em Ilhetas, tal como Barrinha, são bastante favoráveis para o cultivo desses produtos e de muitas outros. Ilhetas também pode se basear nestes assentamentos modelos no que tange às técnicas de aumento da escala de produção, já que, segundo os técnicos, a sua produtividade é considerada média e baixa.

Isto poderia proporcionar, ainda mais, a melhoria na qualidade de vida dos agricultores familiares. Os planejadores de políticas agrárias deveriam, igualmente, se inspirar no exemplo desses assentamentos para subsidiar um maior intercâmbio entre assentamentos rurais, no intuito de organizar uma cadeia produtiva regional, transferindo conhecimento segmentado e, em geral, elevando a qualidade de vida no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O homem possui uma estreita ligação com a terra. Através dela ele planta, colhe, cuida dos seus próprios negócios e conquista a sua dignidade. Nesse sentido, a estrutura fundiária aparece aí como elemento-chave de propulsão da sociabilidade e da socialização. Da sociabilidade porque esta, enquanto capacidade natural para viver em sociedade (OLIVEIRA, 2001), foi afetada, no campo, pela rigidez psicossocial do regime patronal. E da socialização, porque esta, sendo responsável pela integração do indivíduo à sociedade, foi subvertida, no sistema usineiro, pelo processo de exclusão social dos trabalhadores rurais. Mas então, o que a estrutura fundiária tem a haver com isto?

Santos (1978) assinala com muita proeminência a relação do espaço e a sociedade. Para ele, o espaço exerce um peso de influência significativo de acordo com o valor desigual do conjunto de suas virtualidades, acrescentando que uma delas corresponde a maior ou menor capacidade de sociabilidade das pessoas envolvidas. Assim, os fatores “distância” e “proximidade” são introduzidos pelo autor como uma espécie de “divisor de águas” para o aumento ou diminuição do papel da vizinhança em um determinado território (SANTOS, 2002).

Embora Santos (2002, p. 318), devido à grande densidade populacional nas cidades, tenha atribuído aos espaços urbanos o maior índice de profusão dessas explicações, entende-se, neste trabalho, que aquilo que o autor defende sobre o papel da proximidade, sobretudo na psicosfera, aplica-se também aos espaços agrários. Santos (ibidem) afirma que a proximidade que interessa aos geógrafos não se limita a uma mera definição das distâncias, ela tem haver com a contigüidade física entre pessoas numa mesma extensão, num mesmo conjunto de pontos adjacentes, sob influência da intensidade de suas vivências e inter-relações.

É nesse sentido que, no desfecho desse trabalho, se reintroduz a questão da estrutura fundiária enquanto elemento-chave de reinserção da sociabilidade e da socialização do “camponês” da Zona da Mata. Isto significa dizer que é através da reforma agrária e do estímulo à agricultura familiar, em territórios de assentamentos, que se encontra o caminho para a restauração de sua dignidade e inclusão social.

É que a implantação da reforma agrária e a conseqüente criação dos projetos de assentamentos, como se verificou, repercutem em mudanças da estrutura fundiária da Zona da Mata, passando a mesma a contar com um maior número de minifúndios do que antes.

Assim, por muitas vezes um território reformado encontrar-se cercado por territórios de latifúndios, torna-se estratégico haver maior união entre os pequenos produtores. Estes precisam se fortalecer ante os latifundiários, que atentos, não raramente aguardam o momento certo de estender seus domínios ou recuperar terras das quais já foram donos algum dia.

A concepção é que se por um lado a estrutura fundiária formada por minifúndios aparece, convencionalmente, como um fator limitante para a expansão de desenvolvimento da produção dos parceliros, por outro, defende-se aqui que a divisão de terras em pequenas propriedades contribui para uma eventual superação de estagnação econômica por meio das relações de vizinhança, da cooperação e da ação das instituições éticas.

O papel da interação na produção dos sistemas sociais alimentam os laços de sociabilidade entre os indivíduos e grupos sociais que partilham os mesmos quadros de experiência e identificam as mesmas ressonâncias históricas de um passado comum (SANTOS, 2002).

Confirma-se que o papel da vizinhança contribui para o melhoramento da qualidade de vida nos assentamentos, pois atua no sentido de que os parceliros mais estruturados podem vir a ajudar os menos estruturados, e isto, devido aos laços de sociabilidade contraídos internamente, ainda que “lá fora”, no mercado, ambos concorram livremente.

A difusão de algumas técnicas convencionais torna-se necessária, sobretudo, para o aumento da capacidade de produção nos assentamentos, agregando valores às técnicas tradicionais e vice versa. As técnicas convencionais devem responder, sobretudo, aos processos de irrigação e de escoamento da produção. Hoje, isto é afirmativamente, possível, especialmente, devido ao uso da multifuncionalidade da agricultura, a qual abre portas para a fusão de diferentes modelos relacionados ao conhecimento agregado à agricultura.

Resgatando-se a transmissão do conhecimento empírico ao longo das gerações, isto é, de pais para filhos, a qual foi negada ou interrompida pela sugação do tempo destes, o qual era dedicado à agricultura patronal. Por outro lado, deve haver incentivo para que as gerações mais novas busquem aprimorar o conhecimento ensinado pelas gerações mais velhas, e isto através da inserção ou reinserção social dos jovens em instituições educacionais, profissionais e religiosas, que são (re) formadoras da consciência e da ética social.

Em Ilhetas identifica-se que a agricultura continua sendo o elemento central de agregação da família e da cultura. A multifuncionalidade da agricultura se expressa no momento em que os seus moradores passam hoje a encarar a atividade como um modo de vida para além da produção. Assim, se atribui à agricultura variadas funções: econômicas, sociais, culturais etc. A evidência mais concreta é o ideal comum que demonstram de um tempo mais lento, menos dependente das pressões do mercado. Hoje, os agricultores de Ilhetas prezam muito pela sua subsistência, tranquilidade e pela diversidade das vivências. Não estão interessados apenas em produzir e melhorar a sua renda.

Assim, além das relações de vizinhanças e de cooperação entre os assentados, as instituições éticas como escolas, igrejas, ONGs etc, tanto dentro quanto fora do território dos assentamentos, podem ajudar os trabalhadores rurais a superar as experiências traumáticas vivenciadas num passado recente, que os fizeram rústicos, capachos e complexados.

Também o epíteto pejorativo, patrocinado pela mídia hegemônica, de serem “anarquistas” e “invasivos” em função das fases de ocupação de terras e dos graves conflitos de terras, pode ser amenizado com o estímulo a quebra de preconceito contra os assentados na sociedade.

Expressões como “matutos”, “pés-rapados”, e outras semelhantes a estas, as quais surtem a ideia de atraso, devem ser combatidas demonstrando as benesses da agricultura familiar enquanto modo de vida, susceptível a avanços consideráveis, seja pela gestão autônoma de sua unidade produtiva, pela qualidade dos alimentos naturais consumidos e vendidos, pela relativa tranquilidade, seja pela liberdade para atuar em outros ramos de trabalho complementares, seja pelo aumento da renda, ou mesmo pela comunhão dedicada à família, já que o trabalho acontece junto a esta. Afinal, “a contigüidade é criadora de comunhão” (SANTOS, 2002).

Isto não significa dizer que agora, isto é, a partir da criação dos assentamentos e de suas associações, cooperativas, conselhos e audiências para discussão do desenvolvimento agrário, os assentados vão passar a conviver no território em completa harmonia. Ao contrário, as questões das ambições, das rixas, dos conflitos, das disputas, das buscas de vantagens continuam existindo, fazendo parte da própria índole humana ou psicossocial. Estas começam a existir já dentro da própria família.

Todavia, o conflito pode ser propulsor tanto de perdas quanto de melhorias, dependendo da forma como os envolvidos reagem aos mesmos. Se o conflito for entre os membros da família deve se haver espaço para o diálogo e para a reconciliação, do contrário pode haver desagregação de sua estrutura e o abandono das terras por alguns integrantes, enfraquecendo o potencial da unidade produtiva da parcela. Se o conflito, por exemplo, for entre a geração dos pais e a geração dos filhos, a terra fica ainda mais propícia a baixa produtividade, já que as chances de fusão de contribuições das técnicas convencionais às técnicas tradicionais, para uma agricultura alternativa tornam-se ainda menores.

Além disso, as perdas do fator capacidade de auto-exploração suscitada por Kautsky (1995), tende a unir-se as perdas do fator quantidade de mão-de-obra, suscitada por Chayanov (1974 apud Selva, 2002), sem contar que o fator motivação tende também a diminuir e refletir na produção, agravando-se ou reconstruindo-se alguns hábitos negativos no conjunto da sociedade, tais como: a embriaguês, o vício, a propensão ao aumento da violência, da marginalidade etc.

Nessa situação observa-se a importância de haver famílias bem estruturadas, com laços sociais e afetivos fortes, agregados pelo tipo de agricultura. A agricultura familiar, portanto, como afirmam Carneiro; Maluf (2003) é agregadora da família, da comunidade e do conhecimento construído socialmente.

A questão da ética é talvez o grande divisor de águas entre a tendência do campesinato, da pequena produção rural ou da agricultura familiar, pois é dependendo dela que os trabalhadores se dividem quanto a procedimentos réprobos ou adequados. Ninguém pode obrigá-los a plantar majoritariamente a agricultura orgânica, combater a erosão, não desmatar, não vender suas terras, não contratar mão-de-obra de outros parceleiros, não brigar em casa com o conjugue ou com os filhos e vice versa etc. Mas a questão da formação da consciência, por veículos

educacionais, por exemplo, é fundamental para acolher, apoiar, orientar, enfim, para resolver problemas e abusos sociais na comunidade.

Observa-se que devido à ética e a consciência é que cada parceleiro opta como vai gerir individualmente e coletivamente a sua unidade produtiva que lhe foi conferida. Aliás, quando o governo efetua a reforma agrária, em terras improdutivas, estabelece um voto de confiança em que se espera que o parceleiro vá produzir ainda que em pequena escala, para si e para a nação.

Quanto à ética, por exemplo, observa-se que apenas aqueles parceleiros que cultivam cana é que no período de colheita contratam alguns trabalhadores para reforçar a mão-de-obra nos serviços de corte da cana e escoamento da produção, mesmo assim, isto só acontece quando há muita necessidade, quando algum membro adoece ou precisa se ausentar. Afinal, a contratação de ajudantes eleva o custo da produção e reduz o lucro que poderia ser partilhado entre os membros da família. Dessa forma, todos os membros da família devem estar envolvidos nas tarefas diárias e periódicas da unidade. A unidade familiar deve estar sempre em ação, trabalhando para manter a terra produtiva e a família bem-sucedida.

Dessa maneira, nota-se também que a lógica da agricultura familiar, diferentemente do que apontava Kautsky (1995) sobre o campesinato, não compartilha necessariamente com a volta da proletarização do camponês ou do trabalhador rural, embora, saiba-se que a mesma segue galgando para a uma possível capitalização. O ponto de sua teoria que fala sobre a reproletarização do camponês não foi confirmada no Assentamento Ilhetas.

Por outro lado, Kautsky (1995) acertou nos pontos que fala sobre a tendência de capitalização do campesinato. Todavia, em campo se observou que a capitalização é uma aspiração do camponês, que muitas vezes é barrada pela limitação técnica e pela inércia cultural. Porém, se a ideia de capitalização não conseguir ultrapassar o nível da psicoesfera para o campo da tecnoesfera, a realidade do caso estudado passa se aproxima mais das proposições de Chayanov (1974 apud Selva, 2002) que diz que o camponês vende somente para comprar.

O que é possível notar é que se Kautsky estava certo sobre a capitalização do camponês, embora, este demonstre não possuir tanta ambição. O camponês ou agricultor familiar quer sobreviver, quer desenvolver-se, como também quer inserir-se na sociedade de consumo. Os parceleiros querem inserir também seus produtos

no mercado. Mas, não querem viver no ritmo acelerado gerado pela competitividade mercadológica. Querem um tempo mais lento, longe das pressões e opressões. Não querem um campesinato sem mercado, mas um campesinato menos dependente de suas mazelas. Busca-se de fato, na pequena produção rural, um modo de vida para além da produção.

Mas então, baseado nestes resultados e sob a lógica da totalidade, a unidade campesina corrobora para se constituir definitivamente em uma economia tipicamente capitalista? Haverá o desaparecimento ou a descaracterização definitiva do campesinato?

O conceito de multifuncionalidade da agricultura parece querer unificar elementos dos dois sistemas, todavia, neste caso, é inevitável surgirem às contradições. Como o camponês poderá vivenciar os avanços sociais sem uma base econômica sólida? Ninguém discute que é possível ser feliz com pouco conforto, mas, em compensação, com tranquilidade e diversão. Contudo, negar o capital parece uma atitude um tanto escapista.

É necessário enfrentar a realidade hostil, embora, contribuindo para diminuir suas repercussões negativas. Essa possibilidade é possível de acordo com o tipo de suas escolhas. Por exemplo, quando o agricultor evita contratar mão-de-obra estará ajudando a desconstruir a sociedade hierarquizada e as relações de dominação e exploração social; quando ele evita vender sua força de trabalho ou sua terra, priorizando desenvolvê-las, estará ajudando a criar novos postos de trabalho e diminuir o índice de evasão rural e do desemprego estrutural, especialmente, nas cidades.

Quando o agricultor familiar prioriza o plantio e a venda da agricultura orgânica, estará ajudando diminuir na sociedade os riscos de doenças cancerígenas e outros males provocados por alimentos industrializados, conservados artificialmente. Neste caso, os benefícios retomarão para a própria classe de produtores quando, na concorrência, o sucesso de seus negócios se baseará, não tanto pela tecnologia empregada no processo produtivo, mas, pela própria natureza e qualidade dos alimentos; A proporção que o agricultor familiar decidir plantar menos cana e aumentar a produção de outras lavouras, estará deixando de alimentar o sistema usineiro que favorece a concentração de terra, de renda, e a exploração socioambiental.

Dessa forma, o modelo da agricultura familiar é uma solução alternativa que pode ser cumprido de maneira fiel, isto é, não ultrapassando sua essência de ser uma pequena produção rural. Isto não significa dizer que porque é pequena não possa ser próspera. Nem muito menos, de que se é pequena não tem importância. Ao contrário, a importância da pequena produção rural está no fato de ser formada por muitas unidades produtivas, caracterizadas por uma relativa autonomia de trabalho e pela interdependência coletiva. Como um corpo que é formado por muitas células, as quais, só por serem pequenas, não deixam de ser importantes.

As contradições no campo, portanto, que implicam na coexistência de elementos dos dois modelos estudados, isto é, da agricultura patronal e da agricultura familiar apontam para a existência, atual, de um espaço cada vez mais híbrido, como já tinha sido defendido por Santos (1978; 2000) em relação aos espaços urbanos. Contudo, é possível afirmar que a transição discutida neste trabalho representou uma melhoria considerável nas condições de vida do agricultor, como também, lhes oferece ainda a esperança de um modo de vida sossegado e próspero.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Gustavo Leal de. **A Crise do Setor Sucro-Alcooleiro e Suas Consequências para a Reforma Agrária na Zona da Mata de Pernambuco: uma análise a partir da década de 90.** Dissertação. Recife: UFPE, 2004.
- ALENCAR, Miguel Arraes de. **Reestruturação da Zona Canavieira de Pernambuco.** Recife: Polycromia do Nordeste, 1997.
- ALVES, Adilson Francelinoi. CORRIJO, Beatriz Rodrigues. CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. (organizadores). **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- AMANCIO, Robson. **Gestão em Assentamento e Poder Público.** Lavras: UFLA/FAEP, 1998.
- ANDRADE, Ivon Bezerra de. **Memórias Barreirenses.** Recife: Edição do Autor, 2007.
- ANDRADE, Manoel Correia de. **A cana-de-açúcar na Região da Mata Pernambucana: reestruturação produtiva na área canavieira de Pernambuco nas décadas de 80 e 90: impacto ambiental, sócio-econômico e político.** Recife: Universitária, 2001.
- _____. **A Terra e o Homem no Nordeste.** São Paulo: E. Atlas, 1986.
- _____. **Área do Sistema Canavieiro.** Recife: SUDENE – FUNDAJ: Massangana, 1985.
- _____. Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco. **Estudos Avançados.** V.15, n.43. 2001. [online] Disponível em: <<http://estudosavancados@usp.br>>. Acesso em: 08 Jul. 2010.
- ARAÚJO, Adelina Freitas Monteiro de. SANTANA, Jorge Fernando de. ARAÚJO, Severino Luiz. **Breve Histórico das Usinas de Açúcar e Destilarias de Alcool de Pernambuco.** Recife: UFPE, 1997.
- Atlas Escolar de Pernambuco.** ANDRADE, Manuel Correia de Oliveira (Coord). João Pessoa: Grafset, 2003.
- BAGLI, Priscila. Rural e Urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. WHITACKER, Arthur Magon. (organizadores). **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural.** São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 81-109.
- BELLO, Ruy de Ayres. **Barreiros: História de uma Cidade.** Recife: UFPE, 1967.
- BERNADELLI, Maria Lúcia Falconi da Hora. Contribuição ao debate sobre o Urbano e o Rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. WHITACKER, Arthur Magon. (organizadores). **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural.** São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.33-52.
- BONNAL, Philippe. MALUF, Renato S. Políticas de desenvolvimento Territorial e Multifuncionalidade da Agricultura Familiar no Brasil. In: CAZELLA, Ademir A. BONNAL, Philippe. MALUF, Renato S. **Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 71-110.

- BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNRD):** sumário executivo. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/>>. Acesso em: 20 agosto 2011.
- BUAINAIN, Antônio Márcio. (coord.) et al. **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.
- CARLEIAL, Liana. **Mercados de Trabalho, Assalariamento e a Crise do Trabalho.** Colloque Mondialisation Économique et Gouvernement des Sociétés: l'Amérique Latine, un laboratoire? Paris/França: GREITD, 2000. p. 1-20.
- CARNEIRO, Maria José. MALUF, Renato. **Para Além da Produção:** multifuncionalidade e Agricultura Familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- CARVALHO, Ricardo; AGGEGE, Soraya. Revista Carta Capital. **Reforma agrária, descanse em paz.** 09 de Agosto de 2011.
- CAZELLA, Ademir A. BONNAL, Philippe. MALUF, Renato S. **Agricultura Familiar:** multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- CCTTCPE. **Convenção Coletiva de Trabalho dos Trabalhadores Canavieiros de Pernambuco:** igualdade para homens e mulheres no campo. Recife: FETAPE, 2010.
- CHIAVENATO, Júlio José. **Violência no Campo:** O latifúndio e a reforma agrária. São Paulo: Moderna, 2000.
- CPST. Coletâneas do Programa Saberes da Terra. **Agricultura familiar:** identidade, Cultura, Gênero e Etnia. Recife: NFD – CAA – UFPE, 2010.
- COSTA, Luiz Flávio Carvalho. BRUNO, Regina. MOREIRA, Roberto José. **Mundo Rural e Tempo Presente.** Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho:** relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canvieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais/Christine Rufino Dabat. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.
- DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais.** São Paulo: Atlas, 1981.
- DINIZ, Clélio Campolina. **Repensando a Questão Regional Brasileira:** tendências, desafios e caminhos. Rio de Janeiro: BNDS, 2002.
- DOLFUSS, Oliver. **Espaço Geográfico.** São Paulo: DIFEL, 1972.
- ETCRN. Organização do Trabalho e Controle da Produção: acidentes e doenças, migração e transporte, terra e moradia. **Anais do Encontro dos Trabalhadores Canavieiros da Região Nordeste.** Igarassu: FUNDACENTRO, 2005.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Campesinato e Agronegócio na América Latina:** a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **Mundo Rural e Geografia.** Geografia Agrária do Brasil: 1930-1990. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da Questão Agrária Brasileira:** a violência no campo. São Paulo: Unesp – Fapesp, 2009.

GOMES, Marcos Affonso Ortiz. AMÂNCIO, Robson. Produção Agropecuária Familiar. In: AMANCIO, Robson (Org). **Gestão em Assentamento e Poder Público**. Lavras: UFLA/FAEP, 1998. p. 7-20.

GUSMÂM, Eduardo Sevilla. MOLINA, Manuel González de. **Sobre a Evolução do Conceito de Campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

INCRA. Operacionalização do II PPRA – PE. **Pólos da Reforma Agrária: ordenamento territorial justo para a inclusão social e desenvolvimento sustentável**. Recife: INCRA, 2007.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Rio de Janeiro: Proposta Editorial, 1995.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LEITE, Sérgio. HEREDIA, Beatriz. MEDEIROS, Leonilde...[et al.]. **Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre meio rural brasileiro**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP [co-editora e distribuidora], 2004.

MEDEIROS, Leonilde Servollo de. A História dos Movimentos Sociais no Campo. In: SCHMIDT, Armênio Bello. LIMA, Sara de Oliveira Silva. SECHIM, Wanessa Zavarese. **Cidadania, organização social e políticas públicas: caderno pedagógico educandas e educando**. Brasília: MEC/SECAD, 2010. p.57-62. V. 3

MELO, Mário Lacerda de. **O Açúcar e o Homem: problemas sociais e econômicos do Nordeste Canavieiro**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1975.

NFD. **Desenvolvimento Sustentável e Solidário com Enfoque Territorial**. Coletânea de textos e propostas de atividades do Programa Projovem Campo – Saberes da Terra. Recife: Núcleo de Formação de Docentes (NFD) – Centro Acadêmico do Agreste (CAA) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2010.

OLALDE, Alicia Ruiz. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável. In: SCHMIDT, Armênio Bello. LIMA, Sara de Oliveira Silva. SECHIM, Wanessa Zavarese. **Cidadania, organização social e políticas públicas: caderno pedagógico educandas e educandos**. Brasília: MEC/SECAD, 2010. p. 147-151. V. 3

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das Lutas de Campo**. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

OLIVEIRA, Pérsio Santos. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Ática, 2001.

PAIVA, Vanilda. Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão Social. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. GENTILI, Pablo. (coord). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. Grupo de trabalho Educacion Trabajo y Exclusion Social. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 49-64. Disponível em <<http://www.clacso.edu.ar/~libros/educacion/paiva.pdf>> Acesso em 11 de outubro de 2011.

PALOMINO, H. ALOY, V. D. **Sobre Las Fronteras Jurídicas y Sociales del Trabajo Asalariado en Argentina**. XXXI Encontro da ALAS. Chile: Concéption, 1999.

- PASSOS, José Horácio de Siqueira. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). **A Reforma Agrária de Mercado no Estado de Pernambuco**. Recife: UFPE, 2009.
- PDA. Plano de Desenvolvimento do Assentamento Ilhetas**. Recife: Fundação Apolônio Salles - FADURPE - INCRA, 2004.
- PEREIRA, José Maurício. SOUZA, Marcio Miceli Maciel de. **Resultados Econômicos dos Assentamentos Rurais da Zona da Mata de Pernambuco**. Recife: UNICAP, 2003. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/11O473.pdf>> Acesso em fevereiro de 2012.
- Poder Judiciário. **Documento de Auto de Emissão de Posse do Assentamento Ilhetas**. Barreiros/Rio Formoso: INCRA/Justiça Federal, 2002.
- PPRA. **Proposta de Plano de Recuperação do Assentamento Ilhetas**. Carpina: COOPAGEL, 2008.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Martins, 1942.
- PRIS. **Plano Regional de Inclusão Social: Mata Sul Estratégica**. Governo nos Municípios 2004-2007. Recife: CONDEPE/FIDEM, 2003.
- SALDANHA, João Carlos. ANTONGIOVANNI, Lídia. SCARIM, Paulo Cesar. Diálogos entre a multifuncionalidade da agricultura familiar e os projetos coletivos de educação do campo e da agroecologia no Norte do Espírito Santo. In: CAZELLA, Ademir A. BONNAL, Philippe. MALUF, Renato S. **Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. P. 137-166.
- SANTOS, Ana. AURELIANO, Maria Cristina. GUSMÃO, Sandro. **Espécies Agroecológicas mais usadas na Zona da Mata de Pernambuco**. Recife: Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, 2009.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- _____. **Por Uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a Geografia Crítica**. São Paulo: HUCITEC - Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978.
- SCHMIDT, Armênio Bello. LIMA, Sara de Oliveira Silva. SECHIM, Wanessa Zavares. **Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas**. Caderno Pedagógico Educandas e Educandos. Brasília: MEC/SECAD, 2010.
- SELVA, Vanice Santiago Fragoso. **Mudanças na Pequena Produção e a Reconstrução do Espaço em Tacaratu – PE**. Tese. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- SILVA JÚNIOR, José Plácido da. MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo. Assentamentos de Reforma Agrária na Zona Canavieira de Pernambuco: monopolização das usinas nos territórios camponeses. São Paulo: **XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**, 2009.
- SILVA, Girlan Cândido da. **A Agroindústria Canavieira na Zona da mata Sul de Pernambuco: o caso de Catende**. Monografia. Recife:UFPE,2008.
- SILVA, Heverton Ralph Arcanjo Batista da. **A Crise da Indústria Sucrialcooleira e os Impactos Sócio-Espaciais no Município Pernambucano de Barreiros: o caso do fechamento da Usina Central Barreiros**. Monografia. Recife: UFPE, 2009.

- SILVA, José Graziano da. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.
- SILVA, Maria Patrícia Cabral da. **Agricultura Familiar e Ruralidade**: perspectiva de mudanças no cenário da monocultura da cana-de-açúcar na Zona da Mata Sul de Pernambuco. Recife: UFPE, s/d.
- SMITH, Neil. **Geografia, Diferença e as Políticas da Escala**. Tradução de Maria Franco Garcia. São Paulo: Terra Livre, 2002.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. WHITACKER, Arthur Magon. (organizadores). **Cidade e Campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- VASCONCELOS, Jarbas. **Uma Análise da Economia Canavieira de Pernambuco**. Recife: Tipografia Marista, 1973.
- VEIGA, José Eli da. **O Desenvolvimento Agrícola**: uma visão holística. São Paulo: HUCITEC, 1991.
- VIEGAS, Luciana Pinheiro. **Possibilidades e Limites de inserção do Assentamento Amaraí na Atividade Turística do Município de Rio Formoso – PE**. Dissertação. Recife: UFPE, 2006.
- WEISSHEIMER, Marco Aurélio. Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural: a agenda recuperada. Brasília: Conferência Mundial sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CMRADR), 2005. In: NFD. **Desenvolvimento Sustentável e Solidário com Enfoque Territorial**. Coletâneas do Programa Saberes da Terra. Recife: NFD – CAA – UFPE, 2010. p. 72-84.
- <http://www.estacoesferroviarias.com.br/pernambuco/barreiros.htm>
- <http://www.fetape.org.br>
- <http://www.fundaj.gov.br>. Fundação Joaquim Nabuco
- <http://www.ibge.gov.br>
- <http://www.jusbrasil.com.br\\legislação\95601\lei-11326-06>
- <http://www.museudouna.com.br/registros.htm>
- <http://www.promata.pe.gov.br>
- <http://www.sescoop-pe.org.br>
- <http://www.usinaestreliana.com.br>

APÊNDICE

1º Questionário aplicado com a comunidade do Assentamento Ilhetas

1. Como se deu a transição do trabalho rural assalariado para o trabalho familiar autônomo na Zona da Mata Pernambucana?
2. Em sua opinião a transição do trabalho rural assalariado para o trabalho familiar autônomo tornou-se benéfica para o trabalhador rural? Por que?
3. Fale como iniciou o processo de Reforma Agrária na Região em que se insere o Assentamento Ilhetas.
4. Em sua opinião, como você avalia a capacidade de adaptação dos trabalhadores rurais enquanto novos trabalhadores autônomos?
5. Sabe-se que embora tenha havido, no final do século XX e início do século XXI, muitos projetos de assentamento rurais em várias partes do território Brasileiro, o problema da baixa produtividade é uma realidade em muitos deles. Explique, em sua opinião, quais fatores são mais agravante para reprodução deste quadro.
6. Recursos similares têm sido aplicados em assentamentos similares, contudo, gerando resultados diferentes em cada um deles. Como explicar a baixa produtividade de um assentamento sem, contudo, atribuir a culpa à falta de incentivo governamental?
7. Se a Agricultura Familiar é uma atividade segura, como explicar o fato de muitos parceiros continuarem plantando a cana-de-açúcar?
8. Descreva o processo e a forma como Ilhetas passou da condição de Engenho para Assentamento.

9. Qual o papel-chave que o sindicato local representou para transformar Ilhetas de Engenho para Assentamento. Explique também qual a sua influência atualmente na organização interna do Assentamento.
10. Explique o que foi a crise da Indústria sucroalcooleira na década de 90 e como a mesma influenciou no processo de Reforma Agrária na Zona da Mata Pernambucana.
11. Em sua opinião a recente mudança da condição de assalariado para a condição de autônomo gerou insegurança quanto a nova experiência e dificuldade de desenvolvê-la?
12. Você considera as terras do assentamento mais apropriadas para plantação da monocultura ou da policultura? Por quê?
13. Em sua opinião qual a maior potencialidade das terras do Assentamento Ilhetas? Esse potencial tem sido realmente explorado? Por quê? Quais seus principais imbricadores?
14. Em sua opinião o Assentamento pode ser considerado um Assentamento Modelo para a Região? Por quê?
15. Você conhece algum assentamento rural que é modelo na Região da Zona da Mata?
16. Quais aspectos positivos desse assentamento modelo, que você conhece, poderiam ser imitados para melhoria da produção no Assentamento Ilhetas?
17. Ilhetas possui algum plano de Gestão para o assentamento?
18. Você conhece outros assentamentos que trabalhem com Plano de Gestão de Assentamento?

19. Em sua opinião quais os principais fatores que estimularam a substituição da monocultura pela policultura?
20. Como os agricultores se articulam para lançar seus produtos no mercado e disputar com os produtos industrializados?
21. Em sua opinião como os agricultores superam a experiência de fornecer sua mão-de-obra para as usinas para trabalhar para si mesmos?
22. Aponte quais são e como funcionam os principais instrumentos de organização interna para produção no assentamento Ilhetas.
23. Antes, os meios de produção (máquinas, tratores, ferramentas, insumos) eram concentrados e pertenciam as usina, agora os meios de produção são vários e individuais. Aponte como os agricultores lidam com a adoção dos próprios instrumentos de trabalho.
24. Diferente da centralização dos instrumentos de trabalho, que agregava pessoas e conhecimento no sistema canavieiro, a compartimentação dos instrumentos de trabalho, típica dos assentamentos rurais, implica na fraguimentação do conhecimento coletivo e geralmente redundante no desperdício de recursos, já que cada parcela terá que ter as mesmas máquinas que o vizinho possui. Diante disso, que decisões podem ser tomadas para resgatar dentro do assentamento, a sociabilidade do conhecimento (troca de experiência) e aumento da produção coletiva?
25. De que modo, e, baseado em quais critérios, foi feita a distribuição das terras no Assentamento Ilhetas?
26. De que modo as diferenças topográficas de cada parcela implica na maior ou menos possibilidade de produção e como isso é encarado pelos parceleiros?
27. O Plano de Gestão de Assentamento é um instrumento utilizado para resolver problemas conjuntos do assentamento, o qual envolvam desde a

conservação da natureza até a garantia da segurança coletiva. Estes não poderiam ser resolvidos individualmente por cada parcela de terra. Um ribeiro, por exemplo, pode atravessar muitas parcelas, servido como recuso hídrico para as mesmas, todavia, pode estar sendo comprometido na sua cabeceira por um dos parceleiros. Como o Assentamento Ilhetas enfrenta problemas desse tipo?

28. Segundo estudiosos da questão agrária, o conflito é uma ação criadora para a transformação da sociedade. Descreva as principais aparições de conflitos que marcaram a história do Assentamento Ilhetas e de maneira esses conflitos construíram para a resolução de problemas ressurgentes.

29. Fale sobre a importância dos movimentos sociais na conquista dos direitos dos trabalhadores rurais ao longo da trajetória do trabalho assalariado ao trabalho autônomo.

30. Além dos fatores econômicos (trabalho, produção e renda) do ponto de vista social e cultural, trace quais foram as principais mudanças repercutidas nas famílias e na divisão social do trabalho, e nas atividades recreativas antes da Agricultura Familiar e depois da chegada da Agricultura Familiar. Ex.: mudança no tamanho das famílias, tipo de alimentação e de compras, tipo de transporte, participação dos membros da família na plantação, tipos de serviços, acesso à educação, frequência de deslocamento à cidade etc. Seguir roteiro das tabelas abaixo:

31.

Tb.	Mudanças no Aspecto Econômico		
	01	Monocultura Canavieira	Agricultura Familiar
01	Terra	Como era a relação do trabalhador rural com a terra? Ex.: Lei do sítio. (qual tamanho?)	Como é a relação do trabalhador rural hoje com a terra? Ex.: Parcela (quantos hectares?)
02	Estrutura Fundiária	Como funcionava o regime latifundiário?	Como funciona o minifúndio na Agricultura Familiar?
03	Produção	Quais as vantagens e	Quais as vantagens e

		desvantagens do latifúndio na produção em larga escala?	desvantagens do minifúndio na produção?
04	Mão-de-obra	Como funcionava a contratação, o pagamento, as hierarquias e o ciclo sazonal da mão-de obra?	Como funciona a contratação de empréstimos, a prestação de contas e a aplicação de recursos no trabalho autônomo?
05	Agricultura e Desenvolvimento Regional	Qual era o papel das usinas no desenvolvimento da agricultura (avanços técnicos) e do desenvolvimento regional?	Qual é o papel dos assentamentos na agricultura e no desenvolvimento regional? (compatível com o das usinas?)
06	Renda	Quanto era a renda do trabalhador no regime da cana?	Quanto cresceu a renda do trabalhador na Agricultura Familiar? O que favoreceu esse crescimento?
07	Lucro	Por que a plantação de cana-de-açúcar era lucrativa para o usineiro e atravessadores, mas não para o trabalhador rural?	Por que a plantação de cana-de-açúcar agora também é lucrativa para o trabalhador rural?
08	Mercado	Como o mercado nacional do açúcar e do álcool influenciava na retração e no crescimento da plantação de cana-de-açúcar na região?	Como o mercado nacional de fruticultura influencia na retração e no crescimento da plantação policultora nos assentamentos da região?
09	Competitividade	Como a competitividade era enfrentada?	Como a competitividade é enfrentada hoje?
10	Articulação e Parceria	Como as usinas se articulavam umas com as outras?	Como as usinas se articulavam umas com as outras?
Tb.	Mudanças no Aspecto Social e Cultural		
02	Categoria	Monocultura Canavieira	Agricultura Familiar
01	Tempo	Como o trabalhador rural empregava seu tempo à agricultura sob o regime do trabalho patronal?	Como o trabalhador rural administra seu tempo sob o regime da agricultura familiar?
02	Estrutura Familiar	Como era a estrutura familiar do trabalhador rural? (Ex.: grande, média, pequena; patriarcal, matriarcal).	Como é a estrutura familiar do trabalhador rural hoje? (Ex.: grande, média, pequena; patriarcal). Qual o papel desempenhado pelas mulheres e pelos jovens?

03	Divisão Social do Trabalho	Como as tarefas na corporação (usina) eram divididas entre os funcionários? Havia contratação de terceiros ou foreiros (migrante)?	Como as tarefas no assentamento são divididas entre os membros da família? Há contratação de terceiros ou de agregados?
04	População	(Levantamento pelo PDA) Qual a faixa etária, gênero, deslocamento na unidade do Engenho Ilhetas	(Levantamento pelo PDA) Qual a faixa etária, gênero, deslocamento na unidade do Assentamento Ilhetas
05	Território	Quem exercia o poder diretamente e indiretamente no tempo da Usina? Ex.: unidade administrativa.	Quem exerce diretamente e indiretamente o poder no Assentamento? Ex.: Parceiros, Cooperativa, sindicatos, Incra, etc.
06	Políticas Públicas	Existia algum tipo de política pública que favorecia os trabalhadores rurais?	Existe algum tipo de política pública que favoreça os trabalhadores rurais e os assentamentos?
07	Comportamento Social	Como era o comportamento do trabalhador rural no sistema canavieiro? (hostil, conflituoso, pacífico, complacente, etc.)	Como é o comportamento do trabalhador rural hoje na Agricultura Familiar? (hostil, conflituoso, pacífico, complacente, satisfeito, acomodado, etc.)
08	Heranças		
09	Inovação	Quais foram as evoluções e os principais avanços técnico que acompanharam o aperfeiçoamento do cultivo da cana-de-açúcar na Zona da Mata?	Quais os aspectos inovadores apontados hoje na Agricultura Familiar para o desenvolvimento regional?
10	Sociabilidade	Quais eram as principais atividades culturais e recreativas entre os trabalhadores canavieiros? Que implicações tiveram para o aumento da qualidade de vida no campo?	Quais são as principais atividades culturais e recreativas entre os assentados? Que implicações têm para estimular a permanência comunitária no campo e o aumento da qualidade de vida no assentamento?

2º Questionário aplicado com o superintendente e diretores do INCRA

1. No debate acadêmico, muitos pesquisadores da questão agrária questionam se o que foi feito na Zona da Mata Pernambucana tenha sido mesmo uma Reforma Agrária Autêntica. Para o Sr o que o INCRA considera como uma Reforma Agrária Autêntica?
2. O que o Sr se refere com o termo “estruturação” de assentamento?
3. O Estado de Pernambuco atravessa, hoje, em vários casos, a transição do trabalho rural assalariado para o trabalho autônomo. Como o Sr avalia essa mudança?
4. Qual o papel efetivo do INCRA, hoje, junto aos agricultores familiares nos assentamentos rurais?
5. O que é preciso ser feito para promover a reestruturação econômica da Zona da Mata, castigada nas últimas décadas pela falência de usinas de açúcar e conseqüente desemprego estrutural?
6. A questão da pobreza no campo ainda é uma realidade comum nos assentamentos rurais do Brasil. Nem a concessão de terras, nem, tampouco, o acesso ao crédito conseguiram superar essa situação. O que está impedindo o desenvolvimento dos assentamentos hoje?
7. Na sua visão quais as necessidades mais urgentes hoje nos assentamentos rurais de Pernambuco?
8. “Educação” ou “tecnologia”, na sua visão, qual dos dois é mais urgente para o desenvolvimento agrário hoje?
9. Sabe-se que no modelo patronal as contratações, punições e demissões eram utilizadas como um meio de disciplinar o trabalhador rural. Atualmente, sem

patrão para controlá-lo, como a Agricultura Familiar consegue evitar possíveis acomodações?

10. É comum que a classe das gerações mais antigas demonstre grande interesse e compromisso com o modo de vida campesino. Todavia, freqüentemente, o mesmo não acontece com as classes mais jovens. Como o INCRA atua para resolver a questão da falta de aptidão dos jovens no uso das terras e sua fixação na zona rural?

Quadro de contatos em visita ao INCRA nos dias 10 e 11 de Janeiro de 2012			
	Contatos	Cargo	Setor
01	Ana	Secretária	Gabinete
02	Luís Aroldo	Superintendente	Gabinete
03	Tayronilson Vasconcelos	Chefe	Divisão de Ordenamento
04	Valmer	Estagiário	Divisão de Ordenamento
05	José Henrique	Estagiário	Cartografia
06	Gilda	Chefe	Cartografia
07	Carlos Eduardo	Chefe	Divisão de Obtenção

Pesquisa para Bando de Dados utilizando-se as planilhas de aprovação de créditos do Assentamentos Ilhetas coletadas no BNB.

BANCO DE DADOS:

Foram investidos ao todo R\$ 533.730,51 dos quais:

- 1- Policultura - 29%
- 2- Infra - Estrutura - 28%
- 3- Monocultura Canavieira - 21%
- 4- Pecuária - 15%
- 5- Custo de Assessoria - 7%

Obs: A policultura leva em consideração a fruticultura (mamão, limão, graviola, coco anão e laranja), tubérculo (inhame e mandioca), e os capins (de elefante, de pisoteio e de cortes).

FRUTICULTURA

Ao todo foram investidos R\$ 83.227,16 dos quais:

- 1) Coco Anão – 65,6%
- 2) Laranja – 14%
- 3) Limão – 12,8%
- 4) Mamão – 5,6%
- 5) Graviola – 2%

TUBÉRCULO

Ao todo foram investidos R\$ 2.730,53 dos quais;

- 1) Inhame – 72%
- 2) Mandioca – 28%

CAPINS

Ao todo foram investidos R\$ 56.734,16 dos quais:

- 1) Capim de Cortes – 34,8%
- 2) Capim de Elefante – 33,3%
- 3) Capim de Pisoteio – 31,9%

INFRAESTRUTURA

Ao todo foram investidos R\$145.390,80 dos quais:

- 1) Cocheira – 59%
- 2) Estábulo – 26%
- 3) Cerca – 15%

MONOCULTURA CANAVIEIRA

Ao todo foram investidos R\$ 110.372,36 dos quais:

- 1) Plantio da Cana-de-Açúcar – 82,2%
- 2) Colheita da Cana-de-Açúcar – 17,8%

PECUÁRIA

Ao todo foram investidos R\$ 76.800,00 dos quais:

- 1) Novilho – 91,8%
- 2) Animais de Serviço – 8,2%

Agora a pesquisa levará em consideração a quantidade de terras usadas para cada atividade.

FRUTICULTURA

Foram usados 26,5 HA de terras para plantio, das quais:

- 1) Cocô Anão – 71,7%
- 2) Laranja – 11,3%
- 3) Limão – 9,4%
- 4) Mamão – 5,7%
- 5) Graviola – 1,9%

TUBÉRCULO

Foram usados 0,75 HA de terras para o plantio, das quais:

- 1) Inhame – 66,7%
- 2) Mandioca – 33,4%

MONOCULTURA CANAVIEIRA

Foram destinadas 51,7 HA de terras para esta atividade, das quais:

- 1) Plantio – 61,13%
- 2) Colheita – 38,87%

PECUÁRIA

Foram compradas 99 cabeças de animais das quais:

- 1) Novilho – 92%
- 2) Animal de Serviço – 8%

Obs. : Nesta amostra foram pesquisados 29 assentamentos a margem de erro é de 1,5% para mais ou para menos.